



CADERNO DE DELIBERAÇÕES



CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA

O (IM)PERTINENTE COMPROMISSO SOCIAL DA PSICOLOGIA

na resistência do Estado
de exceção e nas redes
de relações políticas,
econômicas, sociais
e culturais



Conselho
Federal de
Psicologia

CADERNO DE DELIBERAÇÕES



CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA

O (IM)PERTINENTE COMPROMISSO SOCIAL DA PSICOLOGIA

*na resistência ao Estado de exceção e
nas redes de relações políticas,
econômicas, sociais e culturais*

BRASÍLIA, 30 DE MAIO A 2 DE JUNHO DE 2019



**Conselho
Federal de
Psicologia**

XVII PLENÁRIO (GESTÃO 2016-2019)

CUIDAR DA PROFISSÃO: AVANÇAR A PSICOLOGIA COM ÉTICA E CIDADANIA

Conselheiras(os) Efetivas(os)

Rogério Giannini – *Presidente*

Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega – *Vice-presidente*

Pedro Paulo Gastalho de Bicalho – *Secretário*

Norma Celiane Cosmo – *Tesoureira*

Iolete Ribeiro da Silva – *Secretária Região Norte*

Clarissa Paranhos Guedes – *Secretária Região Nordeste*

Marisa Helena Alves – *Secretária Região Centro-Oeste*

Júnia Maria Campos Lara – *Secretária Região Sudeste*

Rosane Lorena Granzotto – *Secretária Região Sul*

Fabián Javier Marin Rueda – *Conselheiro 1*

Célia Zenaide da Silva – *Conselheira 2*

Conselheiras(os) Suplentes

Maria Márcia Badaró Bandeira – *Suplente*

Daniela Sacramento Zanini – *Suplente*

Paulo Roberto Martins Maldos – *Suplente*

Fabiana Itaci Corrêa de Araujo – *Suplente*

Jureuda Duarte Guerra – *Suplente Região Norte*

Andréa Esmeraldo Câmara – *Suplente Região Nordeste*

Regina Lúcia Sucupira Pedroza –

Suplente Região Centro-Oeste

Sandra Elena Sposito – *Suplente Região Sudeste*

Cleia Oliveira Cunha – *Suplente Região Sul (em memória)*

Elizabeth de Lacerda Barbosa – *Conselheira Suplente 1*

Paulo José Barroso de Aguiar Pessoa – *Conselheiro Suplente 2*

**COMISSÃO ORGANIZADORA NACIONAL DO 10º
CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA**

Andrea Tavares Carvalho

Conselho Regional de Psicologia da 13ª Região – Paraíba

Daniela Bezerra Rodrigues

Conselho Regional de Psicologia da 17ª Região – Rio Grande do Norte

Felipe Viegas Tameirão

Conselho Regional de Psicologia da 4ª Região – Minas Gerais

Irma Macário

Conselho Regional de Psicologia da 14ª Região – Mato Grosso do Sul

Jaira Teresinha da Silva Rodrigues

Conselho Regional de Psicologia da 12ª Região – Santa Catarina

Jureuda Duarte Guerra

Conselho Federal de Psicologia

Luiz Romano da Motta Araújo Neto

Conselho Regional de Psicologia da 10ª Região – Pará e Amapá

Marisa Helena Alves

Conselho Federal de Psicologia

**MESA DIRETORA DO 10º CONGRESSO
NACIONAL DA PSICOLOGIA**

Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CRP-13/PB)

Presidente

Maria de Jesus Moura (CRP-02/PE)

Secretária

Marina de Pol Poniwas (CRP-08/PR)

Secretária

Priscila Barbosa Lins (CRP-03/BA)

Relatora

Célia Zenaide Silva (CRP-06/SP)

Relatora

**SUPLENTES PARA A MESA DIRETORA DO 10º
CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA**

Celso Francisco Tondin (CRP-04/MG)

Dionatans Godoy Quinhones (CRP-14/MS)

Junio de Souza Alves (CRP-18/MT)

Keyla Mafalda de Oliveira Amorim (CRP-17/RN)

Marco Aurélio da Silva Lima (CRP-09/GO)

Sandra Regina de Barros de Souza (CRP-12/SC)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... 09

**TEXTO ORIENTADOR PARA OS EIXOS
DO 10º CNP..... 11**

Editorial..... 15

**Propostas do EIXO 1: Organização
democrática e representativa do Sis-
tema Conselhos..... 21**

**Propostas do EIXO 2: O diálogo da
Psicologia com a sociedade brasilei-
ra e suas relações com a democracia
e direitos humanos..... 41**

**Propostas do EIXO 3: Do exercício
profissional 69**

MOÇÕES APROVADAS PELO 10º CNP 89

ANEXOS..... 105

Anexo 1: DELEGAÇÕES PRESENTES NO 10º CNP106

Anexo 2: LISTA DE PARTICIPANTES POR GRUPOS...122

Anexo 3: LISTA DE CONVIDADOS E RE-
PRESENTANTES NA ABERTURA DO 10º CNP140

APRESENTAÇÃO

O Congresso Nacional da Psicologia (CNP) é a instância máxima de deliberação do Sistema Conselhos de Psicologia. No CNP são definidas as diretrizes e ações políticas que devem ser priorizadas para o triênio subsequente, ou seja, para a próxima gestão dos Conselhos Regionais e Federal de Psicologia. Ele ocorre a cada três anos e é fruto de um amplo processo democrático, em que todas(os) as(os) psicólogas(os) podem contribuir para o projeto coletivo da profissão.

Assim, o CNP tem o papel de promover a organização e a mobilização das(os) psicólogas(os) do país, possibilitando a definição da contribuição do Sistema Conselhos para o desenvolvimento da Psicologia como Ciência e Profissão. Ele também define as políticas nacionais a serem implementadas pelos Conselhos de Psicologia na próxima gestão. E busca garantir o espaço de articulação para composição, inscrição e apresentação de chapas que concorrerão aos mandatos dos Conselhos Regionais e Federal de Psicologia no triênio subsequente.

A organização desta décima edição teve início em maio de 2018, quando foi criada a Comissão Organizadora Nacional, a Comorg, composta por membros de seis Conselhos Regionais de Psicologia e membros do Conselho Federal.

A partir disso, na etapa regional foram realizados 392 eventos preparatórios, 280 Pré-Congressos Regionais e 23 Congressos Regionais em todo o Brasil, com a participação de 24 mil pessoas em todo o processo.

A etapa nacional contou com a presença de 418 psicólogas(os) e 47 estudantes de Psicologia, que foram eleitas(os) nos Congressos Regionais de Psicologia (Coreps).

Chegaram aos Coreps 1.985 propostas nacionais. Dessas, 644 foram encaminhadas para a etapa nacional do CNP, que, após sistematização, foram compiladas em 302 propostas nacionais a serem apreciadas no evento.

O 10º Congresso Nacional da Psicologia realizou-se em Brasília, de 30 de maio a 2 de junho de 2019, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, discutindo o tema: “O (im)pertinente compromisso social da Psicologia na resistência ao Estado de exceção e nas redes de relações políticas, econômicas, sociais e culturais”. O tema foi abordado em três eixos: 1) Organização democrática e representativa do Sistema Conselhos; 2) O diálogo da Psicologia com a sociedade brasileira e suas relações com a democracia e direitos humanos; 3) Do exercício profissional.

Foram quatro dias de trabalho, sendo o primeiro dia de abertura e apreciação de regimento interno; o segundo dia de trabalho em grupos, com três grupos para cada eixo; e o terceiro e quarto dias de plenária.

Este Caderno de Deliberações é o resultado de todo esse processo de trabalho e deverá ser considerado como diretriz para elaboração dos planos do trabalho e orçamentário das gestões dos Plenários do Conselho Federal e Conselhos Regionais de Psicologia para o triênio 2020-2022.

TEXTO ORIENTADOR PARA OS EIXOS DO 10º CNP

APRESENTAÇÃO

Nos anos recentes, o Brasil tem presenciado fatos que ferem a Constituição Brasileira e ameaçam o Estado democrático de direito. Nestes tempos, precisamos falar, debater e propor diretrizes técnicas e ético-políticas de resistência, considerando a história da psicologia em nosso País, trazendo ao nosso cotidiano as questões e desafios que atravessam a interdependência entre psicologia e democracia, tais como o pensamento colonialista e os processos de estagnação que este condiciona. Neste contexto, o Sistema Conselhos de Psicologia apresenta o 10.º CNP com o tema “O (im)pertinente compromisso social da Psicologia na resistência ao Estado de exceção e nas redes de relações políticas, econômicas, sociais e culturais” e convoca a categoria para problematizar a conjuntura, a Psicologia e sua participação neste contexto histórico, com vista a propor as diretrizes para o próximo triênio. Em diálogo com a sociedade, com o Estado e com a categoria profissional, a psicologia brasileira enquanto ciência e profissão tem demarcado através de um projeto ético-político com o compromisso social uma posição

em defesa dos direitos sociais, dos direitos humanos, das políticas públicas, da pluralidade e de construção de subjetividades. Para tanto, sugere os seguintes eixos:

EIXO 1 - ORGANIZAÇÃO DEMOCRÁTICA E REPRESENTATIVA DO SISTEMA CONSELHOS

A proposição deste eixo abrange a formulação de propostas que indiquem a necessidade de aperfeiçoamento na organização democrática e representativa do Sistema, sendo este constituído pelo Conselho Federal de Psicologia e os 23 Conselhos Regionais. A estrutura democrática que o Sistema Conselhos possui hoje (Eleições diretas, Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças – APAF, Congresso Nacional da Psicologia – CNP, Assembleia Geral e Orçamentária, Portal Transparência) precisa estar assegurada na Lei nº 5.766/71 e decretos que tramitam no Legislativo Federal. Neste sentido, proposições que indiquem atualizações, revisões, desenvolvimento, delimitações acerca da estrutura e forma de funcionamento do Sistema na atual conjuntura podem ser formuladas. Em relação às instâncias representativas, sejam elas, a participação do Sistema Conselhos no controle social (conselhos, conferências, Fóruns); nas relações interinstitucionais e diálogo com as três esferas do governo (Executivo, Legislativo e Judiciário), com as entidades regionais, nacionais e internacionais (Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira -FENPB, Federação Nacional dos Psicólogos - FENAPSI, União Latino-Americana de Entidades de Psicologia - ULAPSI e Associação Latino-Americana para Formação e Ensino em Psicologia - ALFEPSI) e com outros conselhos de classe também podem ser pensadas neste eixo, com vistas a um projeto que contemple o desenvolvimento da Psicologia enquanto ciência e profissão, bem como as necessidades da sociedade brasileira. O desafio de pensar a profissão não deve ser tarefa de poucos, mas sim da participação das psicólogas e psicólogos.

EIXO 2 - O DIÁLOGO DA PSICOLOGIA COM A SOCIEDADE BRASILEIRA E SUAS RELAÇÕES COM A DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS

As profundas desigualdades que caracterizam o processo histórico de formação da sociedade brasileira, desde a colonização, se assentam em um conjunto de práticas e valores sociais relacionados à naturalização das injustiças ligadas às condições de classe, etnia, raça, gênero, orientação sexual, entre outras intolerâncias, que justificam e perpetuam a violação de direitos indispensáveis ao desenvolvimento humano e produzem sofrimento psíquico. Desta maneira, este eixo tem como objetivo dialogar com a sociedade na proposição de contribuições éticas, políticas e técnicas da psicologia voltadas à defesa da democracia e da garantia de direitos, condição indispensável para o alcance dos objetivos do exercício profissional.

EIXO 3 - DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Em um país plural com diversidade de práticas e campos de atuação da psicologia brasileira, atualmente com o maior contingente de psicólogos(as) do mundo, frente aos processos econômicos, políticos e tecnológicos atuais, é imperativo que se criem referências éticas, técnicas e científicas para o exercício profissional qualificado pautado no compromisso social. Desta forma, neste terceiro eixo cabem diretrizes que enfatizem reflexões críticas sobre a formação profissional acadêmica e continuada, a precarização do trabalho, a laicidade da psicologia e os impactos para o exercício profissional na clínica, educação, justiça, saúde, assistência, áreas emergentes, organizações, entre outras. Sempre na perspectiva do avanço, que não desconsidera a pluralidade das práticas e técnicas psicológicas na produção de cuidado e na plena afirmação da despatologização da vida e da garantia dos direitos dos usuários, que são questões imprescindíveis para a efetiva inserção da(o) psicóloga(o) em seus diferentes campos de atuação.

ETAPAS DO 10º CNP

23.867 participantes em todo o processo



EDITORIAL

SEGUIMOS, TEIMOSAMENTE, NA CONTRACORRENTE

O 10º CNP teve como lema “O (im)pertinente compromisso social da Psicologia na resistência ao Estado de exceção e nas redes de relações políticas, econômicas, sociais e culturais”.

Lema sem dúvida corajoso, definido e aprovado, depois de intensa discussão, na APAF, a Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças, em maio de 2018. Chamo a atenção para esse fato pela consequência que podemos tirar de sua análise, de que esse CNP, desde o início, tem a marca da participação e decisão democrática. Uma segunda consequência é que o 10º CNP foi obra não do CFP, mas de todo o Sistema Conselhos, que na época englobava 23 Conselhos Regionais, além do Federal.

O balanço feito da participação das psicólogas e psicólogos em todo o processo do CNP aponta para números expressivos em si, e ainda mais contundentes quando analisados na série histórica. Batemos o recorde. Apostamos, sim, na democracia, confiamos, sim, em processos participativos, acreditamos, sim, na construção coletiva e somos, sim, pela tese de que o que é decidido democraticamente é acatado e encaminhado.

Tudo isso poderia, em outros tempos, soar como banalidade ou pelo menos ser recebido com o popular “não fazem mais que a obrigação”, afinal essa é a definição de democracia que está expressa na CONSTITUIÇÃO de 1988 e, como uma autarquia de Estado, deveríamos seguir os

preceitos constitucionais. Ainda mais quando sabemos que exercemos um poder de Estado concedido pela soberania de uma lei federal.

Mas infelizmente esse não é o caso. Não há nada de trivial na nossa postura democrática quando analisamos o que fazemos não frente a um ideal, mas à luz do contexto em que vivemos. E o que o contexto nos mostra é uma grave crise por que passa a recente democracia brasileira. Crise tão profunda a ponto de renomadas(os) juristas, de diferentes matizes ideológicas, afirmarem que nos últimos anos no Brasil o Estado de direito e a própria Constituição têm sido relativizados.

No campo das subjetividades, como psicólogas e psicólogos que somos, podemos perceber um ódio e rancor disseminados permeando nossa vida, da família à sociedade, espalhado pelas redes sociais e ruas. Um ódio manifesto no discurso e em atos, que alimentou e é retroalimentado pelas crises institucionais, num círculo vicioso que se alastrou e chega aos dias de hoje na forma de banalização do mal e da violência como linguagem política.

Soma-se a esse quadro a crise econômica cujo ônus recai sobre aquelas e aqueles socialmente vulneráveis e cujas saídas apontadas prometem mais penúria na forma de desemprego, precarização das políticas públicas e perda de direitos.

Isso nos leva a lembrar que democracia rima com verdade e debate, onde as divergências se expressam e entram em disputa, mas sem aniquilamento do divergente. A mentira é própria das posturas autoritárias, assim como a violência. Aliás, mentir, no contexto da política, é uma forma de violência.

Se ousamos e criamos coisas novas no 10º CNP, temos que reconhecer o legado dos últimos nove Congressos, que foram, desde a década de 1990, delineando o projeto de uma Psicologia brasileira preocupada com a justiça social, com a defesa do Estado de direito e laico e com uma opção nítida, inequívoca e intransigente pelos Direitos Humanos.

O mérito que podemos avocar, e fazemos isso por ser coletivo, é o de enfrentar esses tempos sombrios com

coragem de apontar o futuro e não rebaixar nossas formulações, de modo a poder despertar confiança e organizar nossas esperanças. Leiam as deliberações e digam se tenho ou não razão. Foram quatro dias pulsantes; de formulação e decisão, de encontros e afetos, de sentir e de pensar.

Um processo intenso que teve nos seus últimos atos a apresentação das chapas para as eleições – DIRETAS – aos Conselhos Regionais e ao CFP por meio da Consulta Nacional. Sim, fazemos eleições gerais, e todas(os) as(os) eleitas(os) terão nas decisões do CNP o norte para a sua ação. Faremos eleições como estamos fazendo há mais de 20 anos. Eleições que ratificam o processo participativo a que foi convocada toda a categoria, pois, se alguns julgam as regras como relativas, respondendo casuisticamente a conjunturas, nós não. Pensamos que o contrato social que nos rege é alimentado por princípios e pela ética, não vaga ao sabor dos ventos.

Por tudo isso, afirmei no título deste texto: seguimos na contracorrente, mas acrescento, seguimos avançando. Boa leitura.

Rogério Giannini
Presidente do XVII Plenário do Conselho Federal de Psicologia

Orientações para a leitura das propostas

Caro (a) leitor (a),

As propostas a seguir estão numeradas fora da ordem convencional. Isso porque cada proposta está com a numeração que recebeu durante a sistematização nacional, etapa anterior ao CNP, que reuniu todas as propostas aprovadas nos Congressos Regionais (Coreps) e compilou aquelas de conteúdos semelhantes.

Isso significa que as propostas têm o mesmo número de referência do Caderno de Propostas que foi entregue aos participantes do CNP no credenciamento do evento.

Desse modo, os leitores têm condições de comparar o texto que chegou ao evento com a versão final, isso é, após as contribuições dos grupos de trabalho e após as deliberações da plenária do CNP.

Portanto, no Eixo 1, por exemplo, a primeira proposta é a de número 7, a seguinte é a 8, e a subsequente é a 15. O que significa que as propostas de 1 a 6 e de 9 a 14 ou foram suprimidas ou foram deslocadas para outros eixos.

Repare que cada proposta vem com um número e em seguida um código: "Origem (mesclar): 06-E1-0056, 15-E3-0007, 03-E2-0049". Neste exemplo, o termo "mesclar" significa que esta proposta está compilando o texto de três propostas regionais, representadas pelos códigos 06-E1-0056, 15-E3-0007, 03-E2-0049. As propostas foram codificadas utilizando o número do Conselho Regional, o eixo de origem e a chave recebida durante o Corep. Assim: 06-E1-0056 significa proposta advinda do CRP-06/SP, eixo 1, chave 56 / 15-E3-0007 proposta advinda do CRP-15/AL, eixo 3, chave 7 / 03-E2-0049 proposta advinda do CRP-03/BA, eixo 2, chave 49.

No exemplo: "Origem (encaminhar): 17-E1-0055", o termo "encaminhar" significa que a proposta foi apenas encaminhada para a etapa nacional do CNP, sem mesclagem com propostas de outros Coreps.

Após o código de cada proposta, é informado o marcador. Por exemplo: Marcador: Acessibilidade - Geral.

Os marcadores foram criados também na etapa de sistematização nacional e foram atribuídos às propostas para

possibilitar uma aproximação temática e a construção de um texto-síntese, ou seja, o texto final que reuniu as propostas de diferentes Coreps com conteúdos semelhantes.

Todo o trabalho de organização das propostas do CNP foi feito a partir de um sistema informatizado e contou com uma assessoria de sistematizadores profissionais, com o objetivo principal de dar transparência a todo o processo, sendo possível rastrear as propostas aprovadas no CNP, desde a origem lá na etapa regional.

Desejamos uma boa leitura!



Eixo 1

Organização democrática e representativa do Sistema Conselhos.



QUANTIDADE DE PROPOSTAS: 66

PROPOSTA 7 | Origem (mesclar): 06-E1-0056, 15-E3-0007, 03-E2-0049

Marcador: Acessibilidade - Geral

Que o Sistema Conselhos de Psicologia promova, a partir de eventos em todos os Regionais, em parceria com o FENPB (Fórum das Entidades Nacionais de Psicologia do Brasil) e em articulação com órgãos de controle social, debates sobre a acessibilidade comunicacional e a mobilidade humana sustentável, reconhecendo-as como necessidades sociais e considerando as especificidades linguísticas da comunidade surda, a formação de trabalhadores(as) e colaboradores(as) das entidades para o enfrentamento do capacitismo, a aproximação com o movimento social de pessoas com deficiência; e a gestão junto a órgãos competentes para que o ensino de Libras seja obrigatório, na modalidade presencial, no âmbito da formação básica e continuada de psicólogas.

PROPOSTA 8 | Origem (mesclar): 07-E1-0021, 16-E1-0013

Marcador: Acessibilidade - Gestão

Que o Sistema Conselhos de Psicologia atue no sentido de promover e garantir acessibilidade às psicólogas com deficiência em todas as ações, eventos, atividades, estruturas e materiais físicos, e também nos meios virtuais, inserindo, no sistema de registro, campos para identificação de psicólogas com deficiência, de acordo com a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF).

PROPOSTA 15 | Origem (encaminhar): 17-E1-0055

Marcador: BVS-Psi

Que o Sistema Conselhos fortaleça a estrutura da BVS-Psi prezando pela difusão de literatura técnico-científica da área.

PROPOSTA 17 | Origem (mesclar): 20-E1-0001, 02-E1-0078

Marcador: Atuação em emergências e desastres

Priorizar diretrizes que atendam às situações de gestão do risco integral e emergências e desastres e crises humani-

tárias, por meio da criação de uma rede nacional articulada com o poder público e demais atores sociais.

PROPOSTA 19 | Origem (mesclar): 19-E1-0018, 10-E1-0003, 01-E1-0022

Marcador: Atualização cadastral

Intensificar, promover e ampliar a campanha de atualização cadastral, possibilitando às(aos) profissionais o cadastro de informações sobre deficiências, identidade de gênero, orientação sexual, cor, raça, etnia, campos e locais de atuação, sendo estes dados privativos ao Sistema Conselhos.

PROPOSTA 42 | Origem (mesclar): 12-E1-0007, 07-E1-0024

Marcador: CNP

Divulgar e assegurar a realização das diferentes instâncias do CNP e garantir sua viabilização enquanto espaços democráticos organizativos e diretivos, ampliando a participação da categoria e de estudantes, consultando a categoria sobre o tema do CNP.

PROPOSTA 43 | Origem (mesclar): 13-E1-0055, 13-E1-0065, 14-E1-0011, 16-E1-0004, 05-E1-0024

Marcador: CNP - Revisão e divulgação

Criar mecanismos de monitoramento e instrumentos de comunicação (portal web, infográfico, vídeos explicativos, GIF, entre outros) para acompanhar a execução das deliberações dos CNPs, finalizando as gestões com a apresentação da prestação de contas a partir das deliberações do Congresso Nacional da Psicologia.

PROPOSTA 46 | Origem (mesclar): 13-E1-0059, 05-E1-0006, 16-E3-0234, 01-E1-0083

Marcador: COF - Ampliação

Ampliar as ações para além da orientação e fiscalização do Sistema Conselhos, incluindo, quando necessário, colaboradoras(es) fiscais e entidades afins, de modo a combater o exercício ilegal da profissão, falsificação de diplomas, bem como estimular a aproximação com as Instituições de Ensino Superior (IES), independente de demandas de denúncias.

PROPOSTA 50 | Origem (encaminhar): 09-E1-0202

Marcador: COF e COE

Que o Sistema Conselhos garanta treinamento e reuniões presenciais às comissões de COE e COF, com a participação de psicólogos(os) fiscais de todos os Regionais.

PROPOSTA 55 | Origem (mesclar): 21-E1-0103, 23-E1-0129, 13-E1-0057

Marcador: Comunicação - Campanhas educativas

Promover junto à sociedade campanhas educativas de valorização, sensibilização, desmistificação acerca do fazer das(os) psicólogas(os), seus limites, possibilidades e atribuições legais, éticas e técnicas, nas mais diversas áreas de atuação.

PROPOSTA 73 | Origem (mesclar): 22-E1-0014, 20-E1-0035, 16-E1-0009, 10-E1-0002, 10-E1-0008

Marcador: Comunicação - Categoria

Priorizar, melhorar e ampliar os canais de comunicação e o acesso às informações oficiais e atos administrativos do Sistema Conselhos junto à categoria, com a utilização das (Tecnologia da Informação e Comunicação) TICs e acessibilidade (via aplicativos; mídias sociais, TV, rádio e relatório de prestação de contas, entre outros), disponibilizando acesso à segunda via de boleto e declaração de regularidade, bem como garantir a distribuição de material impresso em formatos acessíveis para psicólogos(os) que atuam em território de difícil acesso à Internet, considerando a especificidade de cada região, com especial destaque à idiosincrasia do fator amazônico.

PROPOSTA 75 | Origem (encaminhar): 08-E1-0078

Marcador: Comunicação – Grupos de Trabalho (GTs) nacionais e CRPs

Levar em consideração o novo regimento para a criação de GT aprovado na Assembleia das Políticas Administrativas e Financeiras (APAF) de maio de 2018, de modo a estabelecer fluxo sistemático de comunicação do representante no Grupo de Trabalho (GT) Nacional com os demais Conselhos Regionais da sua região, como forma de garantir a efetiva representatividade dos Conselhos Regionais nas discussões e decisões nacionais.

PROPOSTA 77 | Origem (encaminhar): 13-E3-0095

Marcador: Comunicação - Laicidade

Elaborar campanhas em defesa da laicidade na Psicologia que contemplem os espaços de prática profissional e de formação acadêmica, em parceria com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), visando afirmar o compromisso com o sujeito humano, que é maior que sua confissão religiosa, credo ou culto, conforme artigo 2º, alínea “b”, do Código de Ética da Psicologia.

PROPOSTA 80 | Origem (encaminhar): 12-E1-0001

Marcador: Comunicação - Perfil da categoria

Que o Sistema Conselhos pesquise o perfil da categoria (étnico-racial, gênero, deficiências...) para levantamento das necessidades e desenvolvimento de formas específicas de diálogo com determinados grupos e suas entidades representativas.

PROPOSTA 85 | Origem (mesclar): 06-E1-0040, 22-E1-0069

Marcador: Comunicação com a sociedade e o Estado

Debater o enfrentamento das desigualdades e violações de direitos por meio da interlocução com o poder público, da promoção de campanhas, eventos regionais, gerais e/ou temáticos, premiações, realização de Mostras de Práticas em Psicologia, de modo a valorizar práticas individuais e coletivas comprometidas com a temática.

PROPOSTA 101 | Origem (mesclar): 06-E1-0004, 06-E1-0009, 18-E1-0003, 22-E1-0007, 21-E1-0111, 23-E1-0092, 11-E1-0011, 09-E1-0002, 04-E3-0362, 14-E10009, 02-E1-0022, 17-E3-0025, 16-E1-0032

Marcador: Condições de trabalho

Apoiar e intensificar a articulação permanente de ações conjuntas entre o Sistema Conselhos, a Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI), os sindicatos estaduais e a categoria, a partir das competências de cada um, na perspectiva de alinhar e fortalecer suas atuações nos níveis estadual e federal, buscando garantir, assegurar e ampliar os direitos da categoria em seu exercício profissional, nos serviços públicos e privados, objetivando a valorização pro-

fissional e o não aviltamento e a precarização das relações de trabalho, a remuneração digna e o respeito às demais políticas preconizadas pela OIT nas várias áreas de atuação das(os) psicólogas(os), inclusive na saúde suplementar, garantindo a autonomia profissional e dando destaque à jornada de trabalho de até 30 horas, sem redução de salários e em todo o território nacional, estimulando, ainda, a implantação dos Planos de Cargos, Carreiras e Salários nos municípios e fomentando o combate à reforma trabalhista e à reforma da Previdência, que precariza o trabalho e retira direitos de todas(os) trabalhadoras(es) do país.

PROPOSTA 103 | Origem (mesclar): 18-E1-0014, 05-E1-0005
Marcador: Condições de trabalho - Saúde suplementar
Atuar junto ao Legislativo com fins de alterar a Lei nº 9656 de 1998, para acabar com a obrigatoriedade do encaminhamento médico para a prestação de serviços psicológicos na saúde suplementar. E, junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), buscar autonomia das psicólogas em relação aos limites de consulta e apoiar o sindicato no que diz respeito à valorização dos honorários das(os) psicólogas(os).

PROPOSTA 106 | Origem (mesclar): 03-E1-0210, 02-E1-0001
Marcador: Controle social
As comissões do Sistema Conselhos devem identificar, acompanhar e fortalecer os espaços de controle social alinhados com suas temáticas, visando à inserção de representação institucional da psicologia, mapeando todas as profissionais que já estão inseridas nesses espaços (ainda que não indicados pelo Sistema Conselhos de Psicologia), de modo a defender o compromisso ético-político da profissão.

PROPOSTA 112 | Origem (mesclar): 12-E1-0003, 12-E1-0038, 11-E1-0033, 17-E1-0046
Marcador: CREPOP - Produção de Referências
Que o Sistema Conselhos produza, a partir do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), revisão e/ou construção de pesquisas, de referências técnicas, podendo indicar a elaboração de resoluções técnicas, tendo em vista a transversalidade da

questão dos discursos de ódio, na defesa dos Direitos Humanos e espaços democráticos; na presença das(os) psicólogas(os) hospitalares nas equipes hospitalares; em psicologia e políticas públicas que levem em consideração a realidade regional e o contexto de seus povos; centros especializados em reabilitação; atenção básica, secundária e terciária de saúde; processo transexualizador; controle social; unidades de acolhimento e educação superior.

PROPOSTA 113 | Origem (encaminhar): 17-E1-0064

Marcador: CREPOP - Serviços-escola

O Sistema Conselhos, juntamente com a ABEP, deverá realizar discussões para construção de referências técnicas para psicólogas(os) que atuam em serviços-escola na interface com as redes intra e intersetoriais.

PROPOSTA 135 | Origem (mesclar): 17-E1-0065, 05-E1-0278

Marcador: Debates sobre temas emergentes

Que o Sistema Conselhos discuta as seguintes temáticas: suicídio de populações vulneráveis específicas, incluindo travestis e transexuais; transexualidade na infância e adolescência; questões de Saúde mental que acercam a pessoa idosa e estudantes universitários; as implicações da ilegalidade do aborto; uso prejudicial de drogas lícitas e ilícitas; uso de eletroconvulsoterapia em crianças e adolescentes; povos tradicionais, ribeirinhos, população do campo e indígenas;¹ atuação das(os) psicólogas(os) escolares e da educação; psicoterapia e intervenção neuropsicológica nos serviços públicos e privados; internação compulsória.

PROPOSTA 136 | Origem (mesclar): 03-E3-0022, 23-E3-0020, 23-E3-0192, 04-E3-0256, 19-E3-0112, 19-E3-0115, 05-E3-0142

Marcador: Resoluções do CFP - Criação de novas resoluções

Orientar a atuação da(o) profissional de Psicologia com base nas referências técnicas de cada área, bem como ampliar as referências técnicas para aquelas áreas que ainda não estão contempladas, considerando as seguintes

1 Seguindo o acordado durante o 10º CNP, sempre que aparecerem referências a populações diversas, como crianças e adolescentes; povos tradicionais, ribeirinhos, população do campo e indígenas, estamos nos referindo a todas as populações e segmentos abaixo mencionadas:

Pessoas com deficiência, mulheres, crianças, adolescentes, jovens, pessoas idosas, população negra, povos indígenas, quilombolas, romanis, povos faxinalenses, catadores de mangaba, quebradeiras de coco de babaçu, povos de terreiro, comunidades tradicionais pantaneiras, pescadores, caiçaras, extrativistas, pomeranos, retiros de Araguaia, comunidades de fundo de pasto, povos nômades, população ribeirinha, pessoas em situação de rua, pessoas vivendo e convivendo com HIV/AIDS, pessoas privadas de liberdade, adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, pessoas em situação de rua, migrantes, pessoas afetadas por riscos, emergências e desastres, e crime ambiental, LGBTI, profissionais do sexo, paneleiras, povos refugiados, crianças e adolescentes em acolhimento, pessoas atingidas por barragens, marisqueiras, povos das florestas, águas e mares.

demandas: a) orientações sobre atendimento às pessoas surdas e/ou cegas; b) e a laicidade da psicologia; c) a prática da(o) psicóloga(o) na socioeducação; d) responsabilidades técnicas e éticas no âmbito hospitalar; e) avaliação psicológica por meio das tecnologias da informação e da comunicação; f) psicologia e envelhecimento; e para referenciar as especificidades das áreas de atuação profissional.

PROPOSTA 138 | Origem (mesclar): 03-E1-0219, 15-E3-0028, 13-E1-0071

Marcador: Resoluções do CFP - Manutenção

Garantir que as Resoluções do Sistema Conselhos de Psicologia do Brasil sejam efetivadas e mantidas, considerando que foram construídas coletivamente por plenários eleitos em processos democráticos e que versam pela promoção e defesa dos Direitos Humanos, em consonância com o Código de Ética Profissional, investindo em publicidade e historicidade do processo de construção das mesmas.

PROPOSTA 154 | Origem (mesclar): 08-E1-0013, 07-E1-0028, 19-E1-0013

Marcador: Direitos Humanos - Combate ao racismo

Instituir ações de promoção ao enfrentamento do racismo institucional no Sistema Conselhos de Psicologia, além de estimular a criação de Comissões de Relações Raciais em cada CRP, promovendo e garantindo a psicologia antirracista enquanto compromisso social da Psicologia.

PROPOSTA 161 | Origem (mesclar): 06-E1-0044, 08-E1-0011, 19-E1-0026, 19-E1-0027, 17-E1-0068

Marcador: Direitos Humanos - Geral

Realizar campanhas e eventos junto às três esferas de governo e à sociedade, incluindo instituições formadoras, reafirmando o posicionamento da Psicologia quanto à garantia dos direitos das pessoas com deficiência, mulheres, crianças e adolescentes, jovens, idosos, população negra, indígena, ribeirinha, quilombola, de terreiro, comunidades tradicionais, pessoas em situação de rua, pessoas convivendo com HIV/AIDS, população carcerária,

adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, pessoas atingidas por fenômenos migratórios, pessoas afetadas por emergências e desastres, e LGBTI+ (garantindo o uso do nome social e, especialmente, o direito de autoatribuição da identidade de gênero de pessoas trans), entre outras,² além de intensificar a fiscalização em comunidades terapêuticas, hospitais psiquiátricos e quaisquer instituições que firam/violem Direitos Humanos.

PROPOSTA 167 | Origem (mesclar): 12-E1-0004, 01-E1-0014
Marcador: Direitos Humanos - LGBT

Manter e defender as Resoluções CFP nº 01/99 (dispõe sobre normas de atuação para psicólogas(os) em relação à questão da orientação sexual) e CFP nº 01/18 (estabelece normas de atuação para as(os) psicólogas(os) em relação às pessoas transexuais e travestis) e demais resoluções referentes a Direitos Humanos, Gênero e Sexualidades, assegurando o debate em torno destas pautas, bem como promover articulação com órgãos da Justiça para elucidar a esses atores as especificidades de nossa atuação, principalmente no que for pertinente a essas resoluções.

PROPOSTA 177 | Origem (encaminhar): 06-E1-0072

Marcador: Direitos Humanos - Lógica Restaurativa
Realizar ações para a promoção da lógica restaurativa voltadas para o enfrentamento da lógica judicializante e punitivista, mantendo e ampliando métodos alternativos de resolução de conflitos, tanto nos processos éticos como nas práticas de orientação e fiscalização do exercício profissional, contemplando a análise do contexto socioeconômico e político e as relações de trabalho, articulando com outros Conselhos Profissionais e entidades pertinentes para a garantia e defesa dos Direitos Humanos.

PROPOSTA 179 | Origem (encaminhar): 02-E1-0047

Marcador: Educação - Ensino da Psicologia
Fomentar a licenciatura em psicologia como campo profissional de atuação qualificada na educação e lutar pela ampliação do campo de trabalho, estabelecendo parceria junto ao MEC e à ABEP para garantir a inserção da disciplina de

2 Seguindo o acordado durante o 10º CNP, sempre que aparecerem referências a populações diversas, como crianças e adolescentes; povos tradicionais, ribeirinhos, população do campo e indígenas, estamos nos referindo a todas as populações abaixo mencionadas:

Pessoas com deficiência, mulheres, crianças, adolescentes, jovens, pessoas idosas, população negra, povos indígenas, quilombolas, romanis, povos faxinalenses, catadores de mangaba, quebradeiras de coco de babaçu, povos de terreiro, comunidades tradicionais pantaneiras, pescadores, caiçaras, extrativistas, pomeranos, retiros de Araguaia, comunidades de fundo de pasto, povos nômades, população ribeirinha, pessoas em situação de rua, pessoas vivendo e convivendo com HIV/AIDS, pessoas privadas de liberdade, adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, pessoas em situação de rua, migrantes, pessoas afetadas por riscos, emergências e desastres, e crime ambiental, LGBTI, profissionais do sexo, paneleiras, povos refugiados, crianças e adolescentes em acolhimento, pessoas atingidas por barragens, marisqueiras, povos das florestas, águas e mares.

psicologia no Ensino Médio com conteúdo consonante com a faixa etária e período de desenvolvimento do público-alvo.

PROPOSTA 182 | Origem (encaminhar): 17-E1-0056

Marcador: Educação e Saúde

Que o Sistema Conselhos subsidie discussões acerca do papel e atuação das instituições e desta categoria no enfrentamento às situações de crise e violências, de forma articulada com os 3 níveis de atenção em saúde e com os serviços-escola de Psicologia nos cenários público e privado.

PROPOSTA 237 | Origem (mesclar): 20-E1-0009, 20-E1-0068, 01-E1-0093

Marcador: Esporte

Que o Sistema Conselhos juntamente com a Associação Brasileira de Psicologia do Esporte (ABRAPESP) e os GTs de Psicologia do Esporte ampliem, incentivem e divulguem eventos científicos e o papel do profissional de Psicologia do Esporte para a sociedade, no que tange à prevenção do suicídio, combate ao racismo, ao machismo, à LGBTfobia, ao abuso, violência e exploração sexual e misoginia no contexto esportivo.

PROPOSTA 239 | Origem (mesclar): 23-E1-0159, 12-E3-0114, 09-E1-0001, 13-E1-0060, 04-E1-0075, 02-E1-0008, 17-E3-0039, 01-E3-0013

Marcador: Formação profissional

Que o Sistema Conselhos, em parceria com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), continue empenhando-se, junto ao Conselho Nacional de Educação, pela aprovação das novas diretrizes curriculares nacionais, que incluem o ensino dos temas étnico-raciais; culturais cosmológicos; consciência; de classe, gênero e sexualidade; as legislações relativas à ética e ao exercício profissional; os contextos de trabalho (público e privado) e as atribuições do Sistema Conselhos, e visam à garantia ao incentivo à pesquisa e à extensão nas diversas linhas teóricas.

PROPOSTA 241 | Origem (mesclar): 18-E1-0005, 03-E1-0006, 07-E3-0147, 09-E1-0069, 08-E3-0207, 04-E3-0269, 02-

E1-0020, 10-E3-0081

Marcador: Formação profissional - Ensino presencial

Defender, por meio de ações junto aos órgãos competentes (Associação Brasileira de Ensino em Psicologia, Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira, Ministério da Educação e Conselho Nacional e Estadual de Educação, Ministério Público), que o ensino da Psicologia permaneça presencial. E intensificar as articulações junto aos CRPs e outras instituições para encaminhar denúncias/representações sobre cursos irregulares de Psicologia.

PROPOSTA 244 | Origem (encaminhar): 18-E1-0006

Marcador: Formação profissional - Validação de cursos

Que o Sistema Conselhos de Psicologia junto com a ABEP – Associação Brasileira de Ensino de Psicologia fortaleçam e ampliem espaços de diálogo junto ao MEC – Ministério da Educação e Conselho Nacional de Educação sobre a abertura e validação dos cursos de formação na área da Psicologia, fortalecendo a construção junto às IES – Instituições de Ensino Superior dos planos políticos pedagógicos, considerando a atuação profissional da(o) psicóloga(o) em sua dimensão técnica, ética e política, problematizando a mercantilização e precarização do ensino, a atuação nas políticas públicas e relação, teorias e prática profissional.

PROPOSTA 249 | Origem (encaminhar): 12-E1-0041

Marcador: Gestão - Sustentabilidade ambiental

Que o Sistema Conselhos adote práticas sustentáveis, minimizando os impactos ambientais de suas ações.

PROPOSTA 250 | Origem (encaminhar): 04-E1-0072

Marcador: História e memória

Retomar o Projeto “História e Memória da Psicologia” no Conselho Federal de Psicologia, de modo a divulgar sua história e memória, a evolução de suas práticas e o posicionamento da sociedade.

PROPOSTA 251 | Origem (encaminhar): 13-E1-0064

Marcador: Impostos, taxas e emolumentos - Idosos

Alterar o texto do artigo 1º da Resolução CFP nº 001/1990,

visando diminuir de 65 para 60 anos a idade para isenção de anuidade, obedecendo o que preconiza o Estatuto do Idoso.

PROPOSTA 252 | Origem (mesclar): 21-E1-0095, 12-E1-0013, 13-E1-0062, 04-E1-0106, 10-E1-0007, 05-E1-0002

Marcador: Impostos, taxas e emolumentos recém-inscritos
Construir uma política de incentivo ao pagamento da anuidade, estabelecendo valores diferenciados para as(os) psicólogas(os) recém-inscritas(os), especialmente as(os) recém-formadas(os) de baixa renda, considerando as discrepâncias regionais.

PROPOSTA 253 | Origem (encaminhar): 05-E1-0040

Marcador: Inserção da(o) psicóloga(o) nas políticas públicas - Aborto e cuidado humanizado

Que o Sistema Conselhos, em parceria com os conselhos de direitos e movimentos sociais, construa resolução e notas técnicas e atue destacando a especificidade do papel das(os) psicólogas(os) com relação às normas técnicas de cuidado humanizado ao aborto e na assistência psicológica na perinatalidade.

PROPOSTA 254 | Origem (mesclar): 04-E1-0007, 17-E1-0003, 05-E1-0029

Marcador: Inserção da(o) psicóloga(o) nas políticas públicas - Geral

Que o Sistema Conselhos de Psicologia articule junto aos órgãos competentes a participação da categoria na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas, coerentes com a defesa dos direitos humanos e com o combate às violências e voltadas para grupos historicamente excluídos, assegurando a inserção da(o) psicóloga(o) no serviço público.

PROPOSTA 256 | Origem (mesclar): 03-E1-0010, 07-E1-0034, 16-E1-0017, 10-E1-0006 |

Marcador: Interiorização - Geral

Garantir as comissões de interiorização como comissões permanentes dos CRPs e CFP e a realização de Seminário Anual de Interiorização, como já aprovado nos 8º e 9º

CNPs, a fim de melhorar a interiorização do Sistema Conselhos, expandindo as ações para além dos grandes centros urbanos, garantindo a descentralização político-administrativa dos Regionais e a participação democrática da categoria no formato dos núcleos de base.

PROPOSTA 257 | Origem (mesclar): 23-E1-0046, 08-E1-0010, 20-E1-0013

Marcador: Laicidade

Que o Sistema Conselhos de Psicologia reafirme a laicidade da Psicologia, a defesa do Estado Laico e o respeito a todas as crenças dos indivíduos, dialogando, junto à ABEP, com as instituições de ensino sobre a inclusão da temática Psicologia e Laicidade como disciplina das grades curriculares, a fim de fundamentar a orientação e fiscalização das instituições, serviços e/ou psicólogas(os), estabelecendo limites entre Psicologia e discursos religiosos na atuação profissional.

PROPOSTA 258 | Origem (mesclar): 12-E1-0036, 07-E1-0033

Marcador: Novas práticas

Que o Sistema Conselhos de Psicologia discuta e construa um posicionamento específico, via resolução, sobre a atuação da(o) psicóloga(o) nas Práticas Integrativas e Complementares (PICs) realizadas no âmbito público e privado, observando deliberação da APAF sobre a criação do Observatório de Novas Práticas.

PROPOSTA 260 | Origem (mesclar): 11-E1-0007, 09-E1-0070, 14-E3-0041, 10-E3-0095

Marcador: Parcerias - Atuação profissional

Que o Sistema Conselhos de Psicologia faça reuniões com as instituições públicas e privadas que empregam profissionais de Psicologia com o intuito de sensibilizar, informar e conscientizar sobre a importância da atuação do profissional em consonância com o código de ética e as resoluções que regem a profissão, objetivando educação permanente, bem como se posicionando contrariamente à criação de graduação a distância, fortalecendo as parcerias com sindicatos, visando ao combate efetivo da precarização das relações de trabalho e ao assédio moral contra os trabalhadores da Psicologia.

PROPOSTA 261 | Origem (mesclar): 04-E1-0079, 14-E1-0008, 15-E1-0050

Marcador: Parcerias - Conselhos profissionais

Que o Conselho Federal de Psicologia leve uma proposta aos demais Conselhos Profissionais que fazem parte da área da Saúde (Resolução nº 044/1993) para criar uma frente unificada para acompanhar, aprofundar a compreensão e estabelecer propostas de enfrentamentos ao retrocesso das políticas públicas e denúncia de eventuais perdas das conquistas dos trabalhadores e da sociedade brasileira.

PROPOSTA 265 | Origem (mesclar): 15-E3-0009, 12-E3-0196, 17-E1-0002, 02-E3-0244, 16-E3-0229

Marcador: Saúde - Saúde suplementar

Regulamentar diretrizes, de forma institucional com sindicatos, FENAPSI e entidades afins para a prática da Psicologia nos serviços de saúde suplementar, com a continuidade da representação do Sistema Conselhos nas comissões da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e a produção de documentos que contribuam para a resolução de itens problemáticos na prestação de serviços mediados por planos de saúde, tais como: obrigatoriedade de encaminhamento médico e incoerência no uso da Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID) para justificar atendimento ou sua continuidade, valores baixos de atendimentos psicológicos, indiferenciação de valores específicos para serviços de natureza diferentes (rol de procedimentos, p. ex.: avaliação psicológica), ausência de acesso direto ao contrato com as operadoras de saúde, etc.

PROPOSTA 268 | Origem (mesclar): 06-E1-0004, 08-E1-0036, 08-E1-0072, 11-E1-0032, 07-E1-0035 |

Marcador: Participação e representação - Controle social
Fortalecer o diálogo com entidades ligadas aos movimentos sociais e da Psicologia (Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira – FENPB) e promover estratégias de incentivo, orientação, e garantia da participação e representatividade de psicólogas(os), conselheiras(os) e colaboradoras(es) nos conselhos deliberativos, fóruns, comitês, conselhos consultivos e de defesa de direitos,

nos âmbitos nacional, estadual e municipal, para , elaboração de diretrizes e políticas, legislação, implementação, execução e avaliação em diferentes políticas públicas.

PROPOSTA 270 | Origem (mesclar): 21-E1-0105, 13-E1-0058, 05-E1-0028, 01-E1-0039

Marcador: Participação e representação - Estudantes

Fomentar a criação de espaços que viabilizem a participação ativa das estudantes de Psicologia no Sistema Conselhos (Conselhos Regionais, Corep, CNP).

PROPOSTA 274 | Origem (mesclar): 07-E1-0015, 04-E1-0056, 04-E1-0098

Marcador: Participação e representação democrática do Sistema

Assegurar a organização democrática e representativa do Sistema Conselhos, respeitando as deliberações do CNP, Coreps e APAF, mantendo sempre a transparência dos processos, independentemente da gestão vigente, articulando com os sindicatos da categoria, FENPB e ampliando o diálogo com os gestores de municípios e de organizações da sociedade civil, de modo a fomentar a participação das psicólogas nos eventos direcionados à profissão, legitimando a autonomia e a laicidade do Sistema Conselhos.

PROPOSTA 275 | Origem (mesclar): 22-E3-0039, 19-E1-0001, 15-E1-0032, 02-E1-0093, 02-E1-0140

Marcador: Psicologia do trânsito

Que o Sistema Conselhos fomente junto ao Sistema Nacional de Trânsito a atuação das(os) psicólogas(os) do trânsito nas políticas públicas que envolvem obtenção de CNH, engenharia de tráfego, educação, intervenção com motorista infrator, reabilitação, criação de espaços de Psicologia nos departamentos estaduais de trânsito e a necessidade da avaliação psicológica regular em cada renovação, reconhecendo a questão como problema de saúde pública e social.

PROPOSTA 278 | Origem (encaminhar): 19-E3-0113

Marcador: Relações interinstitucionais - Aposentadoria

Que o Sistema Conselhos de Psicologia articule junto a associações, FENAPSI sindicatos e os demais órgãos de atuação no intuito de criar uma frente contra a proposta de reforma da Previdência atual a fim de garantir às(aos) trabalhadoras(es) o direito de aposentadoria com 25 anos de serviço para profissionais na área da saúde no âmbito público e privado e garantindo este direito às(aos) profissionais de psicologia.

PROPOSTA 280 | Origem (encaminhar): 04-E3-0231

Marcador: Relações interinstitucionais - Avaliação compulsória

Estabelecer diálogos entre o Sistema Conselhos e os órgãos regulamentadores das avaliações psicológicas compulsórias, como Detran, Polícia Federal, Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, Ministério da Saúde, Sistema de Justiça e Normas Regulamentadoras (NRs), incluindo a de outros órgãos de classes, de forma a orientar a conduta técnica e ética da prática das(os) profissionais psicólogas(os), com base na regulamentação vigente do Sistema Conselhos e em pesquisa científica.

PROPOSTA 281 | Origem (encaminhar): 11-E1-0021

Marcador: Relações interinstitucionais - CBO

Que o Sistema Conselhos proponha junto aos órgãos competentes, a atualização do Catálogo Brasileiro de Ocupações, após estabelecer debates sobre nossa descrição na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), a partir das práticas regulamentadas da Psicologia.

PROPOSTA 282 | Origem (encaminhar): 15-E1-0010

Marcador: Relações interinstitucionais - CNJ

Estabelecer diálogo com o Sistema de Justiça a respeito das determinações advindas do Poder Judiciário e Ministério Público que extrapolam as competências das psicólogas dos Sistemas Único de Assistência Social (SUAS) e Saúde (SUS), bem como do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), mantendo e ampliando espaços de discussão sobre as implicações na atuação da psicóloga no SUAS, SUS e SINASE, após a Lei nº 13.431, de 2017, e o Decreto nº 9.603,

de 10 de dezembro de 2018 (escuta protegida), construindo orientações técnicas para a categoria, tendo como referência os documentos orientadores do Sistema Conselhos.

PROPOSTA 285 | Origem (encaminhar): 18-E1-0045

Marcador: Relações interinstitucionais - DPVAT

Que o CFP e a FENAPSI estabeleçam diálogo junto à empresa seguradora responsável pelo prêmio do seguro Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT) para que o acompanhamento psicológico das vítimas de trânsito seja coberto pelo mesmo.

PROPOSTA 287 | Origem (mesclar): 23-E3-0144, 07-E3-0130, 04-E3-0270, 05-E3-0074 |

Marcador: Relações interinstitucionais - Garantia de direitos

Que o Sistema Conselhos apoie o fortalecimento dos sindicatos da Psicologia e a FENAPSI, no sentido de combater a precarização do vínculo trabalhista, preservando e ampliando conquistas, para garantir a proteção às relações de trabalho, em especial, o piso salarial, a causa da jornada de até 30 horas, conforme Projetos de Lei em andamento no Congresso Nacional, buscando articulação com as entidades da Psicologia.

PROPOSTA 288 | Origem (mesclar): 06-E1-0062, 18-E1-0002, 18-E1-0024, 11-E1-0027, 11-E1-0034, 07-E1-0023, 13-E1-0068, 14-E1-0007, 16-E1-0001

Marcador: Relações interinstitucionais - Poder Legislativo - Garantia em lei

Que o Sistema Conselhos de Psicologia assegure o funcionamento democrático do Sistema, expresso nos espaços de deliberação e formulação da política, tais como APAFs, Assembleias Gerais Orçamentárias e Congressos (Coreps e CNPs), garantindo também as eleições diretas em todos os níveis (regional e nacional) para o Sistema Conselhos, bem como a autonomia do Conselho Federal de Psicologia em seu poder de regulamentar e normatizar o exercício profissional, buscando o contínuo aprimoramento dos mecanismos de transparência e rigor da gestão, considerando o marco fundamental de já sermos auditados e fiscalizados pelo TCU.

PROPOSTA 289 | Origem (encaminhar): 17-E1-0057

Marcador: Relações interinstitucionais - Poder Legislativo
- Garantia em lei - Desporto

Que o Sistema Conselhos mantenha a articulação no Congresso Nacional referente ao Projeto de Lei nº 13/2012, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para tornar obrigatória a prestação de assistência psicológica continuada aos atletas profissionais, para garantir atuação da(o) psicóloga(o) do esporte nas diversas categorias desportivas e paradesportivas da base e inclusão ao profissional.

PROPOSTA 290 | Origem (mesclar): 15-E3-0001, 03-E1-0002, 18-E3-0087, 23-E3-0096, 11-E1-0027, 07-E3-0145, 12-E3-0181, 08-E3-0236, 04-E1-0001, 16-E30222

Marcador: Relações interinstitucionais - Poder Legislativo
- Garantia em lei - Psicoterapia

Discutir, no âmbito do Sistema Conselhos, e articular junto ao Legislativo sobre a psicoterapia como prática da psicologia, considerando os aspectos teóricos, éticos e técnicas(os) da psicologia a partir das discussões feitas pelo GT de psicoterapia instituído na APAF de maio de 2019, incluindo nessas discussões do GT a pauta da exclusividade da psicoterapia para psicólogas(os).

PROPOSTA 291 | Origem (mesclar): 23-E1-0011, 11-E1-0027, 01-E1-0112

Marcador: Relações interinstitucionais - Poder Legislativo
- Saúde e sofrimento psíquico

Garantir acompanhamento e articulação do Sistema Conselhos nas três esferas do poder (Legislativo, Executivo e Judiciário), nos âmbitos municipal, estadual e federal, em pautas de interesse da psicologia.

PROPOSTA 292 | Origem (mesclar): 03-E1-0114, 17-E3-0118, 01-E3-0075

Marcador: Relações interinstitucionais - Presença da(o) psicóloga(o) na Assistência Social

Dialogar com o Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS – FNTSUAS, Comissão Intergestora Tripartite – CIT,

Associação Brasileira de Psicologia na Assistência Social – ABRAPAS e Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO, Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e frente parlamentar em defesa do SUAS para que seja realizada a recomposição do orçamento do SUAS e suas seguranças afiançadas, incidência política para aprovação da PEC 383 que estabelece 1% do orçamento para a Política de Assistência Social, bem como alicerçar os direitos das(os) trabalhadoras(es) no âmbito desta política.

PROPOSTA 294 | Origem (mesclar): 18-E1-0013, 03-E3-0067, 09-E1-0187, 09-E1-0207

Marcador: Relações interinstitucionais - Presença da(o) psicóloga(o) na saúde

Articular junto aos sindicatos, FENAPSI e outras entidades da Psicologia nos espaços deliberativos das políticas de saúde (conselhos e conferências, entre outros) sobre a obrigatoriedade da presença da(o) psicóloga(o) em serviços de atenção básica à saúde, bem como sobre a ampliação dos procedimentos de psicologia na tabela SUS e trabalhar junto com Ministério da Saúde para reativar supervisores e ativadores de rede.

PROPOSTA 296 | Origem (encaminhar): 02-E3-0240

Marcador: Relações interinstitucionais - Psicologia Hospitalar
Regulamentar os serviços de psicologia no âmbito hospitalar, criando parâmetros de dimensionamento da força de trabalho das(os) profissionais psicólogas(os), neste contexto.

PROPOSTA 298 | Origem (mesclar): 03-E1-0106, 23-E1-0046, 11-E3-0110, 04-E1-0092, 17-E1-0049, 15-E1-0033

Marcador: Relações interinstitucionais - Saúde mental

Considerando a necessidade do fortalecimento da Política de Redução de Danos (como estratégia e paradigma), da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial enquanto Política de Saúde Mental, em respeito aos direitos humanos e contrário às internações involuntárias e compulsórias, promovendo o enfrentamento junto ao Ministério da Saúde em relação à compra e utilização de aparelhos de eletroconvulsoterapia (ECT), com base no seu uso histórico como instru-

mento de tortura, que é vedado pelo artigo 1º, inciso 9º, da Constituição Federal, exigindo critérios técnicos para a escolha dos investimentos em saúde mental, priorizando o tratamento humanizado, comunitário, na prevenção/posvenção ao suicídio e a outras situações de crise e violências, propor em articulação com o Conselho Nacional de Saúde, movimentos sociais e outros conselhos federais de saúde, na 16ª Conferência Nacional de Saúde, a convocação da 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental como forma de mobilizar a sociedade, usuárias(os), familiares e profissionais em defesa de uma sociedade sem quaisquer formas de manicômio.

PROPOSTA 299 | Origem (mesclar): 18-E1-0094, 20-E1-0012, 05-E1-0035

Marcador: Relações interinstitucionais - Saúde mental - RAPS
Fazer gestão junto às instâncias legislativas e executivas nacional, estaduais e municipais e dialogar com o controle social e instâncias representativas no sentido de fortalecer as conquistas da política de Saúde mental e das Redes de Atenção Psicossocial (RAPs), promovendo fóruns de discussões entre o Sistema Conselhos, usuários, entidades que atuam na perspectiva antimanicomial, provocando a implementação, ampliação e inclusão obrigatória das(os) psicólogas(os) na Rede.

PROPOSTA 301 | Origem (encaminhar): 19-E1-0047

Marcador: Revisão do porte dos Conselhos

Que o Sistema Conselhos revise os critérios da APAF para definição do porte dos CRPs para defini-los como pequenos, médios e grandes e que, além do número de profissionais inscritas(os) nos Regionais, sejam verificados e considerados outros fatores.

PROPOSTA 305 | Origem (encaminhar): 12-E1-0018

Marcador: Adoção

Que o Sistema Conselhos promova o debate sobre o papel da psicóloga no contexto da adoção e na produção de referências técnicas para esta atuação e proponha, com os órgãos competentes, estratégias para o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e com participação efetiva das(os) psicóloga(os)s nesse processo.



Eixo 2

**O diálogo da
Psicologia com a
sociedade brasileira
e suas relações
com a democracia e
direitos humanos.**

QUANTIDADE DE PROPOSTAS: 84

PROPOSTA 1 | Origem (encaminhar): 05-E2-0049

Marcador: Acesso a serviços psicológicos

Articular com os órgãos competentes para fortalecer a democratização do acesso das populações historicamente marginalizadas aos serviços de psicologia, tendo em vista o compromisso da Psicologia com essas populações (indígena, negros, LGBTI, pessoas privadas de liberdade, pessoas em situação de rua, pessoas com deficiência, quilombolas, ribeirinhas, ciganos, povos de terreiros, crianças, adolescentes, jovens e idosos, pessoas com HIV e AIDS, entre outros)³ frente a seus direitos e acesso a políticas públicas.

PROPOSTA 2 | Origem (mesclar): 21-E2-0114, 21-E2-0124, 12-E2-0050, 05-E2-0069

Marcador: Articulação - Direitos Humanos

Aprofundar o diálogo com os movimentos sociais, estudantil, entidades representativas (LGBTI, feministas, anti-proibicionistas, movimento negro, povos indígenas, povos tradicionais, tais como população ribeirinha, quilombola e cigana, fóruns representativos de religiões de matriz africana, pessoas em situação de rua, povo em luta por território, mulheres, imigrantes, pessoas com deficiência, infâncias, juventudes e idosos, pessoas privadas de liberdade, profissionais do sexo, pessoas vivendo com HIV e AIDS e outros grupos que têm seus direitos sistematicamente violados), instituições públicas e Comissões de Direitos Humanos, em nível regional e nacional, acerca da banalização do extermínio direto e indireto e contra violências institucional e estatal que atingem estas populações, objetivando ampliar e fortalecer a relação da Psicologia com a garantia de direitos fundamentais, em favor da democracia, dos direitos humanos e contra a todas formas de exclusão.

PROPOSTA 5 | Origem (encaminhar): 20-E2-0056

Marcador: Articulação - Direitos Humanos/Livre expressão
Que o Sistema Conselhos articule com as instituições pú-

3 Seguindo o acordado durante o 10º CNP, sempre que aparecerem referências a populações diversas, como crianças e adolescentes; povos tradicionais, ribeirinhos, população do campo e indígenas, estamos nos referindo a todas as populações abaixo mencionadas:

Pessoas com deficiência, mulheres, crianças, adolescentes, jovens, pessoas idosas, população negra, povos indígenas, quilombolas, romanis, povos faxinalenses, catadores de mangaba, quebradeiras de coco de babaçu, povos de terreiro, comunidades tradicionais pantaneiras, pescadores, caiçaras, extrativistas, pomeranos, retirêiros de Araguaia, comunidades de fundo de pasto, povos nômades, população ribeirinha, pessoas em situação de rua, pessoas vivendo e convivendo com HIV/AIDS, pessoas privadas de liberdade, adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, pessoas em situação de rua, migrantes, pessoas afetadas por riscos, emergências e desastres, e crime ambiental, LGBTI, profissionais do sexo, paneleiras, povos refugiados, crianças e adolescentes em acolhimento, pessoas atingidas por barragens, marisqueiras, povos das florestas, águas e mares.

blicas e privadas no intuito de incentivar as discussões sobre o fortalecimento da cidadania e a importância de livre expressão política, cultural e ideológica à luz dos Direitos Humanos, promovendo ações para o combate à tortura e a todas as formas de preconceito, discriminação e estigmatização, relacionados à raça, gênero, identidade/expressão de gênero orientação sexual, classe, etnia, credo/religião e quaisquer outras particularidades.

PROPOSTA 6 | Origem (mesclar): 03-E2-0049, 12-E2-0046
Marcador: Articulação - Direitos Humanos/Prevenção e combate à tortura

Articular e apoiar a criação dos mecanismos, comitês e fóruns de prevenção e combate à tortura em todas as Unidades Federativas, bem como a integração dos Comitês Estaduais de Prevenção e Combate à Tortura.

PROPOSTA 52 | Origem (mesclar): 06-E1-0004, 23-E1-0012, 15-E1-0049

Marcador: Combate ao desmonte das políticas públicas
Articular junto às instituições do Estado democrático e de direito iniciativas de combate ao Estado de exceção e ao desmonte das políticas públicas, do controle social e da participação popular, mobilizando as(os) psicólogas(os) e estudantes de graduação em Psicologia de Instituições de Ensino Superior públicas e privadas, por meio das mídias sociais e em eventos promovidos pelos Regionais e outros, no sentido de acompanhar e aprofundar a compreensão das ações das políticas de Governo (da União, dos Estados e dos Municípios) em relação às políticas públicas e às perdas de espaço no campo profissional conquistadas pela atuação das psicólogas.

PROPOSTA 57 | Origem (encaminhar): 23-E2-0050

Marcador: Articulação - Direitos Humanos/Publicação e divulgação de materiais

Aproximar e articular com os movimentos sociais e estudantil, em nível regional e nacional, visando ao fortalecimento entre relação da Psicologia com a sociedade, investindo na produção, publicação e divulgação de materiais de educação em direitos humanos.

PROPOSTA 61 | Origem (encaminhar): 16-E2-0129

Marcador: Articulação - Direitos Humanos/Violação

Articular com órgãos, instituições e entidades de defesa dos direitos humanos a orientação, fiscalização e monitoramento periódico a estabelecimentos de privação e restrição de liberdade, (incluindo Centros de Atendimento Socioeducativo) acolhimento institucional, instituições com práticas manicomiais (hospitais psiquiátricos, comunidades terapêuticas, manicômios judiciários), leitos de saúde mental em hospitais gerais, com o foco na prevenção e combate à tortura, inclusive as violações do direito de povos indígenas e das pessoas travestis e transexuais à livre expressão de sua identidade de gênero, visando à garantia dos direitos humanos.

PROPOSTA 63 | Origem (encaminhar): 08-E2-0154

Marcador: Articulação - Educação/Democracia

Promover debates, em parceria com as entidades da Psicologia, junto à categoria, à sociedade, aos espaços de controle social (fóruns, conferências de educação, etc.) e às entidades e associações do campo da educação, com o intuito de repensar o modelo de funcionamento escolar atual e de combater projetos que coloquem em risco o livre pensar e a atividade educativa, como o Escola sem Partido, fortalecendo ações que contemplem as singularidades humanas e os processos coletivos e humanitários, pautando-se por um modelo de educação inclusiva, democrática e cidadã, que respeite a diversidade e que crie condições para o protagonismo dos estudantes e de toda a comunidade escolar.

PROPOSTA 67 | Origem (mesclar): 18-E2-0107, 12-E2-0054, 04-E2-0160

Marcador: Articulação - Formação/Direitos Humanos

Ampliar o diálogo com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) e a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP) sobre a inclusão nas ementas universitárias dos cursos de Psicologia (graduação, licenciatura e pós-graduação) das contribuições da Psicologia nas reflexões contra o totalitarismo e violên-

cias cotidianas da sociedade, contemplando a transversalidade dos direitos humanos na formação profissional de Psicologia, as relações étnico-raciais (de acordo com as leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008) e reforçando a necessidade de discussão sobre políticas públicas e direitos humanos.

PROPOSTA 69 | Origem (encaminhar): 10-E2-0044

Marcador: Articulação - Formação/Direitos Humanos - MEC
Ampliar o diálogo com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), envidando esforços para aprovação das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em psicologia que incluem nos currículos pedagógicos destes cursos conhecimentos acerca de orientação sexual, identidade de gênero, relações étnico-raciais, saúde indígena, sexualidade, medidas socioeducativas, desigualdades sociais e direitos humanos.

PROPOSTA 76 | Origem (encaminhar): 18-E2-0086

Marcador: Articulação - Laicidade/FENPB e FENAPSI
Ampliar e intensificar, juntamente com o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB) e a Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI), discussões de temas relacionados à laicidade na Psicologia e defesa dos direitos humanos na prática profissional.

PROPOSTA 79 | Origem (encaminhar): 01-E2-0052

Marcador: Articulação - Licenciatura em psicologia
Promover espaços de diálogos para as(os) profissionais, instituições e sociedade sobre a práxis da licenciatura em psicologia.

PROPOSTA 82 | Origem (encaminhar): 08-E2-0177

Marcador: Articulação - Mobilidade humana e urbana
Promover, a partir de eventos em todos os Regionais e em parceria com o Fórum de Entidades da Psicologia Brasileira – FENPB, debate sobre a mobilidade humana e sustentável, reconhecendo-a como necessidade social.

PROPOSTA 84 | Origem (encaminhar): 18-E2-0041

Marcador: Articulação - Pessoas com deficiência - CNH e mobilidade

Ampliar o debate, juntamente com órgãos de trânsito e instituições afins, sobre a importância da acessibilidade para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e mobilidade humana no sistema de trânsito para as pessoas com deficiência.

4 Seguindo o acordado durante o 10º CNP, sempre que aparecerem referências a populações diversas, como crianças e adolescentes; povos tradicionais, ribeirinhos, população do campo e indígenas, estamos nos referindo a todas as populações abaixo mencionadas:

Pessoas com deficiência, mulheres, crianças, adolescentes, jovens, pessoas idosas, população negra, povos indígenas, quilombolas, romanis, povos faxinalenses, catadores de mangaba, quebradeiras de coco de babaçu, povos de terreiro, comunidades tradicionais pantaneiras, pescadores, caiçaras, extrativistas, pomeranos, retirados de Araguaia, comunidades de fundo de pasto, povos nômades, população ribeirinha, pessoas em situação de rua, pessoas vivendo e convivendo com HIV/AIDS, pessoas privadas de liberdade, adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, pessoas em situação de rua, migrantes, pessoas afetadas por riscos, emergências e desastres, e crime ambiental, LGBTI, profissionais do sexo, paneleiras, povos refugiados, crianças e adolescentes em acolhimento, pessoas atingidas por barragens, marisqueiras, povos das florestas, águas e mares.

PROPOSTA 86 | Origem (encaminhar): 05-E2-0054

Marcador: Articulação - Pessoas vivendo com HIV/AIDS - CREPOP

Comprometer-se na luta contra a AIDS e contra os estigmas sofridos pelas pessoas vivendo com HIV, fomentando representação junto aos conselhos de saúde, direitos humanos e LGBTI, transversalizando esse debate, criando uma agenda de debates nacional no mês de dezembro – mês de luta contra AIDS/HIV e garantir a publicação e divulgação da Referência Técnica para a atuação de psicólogas(os) no âmbito das ISTs/HIV/AIDS.

PROPOSTA 88 | Origem (mesclar): 22-E2-0020, 21-E2-0123, 14-E2-0024, 17-E2-0006 |

Marcador: Articulação - Políticas públicas - Controle social
Estimular a defesa da manutenção e reativação dos espaços de controle social, construção, monitoramento e avaliação de políticas públicas (conferências), no intuito de reverter o desmonte desses sistemas, orientando e promovendo ações que ampliem a participação das/os profissionais nestes espaços, a partir da defesa dos direitos humanos em relação à prática profissional, com ênfase para população negra, povos de matriz africana, comunidades tradicionais, LGBTI (priorizando ações voltadas a pessoas trans e travestis), indígenas, população em situação de rua, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes, e pessoas com sofrimento psíquico, pessoas vivendo com HIV/AIDS, mulheres e pessoas em situação de conflito com a lei, na prevenção à criminalização, desencarceramento.⁴

PROPOSTA 95 | Origem (encaminhar): 04-E2-0215

Marcador: Articulação - Políticas públicas - Controle social - Sistemas de justiça penal

Fomentar a participação das(os) psicólogas(os) nos pro-

cessos de elaboração, execução e monitoramento de políticas de segurança pública pautadas na prevenção à criminalização, no desencarceramento e na valorização das vidas em riscos e vulnerabilidade social.

PROPOSTA 97 | Origem (encaminhar): 08-E2-0108

Marcador: Articulação - Políticas públicas - Direitos Humanos

Propor e acompanhar, junto à comissão de competência do Conselho Federal de Psicologia, a vigilância acerca da condução e execução das políticas públicas, de modo que se preserve e se garanta princípios éticos em prol dos direitos humanos.

PROPOSTA 100 | Origem (mesclar): 06-E2-0093, 04-E2-0187

Marcador: Articulação - Políticas públicas - SUS/SUAS

Criar e implementar estratégias que subsidiem ações de enfrentamento ao desmonte e aos retrocessos dos sistemas de proteção social e garantia de direitos (SUS e SUAS, Sistema de Garantia e Proteção Integral à Criança e ao Adolescente, políticas de educação e outras políticas sociais), denunciando o subfinanciamento histórico agravado pela EC-95 e pela atual proposta de desvinculação total das receitas da União, em defesa de seu caráter público e democrático e da responsabilidade do Estado, fomentando o debate entre a categoria, estudantes, conselhos de direitos, movimentos sociais e Sistema de Justiça sobre direitos humanos e sociais, visando garantir a atuação das psicólogas nas equipes de referência, ampliando e qualificando sua participação nas instâncias de controle social. Defender e potencializar, ainda, o protagonismo das(os) usuárias(os) nestes espaços, fortalecer o trabalho em rede, posicionando-se contra as práticas assistencialistas e medicalizantes e evitar a judicialização da vida e do saber/fazer da Psicologia.

PROPOSTA 105 | Origem (encaminhar): 06-E2-0139

Marcador: Articulação - População negra/criança e adolescente

Ampliar e promover, em parceria com movimentos sociais, órgãos do Sistema de Justiça e de Segurança Pública, dis-

cussões sobre a violência policial, a criminalização, o encarceramento em massa e genocídio da população negra e periférica, criando e implementando ações que visam ao acesso à cultura e arte, bem como suas expressões, em articulação com as instituições governamentais e organizações da sociedade civil, debatendo sobre os processos de produção de desigualdades sociais, raciais, de classe, gênero e sexualidade. Qualificar o exercício da Psicologia visando ao enfrentamento ao racismo estrutural pela expansão de ações afirmativas e priorizar o enfrentamento da violência estrutural do Estado. Fomentar, nos diversos espaços institucionais, a discussão sobre resgate da origem e subjetividade das crianças e adolescentes negros, promovendo a reflexão sobre os impactos decorrentes do racismo na infância e na vida adulta e reafirmando a participação do Conselho na garantia dos direitos humanos e da democracia.

PROPOSTA 107 | Origem (mesclar): 23-E2-0047, 20-E2-0044

Marcador: Articulação - Povos tradicionais e originários - Saúde mental

Ampliar o diálogo entre as esferas públicas, incluindo a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), movimentos indígenas e os profissionais que trabalham no SASI/SUS, com o objetivo de fortalecer as redes de serviços antimatrimoniais, contribuindo no fortalecimento das redes de atenção à saúde e consolidando o diálogo da Psicologia com saberes e práticas tradicionais, para atuação junto a essa população nos diversos aspectos de sua saúde, com ênfase estratégica ao tema do suicídio e territórios.

PROPOSTA 108 | Origem (encaminhar): 06-E2-0131

Marcador: Articulação - Povos tradicionais e originários/colonização

Que o Sistema Conselhos, reconhecendo o histórico e contínuo processo de violência do Estado contra os povos indígenas, quilombolas, romanis, povos faxinalenses, catadores de mangaba, quebradeiras de coco de babaçu, povos de terreiro, comunidades tradicionais pantaneiras, pescadores, caiçaras, extrativistas, pomeranos, retireiros de Araguaia, comunidades de fundo de pasto, povos nômades, população ri-

beirinha, paneleiras, marisqueiras, povos das florestas, águas e mares,⁵ amplie o diálogo com esses povos e incentive sua participação nos espaços do Sistema Conselhos, construa diretrizes de atuação e embase suas ações com esses povos pela posição antirracista e decolonial.

PROPOSTA 109 | Origem (encaminhar): 03-E2-0232

Marcador: Articulação - Prevenção e enfrentamento ao suicídio

O Sistema Conselhos de Psicologia do Brasil, em articulação com organizações governamentais e não governamentais relacionadas à saúde, educação, esporte, assistência social, trabalho e segurança, deverá desenvolver estratégias de prevenção e posvenção do suicídio, brincadeiras perigosas (com possibilidade de causar danos à corporeidade e à vida de crianças e adolescentes, tais como jogo de asfixia e jogos da internet), autolesão e demais violências, com destaque às populações mais vulnerabilizadas.

PROPOSTA 111 | Origem (encaminhar): 07-E2-0075

Marcador: Articulação - Saúde mental

Articular diretamente com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário a revogação das legislações, portarias, notas e decretos que sejam contrários à política da Reforma Psiquiátrica (Lei nº 10.216/01) e luta antimanicomial, manifestando-se em contrariedade ao uso da eletroconvulsoterapia, garantindo a ampliação da Rede de serviços antimanicomiais, fortalecendo o cuidado em saúde mental em serviços de base comunitária.

PROPOSTA 115 | Origem (mesclar): 13-E2-0086, 17-E2-0021, 19-E2-0071, 10-E2-0041 |

Marcador: Articulação - Sistema de justiça - Intersectorialidade

Considerando as pautas de judicialização de demandas do SUAS, SINASE e SUS e de transbordo do Sistema de Justiça, fomentar as discussões com o Sistema de Justiça (Conselho Nacional de Justiça – CNJ), de Segurança Pública e sistemas de garantias de direitos (conselho tutelar, conselhos de direitos, Ministério Público, entre outros), no

5 Seguindo o acordado durante o 10º CNP, sempre que aparecerem referências a populações diversas, como crianças e adolescentes; povos tradicionais, ribeirinhos, população do campo e indígenas, estamos nos referindo a todas as populações abaixo mencionadas:

Pessoas com deficiência, mulheres, crianças, adolescentes, jovens, pessoas idosas, população negra, povos indígenas, quilombolas, romanis, povos faxinalenses, catadores de mangaba, quebradeiras de coco de babaçu, povos de terreiro, comunidades tradicionais pantaneiras, pescadores, caiçaras, extrativistas, pomeranos, retiros de Araguaia, comunidades de fundo de pasto, povos nômades, população ribeirinha, pessoas em situação de rua, pessoas vivendo e convivendo com HIV/AIDS, pessoas privadas de liberdade, adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, pessoas em situação de rua, migrantes, pessoas afetadas por riscos, emergências e desastres, e crime ambiental, LGBTI, profissionais do sexo, paneleiras, povos refugiados, crianças e adolescentes em acolhimento, pessoas atingidas por barragens, marisqueiras, povos das florestas, águas e mares.

intuito de promover a compreensão dos mesmos sobre o papel de políticas de saúde e assistência social, estabelecendo critérios para solicitações do Poder Judiciário às psicólogas dessas políticas, evitando as excessivas demandas judiciais ao fazer profissional das(os) psicólogas(os) nas Políticas Públicas de saúde e assistência social, inclusive construindo documento de recomendações direcionado aos gestores destas políticas.

PROPOSTA 117 | Origem (encaminhar): 17-E2-0092

Marcador: Articulação - Sistemas de justiça penal

Manter a incidência e participação em fóruns de discussão, construção e fiscalização da política pública de segurança pública no sentido do respeito aos direitos humanos das pessoas envolvidas com atos infracionais/crimes, sejam elas imputáveis, inimputáveis ou semi-imputáveis; além da necessidade de aumentar a inserção e valorizar o profissional da Psicologia nas instituições de execução judicial.

PROPOSTA 118 | Origem (encaminhar): 08-E2-0114

Marcador: Articulação - Sistemas de justiça penal/movimentos sociais

Estabelecer parceria com movimentos sociais com o intuito de compreender e denunciar a violência política e policial e o encarceramento em massa, fomentando métodos alternativos de resolução de conflitos (como as práticas restaurativas e transformativas e estratégias de comunicação não violenta) no âmbito da segurança pública que superem o modelo penal que tem como paradigma o encarceramento da juventude negra, população pobre e periférica, propondo alternativas à militarização das relações entre o Estado e a população, bem como sendo intransigente na defesa da não redução da maioria penal e do não aumento do tempo de internação dos/as adolescentes que cumprem medida socioeducativa e a favor da manutenção da redução de danos e do fazer antimanicomial e antiproibicionista.

PROPOSTA 120 | Origem (encaminhar): 07-E2-0095

Marcador: Avaliação psicológica - Direitos Humanos

As Comissões de Avaliação Psicológica devem considerar os marcadores sociais da diferença (raça, etnia, gênero, território, deficiência, classe, entre outros), em especial as dinâmicas e expressões do racismo, sexismo, LGBTIfobia e capacitismo.

PROPOSTA 121 | Origem (encaminhar): 10-E2-0039

Marcador: Avaliação psicológica - Processo transexualizador
Produzir referências técnicas não estigmatizantes e que não foquem apenas no processo avaliativo como indicativo cirúrgico a partir de discussões com movimento de pessoas transexuais, travestis e não binários sobre o acompanhamento psicológico do processo transexualizador.

PROPOSTA 131 | Origem (mesclar): 15-E2-0004, 18-E3-0047, 21-E3-0132, 23-E2-0175, 09-E3-0196, 04-E2-0118, 19-E2-0064, 16-E2-0106, 10-E2-0036, 01-E20050

Marcador: Comunicação

Ampliar formas de divulgação e diálogo com a sociedade, por meio de linguagem assertiva e de fácil compreensão, através de diferentes meios e espaços de comunicação (rádio, TV, podcast, Instagram, Facebook, Twitter, etc.) para discussão e divulgação da abrangência da Psicologia como ciência e profissão, sobre o exercício ilegal da profissão e elucidação das práticas do exercício profissional, diferenciando-a de outras áreas/atuações como Práticas Integrativas Complementares (PICs), práticas terapêuticas alternativas e complementares, buscando o desenvolvimento, valorização, autonomia, consciência profissional e política, em favor da democracia e da defesa dos direitos humanos.

PROPOSTA 132 | Origem (encaminhar): 19-E2-0084

Marcador: Comunicação - CREPOP - Saúde mental - Povos tradicionais e originários

Que o Sistema Conselhos reforce seu compromisso com as comunidades tradicionais, quilombolas, povos originários, populações ribeirinhas,⁶ entre outras por meio da criação de campanhas de “prevenção e posvenção ao suicídio”, “cuidados em saúde mental” e outras iniciativas, considerando os dados atuais sobre os altos índices de suicídio em tais comunidades, de acordo com a Política

6 Seguindo o acordado durante o 10º CNP, sempre que aparecerem referências a populações diversas, como crianças e adolescentes; povos tradicionais, ribeirinhos, população do campo e indígenas, estamos nos referindo a todas as populações abaixo mencionadas:

Pessoas com deficiência, mulheres, crianças, adolescentes, jovens, pessoas idosas, população negra, povos indígenas, quilombolas, romanis, povos faxinalenses, catadores de mangaba, quebradeiras de coco de babaçu, povos de terreiro, comunidades tradicionais pantaneiras, pescadores, caiçaras, extrativistas, pomeranos, retiros de Araguaia, comunidades de fundo de pasto, povos nômades, população ribeirinha, pessoas em situação de rua, pessoas vivendo e convivendo com HIV/AIDS, pessoas privadas de liberdade, adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, pessoas em situação de rua, migrantes, pessoas afetadas por riscos, emergências e desastres, e crime ambiental, LGBTI, profissionais do sexo, paineleiras, povos refugiados, crianças e adolescentes em acolhimento, pessoas atingidas por barragens, marisqueiras, povos das florestas, águas e mares.

Nacional de Atenção à Saúde Indígena e as resoluções pertinentes e os materiais do CREPOP que versem sobre a temática, respeitando as culturas de cada povo.

7 Seguindo o acordado durante o 10º CNP, sempre que aparecerem referências a populações diversas, como crianças e adolescentes; povos tradicionais, ribeirinhos, população do campo e indígenas, estamos nos referindo a todas as populações abaixo mencionadas:

Pessoas com deficiência, mulheres, crianças, adolescentes, jovens, pessoas idosas, população negra, povos indígenas, quilombolas, romanis, povos faxinalenses, catadores de mangaba, quebradeiras de coco de babaçu, povos de terreiro, comunidades tradicionais pantaneiras, pescadores, caiçaras, extrativistas, pomeranos, retirados de Araguaia, comunidades de fundo de pasto, povos nômades, população ribeirinha, pessoas em situação de rua, pessoas vivendo e convivendo com HIV/AIDS, pessoas privadas de liberdade, adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, pessoas em situação de rua, migrantes, pessoas afetadas por riscos, emergências e desastres, e crime ambiental, LGBTI, profissionais do sexo, paneleiras, povos refugiados, crianças e adolescentes em acolhimento, pessoas atingidas por barragens, marisqueiras, povos das florestas, águas e mares.

PROPOSTA 139 | Origem (mesclar): 03-E2-0020, 18-E2-0049, 18-E2-0051, 18-E2-0058, 21-E2-0117, 08-E2-0115, 11-E2-0054, 07-E2-0056, 13-E2-0076, 13-E20079, 09-E2-0269, 04-E2-0110, 04-E2-0193, 17-E2-0088, 10-E2-0042, 05-E2-0046, 02-E2-0149, 15-E2-0052 | Marcador: Comunicação - Direitos Humanos Fortalecer, em parceria com os movimentos populares e sociais, a participação da Psicologia na luta pelos direitos humanos, reforçando a transversalidade do tema na profissão e os posicionamentos ético-políticos do Sistema Conselhos, sensibilizando sobre como contextos políticos, sociais e culturais agem como produtores de sofrimento psíquico, em defesa de políticas de ações afirmativas que visem à garantia de direitos e à cidadania e ao combate à discriminação e a toda e qualquer forma de violação de direitos (populações empobrecidas, negras, periféricas, com deficiências, indígenas, LGBTI, quilombolas, povos tradicionais, do campo e das florestas, sem-terra, mulheres e crianças em situação de violência doméstica, de gênero e feminicídio),⁷ ampliando a escuta e as práticas psicológicas e potencializando a produção científica, publicações, campanhas e eventos nesse âmbito.

PROPOSTA 140 | Origem (encaminhar): 04-E2-0107
 Marcador: Comunicação - Direitos Humanos/CREPOP
 Promover discussões com a categoria profissional, a sociedade, instituições parceiras, Fórum de Entidades da Psicologia Brasileira (FENPB) e movimentos sociais sobre as relações de gênero, raça, etnia e classe, desenvolvendo eventos, debates e confecção de materiais pelo CREPOP com o objetivo de fomentar a discussão dos temas supracitados, impelindo, assim, que o Sistema Conselhos torne explícito a toda comunidade seus posicionamentos contra toda forma de violação de direitos humanos, rechaçando quaisquer práticas racistas, LGBTfóbicas, discriminatórias e de “orientação e reorientação” sexual e de gênero, incluindo as descritas no PL 4.931/2016.

PROPOSTA 145 | Origem (mesclar): 09-E2-0266, 04-E2-0111

Marcador: Comunicação - Direitos Humanos/Violação

Elaborar estratégias para a defesa dos direitos humanos e enfrentamento de toda forma de violência, denunciando a ocorrência de torturas, violações de direitos, racismo e etnocídio, principalmente para grupos vulneráveis e vítimas históricas de exclusão, como: população em situação de rua, LGBTI, quilombola, negra, indígena, periférica, mulheres, juventudes, pessoas com deficiência, residentes em instituições asilares e de longa permanência⁸.

PROPOSTA 146 | Origem (encaminhar): 13-E2-0085

Marcador: Comunicação - Direitos Humanos/violação - Proteção ao profissional

Promover discussões com a categoria, Sistema de Justiça, Conselhos profissionais e a sociedade, objetivando a construção de procedimentos que garantam o sigilo e a proteção às(aos) profissionais que notificam e/ou denunciam situação de violação de direitos.

PROPOSTA 148 | Origem (encaminhar): 10-E2-0059

Marcador: Comunicação - Divulgação científica/Amazônia

Criar revista e dossiês para publicações de trabalhos e experiências profissionais no campo da Psicologia na Amazônia, enfatizando a importância dos afazeres da(o) psicóloga(o) da região, como forma de oportunizar à sociedade brasileira o conhecimento acerca da realidade vivenciada pelas(os) psicólogas(os) amazônidas no exercício da profissão, compreendendo a Amazônia como patrimônio nacional.

PROPOSTA 150 | Origem (encaminhar): 20-E2-0040

Marcador: Comunicação - Educação e saúde mental

Contribuir e incentivar junto ao sistema de educação a realização de campanhas de saúde mental e cultura de paz na escola, com ênfase interventiva no processo de mediação de conflitos.

PROPOSTA 153 | Origem (mesclar): 07-E2-0072, 01-E2-0034

Marcador: Comunicação - Educação/democracia

8 Seguindo o acordado durante o 10º CNP, sempre que aparecerem referências a populações diversas, como crianças e adolescentes; povos tradicionais, ribeirinhos, população do campo e indígenas, estamos nos referindo a todas as populações abaixo mencionadas:

Pessoas com deficiência, mulheres, crianças, adolescentes, jovens, pessoas idosas, população negra, povos indígenas, quilombolas, romanis, povos faxinalenses, catadores de mangaba, quebradeiras de coco de babaçu, povos de terreiro, comunidades tradicionais pantaneiras, pescadores, caiçaras, extrativistas, pomeranos, retiros de Araguaia, comunidades de fundo de pasto, povos nômades, população ribeirinha, pessoas em situação de rua, pessoas vivendo e convivendo com HIV/AIDS, pessoas privadas de liberdade, adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, pessoas em situação de rua, migrantes, pessoas afetadas por riscos, emergências e desastres, e crime ambiental, LGBTI, profissionais do sexo, paineleiras, povos refugiados, crianças e adolescentes em acolhimento, pessoas atingidas por barragens, marisqueiras, povos das florestas, águas e mares.

Estabelecer e divulgar, a partir da construção de documentos da psicologia, posicionamento contra qualquer iniciativa no sentido de tutelar instituições de ensino, tal como o projeto de lei Escola sem Partido, bem como todos os processos de militarização dos ambientes escolares e/ou universitários, rechaçando qualquer projeto de lei que autorize a entrada do sistema repressivo nesses ambientes, buscando a inserção da psicologia, em articulação com os movimentos sociais, conselhos e fóruns de controle social e de trabalhadoras(es) da educação, com vistas à proteção e defesa dos direitos e da liberdade de expressão dos educandos e dos educadores, assim como a autonomia profissional dos docentes, incluindo o monitoramento permanente.

PROPOSTA 159 | Origem (encaminhar): 06-E2-0031

Marcador: Comunicação - Formação/Direitos Humanos

Articular com o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), a União Latino-Americana de Psicologia (ULAPSI) e a Associação Latino-Americana para Formação e Ensino da Psicologia (ALFEPSI) a defesa da autonomia didático-científica das Instituições de Ensino Superior e outras relacionadas à formação básica e continuada, da autonomia docente para selecionar, organizar e realizar suas atividades acadêmicas, em consonância com o projeto pedagógico de seu curso, com as diretrizes éticas da profissão, com o artigo 206 da Constituição Federal e com os Direitos Humanos para os cursos de graduação em Psicologia, posicionando-se pela defesa da formação pluralista, generalista e presencial em Psicologia, articulando-se com conselhos, associações e entidades de outras categorias profissionais que também defendam a formação de qualidade e mantendo posição crítica contra a mercantilização do ensino, a precarização das condições do trabalho docente e os retrocessos nas Políticas Públicas Educacionais.

PROPOSTA 162 | Origem (mesclar): 12-E2-0058, 09-E2-0025

Marcador: Comunicação - Gênero

Desenvolver, de forma contínua e em parceria com Instituições de Ensino, campanhas educativas e eventos sobre gênero, feminismos, psicologia feminista e violência

doméstica e de gênero contra meninas e mulheres (cis e trans), contextualizando a historicidade dessas temáticas, bem como as consequências desse tipo de violência e repercussão na saúde mental, de forma a ampliar o diálogo da Psicologia com a luta democrática empreendida em relação a tais violências em diversos espaços da sociedade.

PROPOSTA 165 | Origem (encaminhar): 13-E2-0084

Marcador: Comunicação - Judicialização da vida - Criança e adolescente

Estabelecer posicionamento contra a redução da maioria penal e judicialização da vida, ampliando a discussão na perspectiva da desconstrução da criminalização e institucionalização (medidas protetivas e socioeducativas) infantojuvenil relacionadas ao recorte de classe, raça, etnia e gênero através da promoção de campanhas educativas que alcancem as(os) profissionais e a população.

PROPOSTA 169 | Origem (mesclar): 03-E2-0111, 11-E2-0047, 07-E2-0058, 09-E2-0240 |

Marcador: Comunicação - Laicidade

Contribuir para a garantia da liberdade religiosa de crença e culto, por meio de campanhas de sensibilização e orientação e outras iniciativas do Sistema Conselhos a respeito da laicidade do Estado e do sofrimento psíquico decorrente da discriminação/racismo religioso, reafirmando o caráter laico da formação e do exercício profissional e reafirmando o posicionamento do Sistema Conselhos pela laicidade, ampliando a produção e a divulgação de materiais de orientação técnica sobre o exercício da profissão, bem como criando grupos de trabalho, comitês, fóruns de debates e articulação parlamentar sobre o tema.

PROPOSTA 171 | Origem (mesclar): 17-E2-0007, 10-E2-0051

Marcador: Comunicação - Medicalização e judicialização da vida

Ampliar o diálogo e a comunicação das(os) profissionais de Psicologia com outras categorias profissionais, no âmbito público e privado, para o compromisso ético e político contra a patologização da sociedade, articulando os

saberes e fazeres na busca de práticas substitutivas à medicalização e judicialização da vida, fortalecendo as redes de apoio e cuidado em saúde mental.

PROPOSTA 173 | Origem (encaminhar): 16-E2-0131

Marcador: Comunicação - Mobilidade humana e urbana/ violência e transversalidade

Discutir, garantindo a participação do Fórum de Entidades da Psicologia Brasileira (FENPB), a temática da mobilidade humana/urbana em relação a questões transversais, tais como violência de gênero e étnico-racial, compreendendo os aspectos do espaço da cidade como possível produtor de violências ou de garantia de direitos.

PROPOSTA 186 | Origem (mesclar): 06-E2-0128, 03-E2-0239, 18-E2-0056, 11-E2-0045, 09-E2-0291, 14-E2-0051, 16-E2-0136, 05-E2-0053, 01-E2-0018, 01-E20019

Marcador: Comunicação - Orientação sexual e diversidade de gênero

Reafirmar integralmente, no âmbito nacional e internacional, as Resoluções CFP nº 001/99 (que estabelece normas de atuação para as(os) profissionais de Psicologia em relação à questão da orientação sexual) e CFP nº 001/2018 (que estabelece normas de atuação para as(os) profissionais de Psicologia em relação às pessoas transexuais e travestis), por meio de políticas de fiscalização da oferta de serviços, da produção de conteúdos e de documentos norteadores, da promoção de eventos nos níveis de atuação, formação e organização estudantil e profissional, bem como da realização de ações de enfrentamento à LGBTIfobia e do fortalecimento do posicionamento contrário aos discursos da prática de “cura gay” e da patologização das lesbiomobissexualidades e das identidades de gênero, a fim de promover a cidadania e a garantia de direitos individuais, sexuais e reprodutivos.

PROPOSTA 187 | Origem (encaminhar): 02-E2-0151

Marcador: Comunicação - Pessoas com deficiência

Ampliar a política de acessibilidade, cumprindo a Lei nº 13.146/2015, tornando acessível à categoria e usuários do serviço todo o material produzido pelo Sistema Conselhos.

PROPOSTA 188 | Origem (mesclar): 08-E2-0144, 12-E2-0045

Marcador: Comunicação - Políticas públicas

Defender publicamente os sistemas de proteção social e garantia de direitos como políticas públicas sob responsabilidade do Estado, com caráter público e democrático, defendendo a não terceirização das instituições e serviços e criando mecanismos que propiciem análises, debates, divulgação e elucidação sobre o tema para toda a categoria, em diálogo com a sociedade, explicitando a defesa do SUS, do SUAS, do SINASE, da Educação pública e gratuita, incluindo o Sistema de Proteção Integral de Crianças e Adolescentes, e dos demais direitos sociais que se encontrem sob ameaça.

PROPOSTA 189 | Origem (encaminhar): 16-E2-0133

Marcador: Comunicação - Políticas públicas - CREPOP - Violência sexual

Fomentar debates, produzir referências e realizar ações junto à categoria e gestoras(es) visando à sensibilização ético-técnica e ao “advocacy” a respeito das especificidades do atendimento às vítimas de violência sexual no sistema de garantia de direitos, além de fomentar a ampliação da cobertura de serviços públicos especializados nessa área e fomentar o levantamento de dados sobre a demanda reprimida dos serviços já existentes.

PROPOSTA 190 | Origem (mesclar): 06-E2-0141, 08-E2-0170

Marcador: Comunicação - Políticas sobre drogas - Direitos Humanos

Defender uma política sobre drogas, com ações efetivas e contínuas, pautada pelo respeito aos direitos humanos, com a divulgação e fortalecimento das ações que visem à Redução de Danos, recusando a criminalização do uso de drogas e a perspectiva proibicionista, os desdobramentos nocivos dessas práticas para a saúde física e mental dos indivíduos, e o consequente encarceramento em massa e genocídio da juventude negra, população pobre e periférica, a judicialização, punibilidade e a internação compulsória.

PROPOSTA 191 | Origem (mesclar): 13-E2-0078, 05-E2-0064

Marcador: Comunicação - População negra

Ampliar o debate sobre a saúde e a subjetividade da população negra para compreender melhor suas demandas e os contextos em que estão inseridos, visando à melhoria do atendimento das(os) profissionais direcionado a esse grupo, tanto nos espaços comunitários como de atendimento individual, com ênfase nos prejuízos produzidos pelo racismo e preconceito racial.

9/10 Seguindo o acordado durante o 10º CNP, sempre que aparecerem referências a populações diversas, como crianças e adolescentes; povos tradicionais, ribeirinhos, população do campo e indígenas, estamos nos referindo a todas as populações abaixo mencionadas:

Pessoas com deficiência, mulheres, crianças, adolescentes, jovens, pessoas idosas, população negra, povos indígenas, quilombolas, romanis, povos faxinalenses, catadores de mangaba, quebradeiras de coco de babaçu, povos de terreiro, comunidades tradicionais pantaneiras, pescadores, caiçaras, extrativistas, pomeranos, retirados de Araguaia, comunidades de fundo de pasto, povos nômades, população ribeirinha, pessoas em situação de rua, pessoas vivendo e convivendo com HIV/AIDS, pessoas privadas de liberdade, adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, pessoas em situação de rua, migrantes, pessoas afetadas por riscos, emergências e desastres, e crime ambiental, LGBTI, profissionais do sexo, paneleiras, povos refugiados, crianças e adolescentes em acolhimento, pessoas atingidas por barragens, marisqueiras, povos das florestas, águas e mares.

PROPOSTA 192 | Origem (mesclar): 03-E2-0042, 16-E2-0139, 02-E2-0148

Marcador: Comunicação - População negra/indígena - Racismo

Debater a questão étnico-racial reafirmando a atuação da Psicologia na defesa de direitos da população negra, ciganos, povos originários e comunidades tradicionais⁹ considerando o posicionamento da categoria sobre o racismo como determinante de sofrimento psíquico, lançando mão para isso da realização e divulgação de pesquisas científicas sobre o impacto do racismo estrutural e institucional nos processos educacionais e na formação do sujeito, proporcionando espaços de produção teórica, discussão, eventos e GTs no intuito de estimular o desenvolvimento de uma categoria antirracista, não sexista e não classista, através de encontros regionais e seminários dentre outros, em articulação com as Instituições de Ensino Superior e entidades organizativas desses povos.

PROPOSTA 194 | Origem (mesclar): 08-E2-0127, 09-E2-0012, 20-E2-0063, 14-E2-0042, 10-E2-0040, 01-E2-0025

Marcador: Comunicação - Povos tradicionais e originários
Promover maior visibilidade em relação às demandas apresentadas pelas comunidades tradicionais (quilombolas, ciganos, quebradeiras de coco, etc.), pelos povos do campo (agricultores familiares, faxinalenses, acampados, assentados, etc.), povos originários, da floresta (comunidades extrativistas) e das águas (ribeirinhos, pescadores, caiçaras), povos atingidos por barragens, bem como pelas comunidades periféricas nos centros urbanos,¹⁰ por meio de diálogos que visem à garantia de seus direitos ao território, saúde, expressão cultural e escolarização, no viés

de políticas públicas diferenciadas, que compreendam os efeitos da colonialidade e branquitude na produção de subjetividade e sofrimento psíquico contemporâneo.

PROPOSTA 195 | Origem (encaminhar): 02-E2-0147

Marcador: Comunicação - Psicologia na América Latina
Garantir e ampliar a discussão entre a categoria que contemple a Psicologia no contexto da América Latina, por meio da articulação junto à União Latino-Americana de Psicologia (ULAPSI) e à Asociación Latinoamericana para la Formación y Enseñanza de la Psicología (ALFEPSI).

PROPOSTA 199 | Origem (encaminhar): 17-E2-0069

Marcador: Comunicação - Psicologia organizacional e do trabalho - Direitos Humanos
Promover ações que reafirmem o compromisso ético-político da psicologia organizacional e do trabalho, com os direitos humanos, o respeito, a população LGBTI, pessoas com deficiência, refugiados e imigrantes,¹¹ combatendo todas as formas de discriminação de gênero, étnico-racial, religiosa, de classe e condição social e respeitando o código de ética da(o) profissional psicóloga(o) e as normativas da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

PROPOSTA 200 | Origem (encaminhar): 11-E2-0040

Marcador: Comunicação - Psicologia organizacional e do trabalho - Trabalho escravo
Estabelecer posicionamento contra o trabalho análogo à escravidão e à precarização das relações trabalhistas, ampliando o debate acerca das consequências para a saúde do trabalhador.

PROPOSTA 201 | Origem (encaminhar): 19-E2-0095

Marcador: Comunicação - Saúde mental
Criar e apoiar campanhas e outras iniciativas permanentes, na perspectiva da luta antimanicomial e não patologizante, tais como “cuidados em “ e “prevenção e posvenção ao suicídio” em consonância com os preceitos éticos e regimentais do Sistema Conselhos.

11 Seguindo o acordo durante o 10º CNP, sempre que aparecerem referências a populações diversas, como crianças e adolescentes; povos tradicionais, ribeirinhos, população do campo e indígenas, estamos nos referindo a todas as populações abaixo mencionadas: *Pessoas com deficiência, mulheres, crianças, adolescentes, jovens, pessoas idosas, população negra, povos indígenas, quilombolas, romanis, povos faxinalenses, catadores de mangaba, quebradeiras de coco de babaçu, povos de terreiro, comunidades tradicionais pantaneiras, pescadores, caiçaras, extrativistas, pomeranos, retiros de Araguaia, comunidades de fundo de pasto, povos nômades, população ribeirinha, pessoas em situação de rua, pessoas vivendo e convivendo com HIV/AIDS, pessoas privadas de liberdade, adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, pessoas em situação de rua, migrantes, pessoas afetadas por riscos, emergências e desastres, e crime ambiental, LGBTI, profissionais do sexo, paneleiras, povos refugiados, crianças e adolescentes em acolhimento, pessoas atingidas por barragens, marisqueiras, povos das florestas, águas e mares.*

PROPOSTA 202 | Origem (encaminhar): 20-E2-0047

Marcador: Comunicação - Saúde mental - Escolar
Efetivar a Campanha Nacional de Promoção à Saúde Mental específica de usuários de álcool e outras drogas, em especial no âmbito escolar, na perspectiva da redução de danos e da luta antimanicomial.

PROPOSTA 203 | Origem (mesclar): 03-E2-0051, 19-E2-0070, 10-E2-0037

Marcador: Comunicação - Sistemas de justiça penal
Ampliar o debate e articular ações junto ao Sistema de Justiça, comunidades periféricas e movimentos sociais, na perspectiva do abolicionismo penal, garantindo a atuação da Psicologia nos sistemas penal, prisional, de segurança pública e de justiça, inclusive com a criação de grupo de trabalho sobre as condições da população carcerária e sua família (com ênfase na juventude negra e população feminina), incluindo as(os) adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e fomentando a implementação da Política Nacional da Mulher Encarcerada e Egressa do Sistema, considerando os impactos sociais e psicológicos do encarceramento, com atenção à criminalização da pobreza, à violência do Estado e ao genocídio da juventude negra encarcerada.

PROPOSTA 204 | Origem (mesclar): 22-E2-0017, 14-E2-0026, 16-E2-0142

Marcador: Comunicação - Sistemas de justiça penal - Direitos Humanos

Fomentar a criação de GT do Sistema Prisional e socioeducativo em cada Conselho Regional de Psicologia e promover ações em defesa da reforma do sistema prisional e socioeducativo brasileiro, promovendo o conhecimento sobre reencontro com a sociedade extramuro e direitos humanos, por meio do debate com a sociedade civil, poder público e categoria sobre cultura punitivista e busca por segurança, penalização da juventude negra, população pobre e periférica, medidas autoritárias, encarceramento em massa, medicalização de pessoas em privação ou restrição de liberdade e criminalização da pobreza, de-

marcando o posicionamento ético-político da Psicologia em favor da dignidade e dos direitos humanos dos grupos historicamente marginalizados.

PROPOSTA 205 | Origem (encaminhar): 23-E2-0026

Marcador: CREPOP - Avaliação Psicológica

Orientar a categoria e trabalhar a conscientização da sociedade a respeito de uma da avaliação psicológica que considera e é norteadas pela prática despatologizante, considerando a diversidade de gênero, orientação sexual e racial, referenciando as resoluções 01/99, 01/2018 e 18/2002, em todos os contextos de atuação da avaliação psicológica.

PROPOSTA 206 | Origem (mesclar): 23-E2-0172, 07-E2-0073

Marcador: CREPOP - Povos tradicionais e originários

Garantir a destinação de recursos para fortalecer e propor espaços de diálogo com os povos indígenas, quilombolas, romanis, povos faxinalenses, catadores de mangaba, quebradeiras de coco de babaçu, povos de terreiro, comunidades tradicionais pantaneiras, pescadores, caiçaras, extrativistas, pomeranos, retireiros de Araguaia, comunidades de fundo de pasto, povos nômades, população ribeirinha, paneleiras, marisqueiras, povos das florestas, águas e mares,¹² realizando pesquisas que subsidiem a construção e atualização de materiais de suporte técnico visando instrumentalizar o trabalho da Psicologia com essas populações, articulando com as políticas públicas no Sistema Único de Saúde (SUS) e subsistema de atenção à saúde indígena (SASI-SUS), Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e educação indígena e do campo (ensino fundamental, médio e superior).

PROPOSTA 207 | Origem (mesclar): 23-E2-0082, 20-E2-0066, 17-E2-0013

Marcador: CREPOP - Referências técnicas

Manter e fortalecer o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), garantindo a metodologia de escuta das profissionais que estão na prática, ampliando suas pesquisas e a divulgação de sua produção

12 Seguindo o acordo durante o 10º CNP, sempre que aparecerem referências a populações diversas, como crianças e adolescentes; povos tradicionais, ribeirinhos, população do campo e indígenas, estamos nos referindo a todas as populações abaixo mencionadas:

Pessoas com deficiência, mulheres, crianças, adolescentes, jovens, pessoas idosas, população negra, povos indígenas, quilombolas, romanis, povos faxinalenses, catadores de mangaba, quebradeiras de coco de babaçu, povos de terreiro, comunidades tradicionais pantaneiras, pescadores, caiçaras, extrativistas, pomeranos, retireiros de Araguaia, comunidades de fundo de pasto, povos nômades, população ribeirinha, pessoas em situação de rua, pessoas vivendo e convivendo com HIV/ AIDS, pessoas privadas de liberdade, adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, pessoas em situação de rua, migrantes, pessoas afetadas por riscos, emergências e desastres, e crime ambiental, LGBTI, profissionais do sexo, paneleiras, povos refugiados, crianças e adolescentes em acolhimento, pessoas atingidas por barragens, marisqueiras, povos das florestas, águas e mares.

para orientar as práticas dos profissionais da Psicologia, bem como o diálogo da profissão com a sociedade (gestores, profissionais e cidadãos usuários das políticas públicas) e produzir conhecimento, discussão e novas referências técnicas sobre a prática das psicólogas em temas atuais e emergentes da sociedade, tais como: atuação em dispositivos das políticas sociais (unidades de acolhimento institucional e socioeducativas; hospitais e maternidades; controle social) e com populações específicas (população em situação de rua, pessoas com deficiência, povos tradicionais da terra, povos indígenas, das florestas e das águas, profissionais do sexo; população negra e LGBT-QI+) e psicologia e envelhecimento.

PROPOSTA 208 | Origem (encaminhar): 10-E2-0074

Marcador: Direitos Humanos - Clínica política

Fomentar a dimensão da clínica política nas práticas da Psicologia, considerando as relações de poder em que a(o) psicóloga(o) atua e os impactos dessa relação sobre suas atividades profissionais, a fim de evidenciar e atender a demandas relativas a conflitos sociais, situações de emergência, defesa dos Direitos Humanos e do Estado laico.

PROPOSTA 209 | Origem (encaminhar): 02-E2-0115

Marcador: Direitos Humanos - Código de ética

Assegurar o compromisso com a democracia e com os direitos humanos no Código de Ética Profissional do Psicólogo e seus princípios.

PROPOSTA 210 | Origem (encaminhar): 12-E2-0048

Marcador: Direitos Humanos - Colonialismo

Promover a articulação com o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), em especial a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), com o objetivo de levantar o debate sobre a desconstrução do pensamento colonizador, de modo transversal nas práticas e na formação em Psicologia, por meio da promoção do pensamento descolonial/decolonial, buscando a inserção desta temática na formação acadêmica.

PROPOSTA 211 | Origem (encaminhar): 18-E2-0063

Marcador: Direitos Humanos - Comissões

Tornar permanente as comissões de Direitos Humanos e criar e/ou manter as comissões de Políticas Públicas, Relações Étnico-Raciais e Gênero e Diversidade Sexual.

PROPOSTA 212 | Origem (encaminhar): 16-E2-0112

Marcador: Legislação e normas - Atestado psicológico

Articular politicamente que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e as demais legislações pertinentes reconheçam a validade do atestado psicológico para comprovação de afastamento do trabalho e similares.

PROPOSTA 213 | Origem (mesclar): 06-E2-0158, 09-E2-0026

Marcador: Legislação e normas - Avaliação psicológica - Porte de armas

Reiterar compromisso do Sistema Conselhos com a garantia de direitos humanos, posicionando-se contrário a qualquer lei ou normativa que facilite o acesso indiscriminado ao porte de arma de fogo. Construir normativas sobre avaliação psicológica para obtenção e renovação do porte de armas, fomentar a orientação e fiscalização nesta área.

PROPOSTA 215 | Origem (encaminhar): 07-E2-0057

Marcador: Legislação e normas - Políticas sobre drogas

Posicionar-se politicamente contrário às legislações de drogas, que possuem foco na repressão e no proibicionismo, compreendendo que esta entra em contradição com os princípios da reforma psiquiátrica, de equidade e integralidade do SUS e da tendência à regulamentação da produção, do comércio e descriminalização das drogas, reafirmando a Redução de Danos.

PROPOSTA 216 | Origem (mesclar): 20-E2-0046, 01-E2-0074, 01-E1-0081

Marcador: Políticas públicas - Assistência social

Orientar as profissionais quanto à atuação na assistência social, fomentando as discussões referentes à sua atuação e ao fortalecimento das políticas públicas dessa área dentro dos conselhos, por meio de GTs e de atividades

mensais com os Conselhos Regionais sobre o tema, promovendo a mobilização social a respeito da importância da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

PROPOSTA 218 | Origem (encaminhar): 17-E2-0087

Marcador: Políticas públicas - CREPOP - Prevenção e enfrentamento ao suicídio

Garantir a participação do Sistema Conselhos no desenvolvimento de políticas públicas de prevenção e enfrentamento ao suicídio autolesão, situações de riscos, emergências e desastres e crimes ambientais, bem como a criação de referências técnicas pelo CREPOP para a atuação do profissional de Psicologia sobre essas temáticas, salientando a importância desses temas na formação da psicóloga.

PROPOSTA 219 | Origem (mesclar): 06-E2-0125, 20-E2-0059

Marcador: Políticas públicas - Criança e adolescente

Reiterar o compromisso do Sistema Conselhos na defesa do Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto da Juventude, Estatuto da Pessoa com Deficiência, estatuto do idoso e Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e organizar eventos socioculturais de fortalecimento dos mesmos, articulando com movimentos sociais, estudantes, universidades, conselhos de direitos, parlamentares e outras instituições de modo a garantir a proteção social e promoção integral dos direitos de crianças, adolescentes, jovens e idosos considerando a interseccionalidade étnico-racial, de gênero, diversidade sexual e classe. Promover e desenvolver estratégias de enfrentamento a qualquer tipo de violência, em especial a sexual, contra crianças, adolescentes e idosos, trabalho infantil, analfabetismo, medicalização, redução da maioria penal, aumento do tempo de internação das medidas socioeducativas, violência, encarceramento, extermínio e genocídio da juventude negra brasileira, e o preconceito contra crianças e adolescentes público-alvo da educação especial, na perspectiva da educação inclusiva, oportunizando o respeito aos direitos desse público e garantindo condições para a participação de crianças, adolescentes e jovens nos serviços e nos espaços de decisões políticas,

dando visibilidade à produção e às reflexões de crianças, adolescentes e jovens e idosos sobre as decisões políticas que interferem nas suas condições de vida.

PROPOSTA 220 | Origem (encaminhar): 12-E2-0055

Marcador: Políticas públicas - Criança e adolescente - Atendimento a vítimas de violência

Ampliar o debate junto à categoria, instituições e sociedade sobre o fazer da Psicologia diante da situação de atendimento em caso de violência envolvendo crianças e adolescentes, visando abordar a questão do sigilo profissional e da revitimização. Promover o debate no Sistema Conselhos acerca do sofrimento psíquico das vítimas secundárias (pais, responsáveis, irmãos etc.) de violência sexual contra crianças e adolescentes e o atendimento aos autores da violência sexual, com vistas à redução de reincidências.

PROPOSTA 222 | Origem (encaminhar): 11-E2-0057

Marcador: Políticas públicas - Defesa civil

Ampliar a discussão em torno dos impactos psicológicos ocasionados pelos períodos de seca e/ou enchentes, como fenômenos naturais e políticos, fomentando estratégias de intervenção integral da psicologia dos riscos, emergências e desastres em articulação com as políticas públicas.

PROPOSTA 223 | Origem (mesclar): 03-E2-0079, 08-E2-0122, 07-E2-0059, 14-E2-0050, 05-E2-0052

Marcador: Políticas públicas - Direitos sexuais e reprodutivos
Construir e manter discussões e ações relacionadas às políticas públicas de saúde das mulheres cis, homens trans e pessoas não binárias em defesa dos seus direitos sexuais e reprodutivos, incluindo nestas a questão referente aos efeitos negativos subjetivos e coletivos da criminalização do aborto, visando à sua descriminalização, e demarcar o posicionamento da Psicologia quanto ao tema, considerando-o uma questão de Saúde Pública, em consonância com a Política de Saúde da Mulher e Política de Saúde Integral da População LGBT.

PROPOSTA 224 | Origem (encaminhar): 06-E2-0119

Marcador: Políticas públicas - Gênero - Direitos sexuais e reprodutivos

Ampliar e debater com a categoria e sociedade e incidir sobre as políticas públicas acerca das relações sociais de gênero, incluindo a violência de gênero, violência obstétrica e considerando as opressões e expressões do patriarcado, do racismo, do classismo, do capacitismo, do machismo e da cisheteronormatividade. Refletir acerca do direito de escolha das pessoas que desejam gestar e da parentalidade, inclusive em situações de vulnerabilidade, reafirmando o compromisso da psicologia na compreensão e no enfrentamento dos fatores que oprimem e adoecem na parentalidade, de modo a romper a lógica dos processos medicalizantes e patologizantes da gestação, parto, amamentação e puerpério, contrária à esterelização compulsória e de modo a atuar junto à defesa dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, como acesso ao planejamento familiar, acesso ao aborto legal, bem como a discriminação e legalização do aborto no âmbito do SUS.

PROPOSTA 225 | Origem (mesclar): 20-E2-0064, 05-E2-0062

Marcador: Políticas públicas - Migração/refúgio

Garantir o acompanhamento e atuação política do Sistema Conselhos junto a debates e ações relacionadas a grandes deslocamentos populacionais, tais como processos de migração, refúgio, apatridia, retiradas de áreas ou situações de risco, emergências, desastres e crimes ambientais.

PROPOSTA 226 | Origem (encaminhar): 12-E2-0069

Marcador: Políticas públicas - Saúde mental

Dialogar com gestores das políticas públicas sobre a importância de tratar o tema da saúde mental de forma continuada, na contramão de campanhas isoladas sobre saúde, a exemplo do Janeiro Branco e Setembro Amarelo.

PROPOSTA 227 | Origem (encaminhar): 02-E2-0152

Marcador: Políticas públicas - Saúde mental - Migrantes

Incluir a temática da saúde mental dos grupos de migrantes não brancos e refugiados na agenda do Sistema Conselhos.

PROPOSTA 228 | Origem (encaminhar): 13-E2-0081

Marcador: Políticas públicas - Saúde mental - Povos tradicionais e originários

Promover debates e a defesa de políticas públicas voltadas para os cuidados e atenção psicossocial com povos indígenas, quilombolas, ciganos e demais povos e comunidades tradicionais, na perspectiva de uma psicologia social, comunitária e transcultural.

PROPOSTA 229 | Origem (encaminhar): 03-E2-0050

Marcador: Políticas públicas - Saúde mental/população em situação de rua

Apoiar e reafirmar a importância da manutenção da Política Nacional para a População em Situação de Rua, em especial no tocante à saúde mental, através de campanhas sobre a abordagem e o cuidado dessas populações, em diálogo com outras categorias profissionais, instituições e áreas do conhecimento.

Proposta 231 | Origem (encaminhar): 11-E2-0058

Marcador: Políticas públicas - SUS/SUAS/Direitos Humanos Reafirmar a posição do Sistema Conselhos em defesa do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), promovendo discussões a respeito da necessidade de ampliação da inserção da psicóloga e potencializando o debate em torno das políticas específicas de garantia e proteção dos direitos de crianças, adolescentes, jovens, bem como adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, pessoas com deficiência, idosos, população negra, povos e comunidades tradicionais, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, intersexo, intersex, dentre outras identidades de gênero e orientações sexuais, população carcerária, pessoas vivendo e convivendo com HIV/AIDS e demais populações invisibilizadas, incluindo as mulheres pessoas vítimas da violência institucional obstétrica e demais populações invisibilizadas.¹³

PROPOSTA 232 | Origem (encaminhar): 05-E2-0065

Marcador: Saúde mental - Contextos de vulnerabilidade

13 Seguindo o acordo durante o 10º CNP, sempre que aparecerem referências a populações diversas, como crianças e adolescentes; povos tradicionais, ribeirinhos, população do campo e indígenas, estamos nos referindo a todas as populações abaixo mencionadas: *Pessoas com deficiência, mulheres, crianças, adolescentes, jovens, pessoas idosas, população negra, povos indígenas, quilombolas, romanis, povos faxinalenses, catadores de mangaba, quebradeiras de coco de babaçu, povos de terreiro, comunidades tradicionais pantaneiras, pescadores, caiçaras, extrativistas, pomeranos, retiros de Araguaia, comunidades de fundo de pasto, povos nômades, população ribeirinha, pessoas em situação de rua, pessoas vivendo e convivendo com HIV/AIDS, pessoas privadas de liberdade, adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, pessoas em situação de rua, migrantes, pessoas afetadas por riscos, emergências e desastres, e crime ambiental, LGBTI, profissionais do sexo, paneleiras, povos refugiados, crianças e adolescentes em acolhimento, pessoas atingidas por barragens, marisqueiras, povos das florestas, águas e mares.*

Criar espaços de discussão e práticas de ação no que tangem à psicologia e às políticas de saúde mental, respeitando os direitos humanos e a luta antimanicomial, considerando os aspectos geracionais, as populações em situação de rua, se opondo e denunciando as violações de direitos humanos nas instituições de cumprimento de medidas socioeducativas, bem como nas instituições totais, tais como os hospitais de custódia, sistema prisional, hospitais psiquiátricos, comunidades terapêuticas.

PROPOSTA 234 | Origem (encaminhar): 02-E2-0145

Marcador: Saúde mental - Racismo, sexismo e capitalismo
Tornar visível e criar estratégias de enfrentamento dos impactos dessas seguintes estruturas de opressão: racismo, sexismo, capacitismo, cisheteronormatividade, classismo, patriarcado, machismo e capitalismo, na saúde integral da população brasileira.



Eixo 3

**Do exercício
Profissional.**

QUANTIDADE DE PROPOSTAS: 72

PROPOSTA 3 | Origem (mesclar): 15-E3-0007, 23-E3-0058

Marcador: Atuação profissional - Comunidades terapêuticas

Que o Sistema Conselhos de Psicologia, em parceria com órgãos de defesa de direitos humanos, ampliem as ações de fiscalização em comunidades terapêuticas, acolhedoras e afins, em que tenham psicólogos/os, observando o exercício profissional com base no Código de Ética, direitos humanos e laicidade da Psicologia, fomentando ações de defesa do cuidado em liberdade de base comunitária e territorial.

PROPOSTA 4 | Origem (mesclar): 07-E3-0125, 08-E3-0322

Marcador: Atuação profissional - Concurso público

Considerando a importância da ampliação da inserção profissional da Psicologia no âmbito das políticas públicas, destacando o Executivo e Judiciário, que o Sistema Conselhos de Psicologia fiscalize a elaboração de editais de concursos públicos e processos seletivos e acompanhe processos licitatórios de contratação de profissionais e serviços de Psicologia, recomendando conteúdos normativos e as atribuições profissionais, alinhada à perspectiva ética e técnica da Psicologia, articulando, ainda, com a FENAPSI e demais sindicatos majoritários para garantia da definição de piso salarial e de jornada de trabalho de até 30 horas semanais.

PROPOSTA 14 | Origem (encaminhar): 04-E3-0246

Marcador: Atuação profissional - Cuidados paliativos

Promover ações de orientação e ampliação da visibilidade à atuação das(os) psicólogas(os) na saúde pública e coletiva, em específico nas áreas da vigilância em saúde (epidemiológica, sanitária e ambiental), no planejamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas de saúde e, urgência e emergência, vítimas de violência e cuidados paliativos.

PROPOSTA 16 | Origem (encaminhar): 18-E3-0053

Marcador: Atuação profissional - Direitos Humanos

Que o Sistema Conselhos, reafirmando seu compromisso ético-político na garantia de direitos humanos, nas garan-

tias individuais de liberdade de expressão e manifestação, amplie o debate sobre as temáticas: questões de classe, etnia, raça, gênero, orientação sexual, população LGBTI+, populações indígenas, quilombolas, ribeirinhos, povos das águas, população em situação de rua, pessoas que usam drogas, populações ciganas,¹⁴ entre outros aspectos que estão relacionados com a violação de direitos, auxiliando na orientação do exercício profissional pautado na emancipação psicossocial das populações vulnerabilizadas.

PROPOSTA 18 | Origem (encaminhar): 02-E3-0241

Marcador: Atuação profissional - Direitos sexuais e reprodutivos

Fazer gestão para incluir e garantir a presença de psicólogas nos diversos equipamentos (como hospitais e maternidades) e ampliar as discussões sobre atendimento de pacientes em situações de abortamento, inclusive nos casos de abortamento legal, conforme previsto no artigo 128 do Código Penal.

PROPOSTA 20 | Origem (encaminhar): 11-E3-0042

Marcador: Atuação profissional - Emergências e desastres
Elaborar resolução nacional sobre atendimento psicológico em situação de emergências e desastres, reafirmando a proposta apresentada no IX CNP para que o Sistema Conselhos de Psicologia, no que se refere à Psicologia na Gestão Integral dos Riscos e Desastres, fomente: a) a discussão junto aos meios de comunicação, apontando as causas não naturais dos desastres e suas consequências na vida das pessoas e das comunidades afetadas, disseminando, em parceria com o Sistema de Defesa Civil e associações de pessoas afetadas, material de comunicação popular com o tema de gestão integral de riscos e desastres; b) a inserção da categoria social na Classificação Brasileira de Desastres (COBRADE) para que se possa discutir no âmbito dos desastres temas como chacinas e massacres provocados por ações ou omissões humanas, prevendo a atuação de psicólogos e outros atores na preservação da saúde mental das pessoas afetadas quanto à garantia de proteção e segurança e direito à cidade e mo-

14 Seguindo o acordo durante o 10º CNP, sempre que aparecerem referências a populações diversas, como crianças e adolescentes; povos tradicionais, ribeirinhos, população do campo e indígenas, estamos nos referindo a todas as populações abaixo mencionadas: *Pessoas com deficiência, mulheres, crianças, adolescentes, jovens, pessoas idosas, população negra, povos indígenas, quilombolas, romanis, povos faxinalenses, catadores de mangaba, quebradeiras de coco de babaçu, povos de terreiro, comunidades tradicionais pantaneiras, pescadores, caiçaras, extrativistas, pomeranos, retiros de Araguaia, comunidades de fundo de pasto, povos nômades, população ribeirinha, pessoas em situação de rua, pessoas vivendo e convivendo com HIV/AIDS, pessoas privadas de liberdade, adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, pessoas em situação de rua, migrantes, pessoas afetadas por riscos, emergências e desastres, e crime ambiental, LGBTI, profissionais do sexo, paneleiras, povos refugiados, crianças e adolescentes em acolhimento, pessoas atingidas por barragens, marisqueiras, povos das florestas, águas e mares.*

bilidade urbana, reconhecendo-os como necessidades sociais da vida urbana; c) a aproximação e cooperação de gestões com os movimentos sociais dos afetados por emergências e desastres na perspectiva do controle social e da participação popular na formulação de políticas públicas e no planejamento das ações de Proteção e Defesa Civil para elaboração de um Plano de Contingência para atuação dos Conselhos Regionais de Psicologia e da categoria nas situações de emergências e desastres.

PROPOSTA 22 | Origem (mesclar): 11-E3-0086, 10-E3-0079
Marcador: Atuação profissional - Políticas públicas
Fomentar junto aos Três Poderes o diálogo sobre a importância do profissional de psicologia na rede intersetorial de políticas públicas de saúde, assistência social, socioeducação, segurança pública, judiciária, educação e esportiva. Fazer gestão com o Executivo e Legislativo para a ampliação de profissionais da Psicologia nos equipamentos: escolas, hospitais, delegacias da mulher, delegacias de defesa da criança e do adolescente, delegacias de atendimento a adolescentes autores de atos infracionais, instituições de atendimento a pessoas com deficiência, varas de justiça, CAPS, equipamentos esportivos e distritos sanitários especiais indígenas.

PROPOSTA 23 | Origem (mesclar): 21-E3-0133, 11-E3-0102, 19-E3-0096
Marcador: Atuação profissional - Psicologia escolar/educacional
Que o Sistema Conselhos atue em parceria com a ABRAPEE, ABEP e sindicatos, em articulação com o Legislativo e Executivo, buscando garantir a presença da Psicologia nas redes e sistemas educacionais formais e não formais, públicos e privados, na luta e fazendo gestão para a aprovação do Projeto de Lei nº 3.688/2000 (que propõe equipe multidisciplinar na rede básica de educação pública), pela participação das psicólogas, por meio de concursos públicos, nas três esferas de Governo: Federal, Estadual e Municipal e instituições privadas, em uma perspectiva institucional e não patologizante.

PROPOSTA 24 | Origem (encaminhar): 12-E3-0171

Marcador: Atuação profissional - Psicologia hospitalar
Que o Sistema Conselhos de Psicologia fomente ações que promovam a regulamentação da inserção da Psicologia no contexto hospitalar, pensando no trabalho em equipe multiprofissional, no papel da psicóloga dentro da instituição e na importância de que os hospitais tenham este serviço como essencial para o seu funcionamento.

PROPOSTA 25 | Origem (encaminhar): 08-E3-0267

Marcador: Atuação profissional - Psicologia organizacional e do trabalho

Incidir politicamente junto às três esferas de governo para rejeição do PL 439/2015 e outras resoluções nesse mesmo sentido que disponham sobre o exercício de atividades nos campos da Administração no sentido de assegurar a possibilidade de atuação da psicóloga organizacional e do trabalho nas organizações públicas e privadas.

PROPOSTA 26 | Origem (mesclar): 17-E3-0033, 17-E3-0034

Marcador: Atuação profissional - Saúde
Que o Sistema Conselhos promova discussões e referências para atuação da Psicologia na assistência psicológica, nos serviços públicos e privados, nos três níveis de atenção da rede de cuidado em saúde, incluindo a vigilância em saúde (SINAN), elaborando orientações sobre a atuação da psicóloga no atendimento de pessoas e enfrentamento a situação de violências interpessoais e autoprovocadas (ideação suicida, autolesão, tentativa de suicídio) e suicídio, incluindo orientações para atuação na prevenção e enfrentamento das violências, de maneira articulada e em rede intersetorial.

PROPOSTA 27 | Origem (mesclar): 03-E3-0189, 13-E3-0099

Marcador: Atuação profissional - Saúde do trabalhador
Promover diálogos e incidir politicamente em ações voltadas à saúde do trabalhador, inclusive em saúde mental no trabalho, principalmente em relação ao SESMT (Serviço de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho), visando à inserção e permanência da profissional psicóloga nas análises do trabalho e nas atuações de cuidado e pre-

venção de riscos nas diversas situações de trabalho, principalmente nas situações críticas de sofrimento psíquico, tais como, acidentes típicos, mutilações, perdas cognitivas, assédio moral e casos de LER/DORT, junto às equipes multidisciplinares.

PROPOSTA 28 | Origem (encaminhar): 18-E1-0032

Marcador: Atuação profissional - Saúde mental indígena
Que o Sistema Conselhos estabeleça diálogo/interlocução com psicólogas(os) que atuem com atenção psicossocial e promoção do bem-viver dos povos indígenas, no âmbito do Subsistema de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas do Sistema Único de Saúde SASI/SUS.

PROPOSTA 29 | Origem (mesclar): 17-E3-0038, 15-E2-0041

Marcador: Atuação profissional - Saúde suplementar
Que o Sistema Conselhos, em articulação com a FENAPSI, incida politicamente, com a Agência Nacional de Saúde (ANS), para a melhoria da qualidade e condições dos serviços psicológicos, e proponha atualização com urgência da Resolução Normativa 428/2017 (ANS), no tocante ao rol de procedimentos em saúde vinculados à psicologia, considerando os tipos de procedimentos, a duração dos mesmos e as novas modalidades de atendimento da psicologia.

PROPOSTA 30 | Origem (mesclar): 12-E3-0149, 05-E3-0097

Marcador: Atuação profissional - SUAS
Garantir que o CFP e o Sistema Conselhos, organizados com o Fórum Nacional de Trabalhadores do SUAS (FNT-SUAS), possam intensificar ações em prol da garantia da educação permanente no SUAS; que fomentem o debate sobre a inserção das psicólogas nessa política, mantendo constante diálogo com as demais categorias profissionais que a compõem; que demandem a atualização da Nota Operacional Básica de Recursos Humanos (NOBRH-SUAS) conforme a Resolução 17/2011 do Conselho Nacional de Assistência Social; que assegurem a autonomia da atuação da psicóloga na ferramenta de estudo psicossocial para concessão de benefícios eventuais e de transferência de renda enquanto ação de rede de proteção.

PROPOSTA 31 | Origem (mesclar): 07-E3-0135, 13-E2-0090, 10-E3-0082

Marcador: Atuação profissional - SUS

Articular com o Movimento de Saúde Mental e com o Conselho Nacional de Saúde para que a 16ª Conferência Nacional de Saúde aprove a proposta no sentido de garantir a presença da(o) profissional de psicologia nos Núcleos de Apoio à Família (NASF) e nos Núcleos Ampliados de Saúde Indígena (NASI), visando garantir a defesa do SUS nas suas estratégias de promoção da saúde nos territórios.

PROPOSTA 32 | Origem (mesclar): 21-E3-0147, 09-E3-0008, 15-E3-0031, 10-E3-0090 |

Marcador: Atuação profissional - Transborde da Justiça

Que o Sistema Conselhos oriente a categoria, intensifique e priorize as discussões junto aos órgãos de justiça referentes às solicitações do Judiciário, que exigem das psicólogas do SUAS, SINASE, Sistema de Justiça e demais políticas públicas atuações que extrapolem suas competências, atribuições e vínculos de trabalho, respeitando os limites éticos de atuação de cada área, assim como construir diálogos com os trabalhadores de direito para elucidar a avaliação psicológica jurídica e o papel da psicóloga perita e assistente técnica.

PROPOSTA 33 | Origem (encaminhar): 14-E3-0047

Marcador: Atuação profissional - Valorização da profissão

Que o Sistema Conselhos realize diálogos com a categoria, estudantes e principalmente com a sociedade, por meio da elaboração de materiais audiovisuais objetivos e em circulação nas mídias/redes sociais, sobre: laicidade, diversidade sexual, violências, diversidade humana, vulnerabilidades sociais e povos originários,¹⁵ de forma contínua e em consonância com as demandas sociais, de acordo com o Código de Ética Profissional e as Resoluções de garantia dos Direitos Humanos.

PROPOSTA 38 | Origem (mesclar): 08-E3-0256, 05-E3-0099

Marcador: Sistema de Justiça - Alienação parental

Problematizar a noção de Alienação Parental e seu uso instrumental para reprodução do patriarcado e do machismo

15 Seguindo o acordo durante o 10º CNP, sempre que aparecerem referências a populações diversas, como crianças e adolescentes; povos tradicionais, ribeirinhos, população do campo e indígenas, estamos nos referindo a todas as populações abaixo mencionadas:

Pessoas com deficiência, mulheres, crianças, adolescentes, jovens, pessoas idosas, população negra, povos indígenas, quilombolas, romanis, povos faxinalenses, catadores de mangaba, quebradeiras de coco de babaçu, povos de terreiro, comunidades tradicionais pantaneiras, pescadores, caiçaras, extrativistas, pomeranos, retiros de Araguaia, comunidades de fundo de pasto, povos nômades, população ribeirinha, pessoas em situação de rua, pessoas vivendo e convivendo com HIV/AIDS, pessoas privadas de liberdade, adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, pessoas em situação de rua, migrantes, pessoas afetadas por riscos, emergências e desastres, e crime ambiental, LGBTI, profissionais do sexo, paneleiras, povos refugiados, crianças e adolescentes em acolhimento, pessoas atingidas por barragens, marisqueiras, povos das florestas, águas e mares.

que legitima a violência contra as mulheres, nos processos de disputa de guarda e outros, devendo o Sistema Conselhos promover orientação à categoria quanto ao processo de avaliação psicológica e produção de documentos escritos, estimula uma posição crítica das(os) profissionais de Psicologia e superação de opressões de gênero no âmbito da justiça.

PROPOSTA 40 | Origem (mesclar): 03-E3-0166, 22-E3-0047

Marcador: Sistema de Justiça - Perícia psicológica

Fortalecer o diálogo do Sistema Conselhos de Psicologia com as entidades do Judiciário, no intuito de coibir a prática da judicialização das demandas da justiça para as(os) profissionais de Psicologia das Políticas Públicas e articular junto ao sistema judiciário a ampliação e qualificação do número das profissionais da Psicologia.

PROPOSTA 47 | Origem (mesclar): 06-E3-0234, 11-E3-0085

Marcador: SUAS

Criar estratégias para o cumprimento da obrigatoriedade da(o) profissional de psicologia nas equipes de referência, conforme previsto em lei, com o intuito de garantir e fortalecer a atuação da Psicologia no SUAS.

PROPOSTA 48 | Origem (encaminhar): 16-E3-0213

Marcador: Valorização profissional

Criar campanhas voltadas para a sociedade que fomentem a valorização da diversidade da Psicologia, evidenciando a competência dos diferentes campos de atuação da(o) psicóloga(o).

PROPOSTA 49 | Origem (encaminhar): 12-E3-0095

Marcador: Controle social

Fortalecer e intensificar a participação do Sistema Conselhos de Psicologia nas esferas de controle social das políticas públicas no âmbito nacional e estadual, bem como incentivar e orientar as psicólogas a fazer o mesmo em nível municipal, a fim de cobrar/fiscalizar o funcionamento e a gestão destas políticas, e repúdio ao Decreto-Lei nº 9.759/2019, que extingue a participação popular em vários espaços de controle social.

PROPOSTA 51 | Origem (encaminhar): 15-E3-0013

Marcador: Condições de trabalho - Serviço público

Garantir a implementação do grupo de trabalho criado para definir parâmetros e dimensionamentos para atuação das(os) psicólogas(os) na atenção à saúde e políticas públicas.

PROPOSTA 53 | Origem (encaminhar): 01-E3-0077

Marcador: CREPOP - Criação de referências técnicas/Centro POP

Elaborar referências técnicas no âmbito do CREPOP para atuação da Psicologia com pessoas em situação de rua, nos serviços de saúde e assistência social, tais como unidades de acolhimento, Centros-POP, serviços de acolhimento e Consultórios na Rua.

PROPOSTA 54 | Origem (encaminhar): 03-E3-0026

Marcador: CREPOP - Criação de referências técnicas/Controle social

Elaborar pesquisas e referências técnicas do CREPOP sobre a atuação de estagiárias(os) e profissionais nas instâncias de participação e controle social.

PROPOSTA 56 | Origem (encaminhar): 04-E3-0388

Marcador: CREPOP - Criação de referências técnicas/Crianças e adolescentes testemunhas ou vítimas de violência

Que o Sistema Conselhos garanta e articule espaços de discussão da Lei nº 13.431/2017 e Decreto nº 9.603/2018, que versam sobre a escuta especializada e o depoimento especial que, respectivamente, estabelecem e regulamentam o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência.

PROPOSTA 58 | Origem (mesclar): 06-E3-0227, 11-E2-0036, 13-E3-0104, 20-E3-0093, 05-E3-0087, 16-E3-0236

Marcador: CREPOP - Criação de referências técnicas/Direitos Humanos

Que o Sistema Conselhos de Psicologia organize, no âmbito da metodologia CREPOP, referências técnicas para atuação

da Psicologia junto às pessoas com deficiência, incluindo pessoas surdas (em consonância com a Lei nº 13.146 - LBI), idosos (com base no atual Estatuto do Idoso e na Política Nacional do Idoso), vítimas, famílias, e autores de violências, pessoas em movimento migratório e pessoas em situação de emergências e desastres (considerando a atual Política Nacional de Proteção e Defesa Civil), promovendo debates com a categoria, com as Instituições de Ensino Superior, ABEP e com a sociedade, visando à defesa e garantia dos direitos humanos, em consonância com o Código de Ética do(a) Psicólogo(a) e com a garantia das legislações internacionais ratificadas sobre os temas.

PROPOSTA 59 | Origem (encaminhar): 17-E3-0105

Marcador: CREPOP - Criação de referências técnicas/Gênero e sexualidades

Criar referências técnicas ou outros documentos norteadores para o atendimento de pessoas (adultos, crianças e adolescentes) transexuais e travestis por meio de pesquisas CREPOP.

PROPOSTA 60 | Origem (encaminhar): 10-E3-0098

Marcador: CREPOP - Criação de referências técnicas/NASF
Que o Sistema Conselhos atue junto ao Ministério da Saúde e demais órgãos pertinentes (CONASS, CONASEMS, Conselhos de Saúde) no sentido de discutir as diretrizes de atuação das psicólogas no NASF, fiscalizando e garantindo efetivas condições de trabalho quanto à estrutura física e materiais necessários, em acordo com o Código de Ética da Psicologia.

PROPOSTA 62 | Origem (encaminhar): 01-E3-0021

Marcador: CREPOP - Criação de referências técnicas/Povos indígenas

Que o Sistema Conselhos promova a elaboração de referências técnicas para atuação de psicólogas(os) com povos indígenas, nas políticas públicas de Socioeducação, Saúde, Educação, Assistência Social e Segurança Pública, garantindo a afirmação de seus modos de vida diversos e protagonismo através da participação de representantes indígenas e psicólogas(os) de diversas regiões do país.

PROPOSTA 64 | Origem (encaminhar): 20-E3-0072

Marcador: CREPOP - Criação de referências técnicas/Pre-carização do trabalho nas políticas públicas

Que o Sistema Conselhos, em parceria com a FENAPSI, realize pesquisas sobre as condições de trabalho e possíveis fatores de adoecimento e precarização do trabalho das(os) psicólogas(os) nos diversos espaços de atuação, em especial no SINASE, SUS e SUAS, a fim de colaborar para uma melhor qualidade em suas atividades laborais.

PROPOSTA 65 | Origem (encaminhar): 20-E3-0087

Marcador: CREPOP - Criação de referências técnicas/Psicologia do esporte

O Sistema Conselhos, mediante a metodologia utilizada pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP, deverá produzir referências técnicas para atuação da profissional de psicologia do esporte em seus diversos campos de atuação.

PROPOSTA 66 | Origem (encaminhar): 13-E3-0094

Marcador: CREPOP - Criação de referências técnicas/Suicídio

Pautar a temática do suicídio, sua prevenção e posvenção no Sistema Conselhos, estabelecendo interlocução com a categoria e demais entidades brasileiras no que se refere à construção de referências e políticas públicas que possam ser efetivadas no exercício profissional da Psicologia.

PROPOSTA 68 | Origem (mesclar): 04-E3-0240, 05-E3-0132

Marcador: CREPOP - Emergências e desastres

Construir referências técnicas, por meio do CREPOP, bem como elaborar normativas, por meio da APAF, sobre a atuação das psicólogas no contexto das emergências e desastres.

PROPOSTA 71 | Origem (mesclar): 03-E3-0251, 12-E3-0084, 13-E3-0102, 16-E3-0237 |

Marcador: CREPOP - Manutenção

Garantir a continuidade das ações do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP),

assegurando o financiamento e repasse de recursos para manutenção do setor como projeto de gestão, fomentando a produção de novas referências técnicas e a revisão de referências antigas para o exercício profissional, ampliando as pesquisas para temas transversais às políticas públicas e aos direitos humanos.

16 Seguindo o acordo durante o 10º CNP, sempre que aparecerem referências a populações diversas, como crianças e adolescentes; povos tradicionais, ribeirinhos, população do campo e indígenas, estamos nos referindo a todas as populações abaixo mencionadas:

Pessoas com deficiência, mulheres, crianças, adolescentes, jovens, pessoas idosas, população negra, povos indígenas, quilombolas, romanis, povos faxinalenses, catadores de mangaba, quebradeiras de coco de babaçu, povos de terreiro, comunidades tradicionais pantaneiras, pescadores, caiçaras, extrativistas, pomeranos, retiradores de Araguaia, comunidades de fundo de pasto, povos nômades, população ribeirinha, pessoas em situação de rua, pessoas vivendo e convivendo com HIV/AIDS, pessoas privadas de liberdade, adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, pessoas em situação de rua, migrantes, pessoas afetadas por riscos, emergências e desastres, e crime ambiental, LGBTI, profissionais do sexo, paneleiras, povos refugiados, crianças e adolescentes em acolhimento, pessoas atingidas por barragens, marisqueiras, povos das florestas, águas e mares.

PROPOSTA 74 | Origem (mesclar): 20-E3-0082, 19-E3-0138

Marcador: CREPOP - Revisão de referências técnicas

Que o Sistema Conselhos revise e amplie as referências técnicas do CREPOP, pesquisando: a) serviços: equipamentos da saúde/atenção básica, assistência social e de cumprimento de medidas socioeducativas, entre outros; b) grupos sociais: LGBTs, idosos(as), comunidades tradicionais, povos quilombolas, ribeirinhos, de terreiro, indígenas, povos rurais, pessoas em situação de rua, pessoas com deficiência, entre outros;¹⁶ c) temas intersetoriais e transversais: direitos sexuais e direitos reprodutivos, entre outros; d) psicologias nas emergências e desastres; e que atualizações ocorram com base nos parâmetros legais e produção científica.

PROPOSTA 78 | Origem (mesclar): 06-E3-0192, 12-E3-0097, 11-E3-0089, 14-E3-0046 |

Marcador: CREPOP - Violência contra a mulher e pessoas com deficiência

Criar normativas para o enfrentamento da violência contra mulheres, pessoas com deficiência, pessoas LGBTQ+, visando ao combate a todas as formas de opressão, patologização e violência; à atuação da Psicologia pautada nos direitos humanos e na promoção, proteção e defesa das populações cujos direitos têm sido sistematicamente violados, combatendo o classismo, racismo, patriarcado, etarismo, capacitismo, cis-hetero-sexismo, entre outras violências, priorizando o protagonismo dessas populações e garantindo acessibilidade.

PROPOSTA 81 | Origem (encaminhar): 09-E3-0214

Marcador: CREPOP - Violência sexual

Ampliar o debate, fomentar campanhas, produzir materiais e qualificar referências, bem como estimular a criação e

ampliação de serviços de atendimento em Psicologia para autores de violência psicológica, física e sexual nas comunidades e nas prisões, pautados na perspectiva de responsabilização e não somente na criminalização do ato de violência, com vistas à prevenção de reincidências e proteção de potenciais vítimas, considerando os aspectos psicológicos sociais e culturais na produção da violência.

PROPOSTA 89 | Origem (mesclar): 21-E3-0146, 14-E3-0045, 01-E3-0027

Marcador: Educação - Formação permanente

Realizar atividades de orientação presencial ou em ambiente virtual sobre temas em Psicologia, com certificação, lidando com temas como inclusão social, análises de conjuntura e suas implicações na proteção e defesa de garantias de direitos, entre outros, articulando com as instituições formadoras e de qualificação profissional.

PROPOSTA 92 | Origem (mesclar): 19-E3-0081, 05-E3-0133

Marcador: Pessoas com deficiência - Avaliação psicológica
Que o Sistema Conselhos fomente, junto às instituições representativas, pesquisas acerca da avaliação e serviços psicológicos, buscando a promoção de uma Psicologia comprometida com métodos e técnicas que propiciem o acesso às pessoas com deficiência.

PROPOSTA 94 | Origem (encaminhar): 22-E3-0056

Marcador: Políticas públicas - Direitos Humanos

Incentivar a discussão e a participação das(os) psicólogas(os) nos diversos cenários políticos brasileiros, defendendo e garantindo os direitos humanos e as políticas públicas já conquistadas.

PROPOSTA 96 | Origem (mesclar): 11-E3-0120, 10-E3-0077, 05-E3-0107, 16-E3-0232 |

Marcador: Porte de armas - Avaliação psicológica

Fomentar e qualificar a discussão sobre as legislações em vigência sobre o manuseio de armas de fogo, bem como sobre a renovação periódica das avaliações psicológicas pertinentes com vistas à obtenção de certificação e regis-

tro, com prazo inferior a 5 anos, conforme Resolução CFP 09/2018 e demais normativas cabíveis.

PROPOSTA 104 | Origem (mesclar): 22-E3-0032, 23-E3-0019, 09-E3-0064, 10-E3-0078, 19-E2-0087

Marcador: Psicologia do trânsito - Perícia

Articular junto aos órgãos Detran/Denatran para que se determine o período de validade da perícia para candidatas(os) à Carteira Nacional de Habilitação e renovação para todas as categorias vigentes, padronizando os processos periciais de avaliação psicológica no contexto do trânsito.

PROPOSTA 114 | Origem (mesclar): 06-E3-0213, 08-E1-0039, 11-E3-0105, 12-E3-0188, 14-E2-0021, 02-E3-0252

Marcador: Saúde mental - Atenção psicossocial

Reafirmar e divulgar o posicionamento do Sistema Conselhos, articulado aos gestores das Políticas Públicas, quanto à questão da internação compulsória e involuntária, reforçando a prioridade do cuidado integral psicossocial e humanizado preconizado pela implantação da rede de atenção psicossocial baseada na Reforma Psiquiátrica, na Luta Antimanicomial e na Redução de Danos (enquanto estratégia e paradigma).

PROPOSTA 119 | Origem (encaminhar): 05-E3-0078

Marcador: Saúde mental - Medidas de segurança

Que o CFP promova eventos que se proponham a dar visibilidade à atuação da(o) psicóloga(o) em hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico, assim como em locais que recebam sujeitos com questões psiquiátricas e neurológicas na condição de medida de segurança, sendo esta o cumprimento de uma medida que é resposta legal ao cometimento de um crime.

PROPOSTA 122 | Origem (mesclar): 21-E3-0141, 23-E3-0191, 13-E3-0105, 14-E3-0048 |

Marcador: Saúde suplementar - Condições de trabalho

Ampliar as discussões no Sistema Conselhos sobre a atuação das(os) psicólogas(os) na saúde suplementar, visando

à melhoria da qualidade ética e técnica de sua prática profissional, tendo como referência o código de ética da(o) profissional psicóloga(o) e os direitos humanos para o fortalecimento da luta contra a precarização de suas condições de trabalho e a futura elaboração de notas técnicas e/ou Resoluções de qualifiquem o trabalho das(os) profissionais que atuam nesses espaços, oferecendo maior respaldo legal na interlocução com a Agência Nacional de Saúde e as operadoras de plano de saúde.

PROPOSTA 124 | Origem (encaminhar): 09-E3-0146

Marcador: Normas e orientações - Atendimento domiciliar
Que o CFP normatize, por meio de resolução ou nota técnica, o atendimento psicológico domiciliar, realize eventos e divulgue amplamente esta normatização para conhecimento da categoria.

PROPOSTA 127 | Origem (encaminhar): 19-E2-0053

Marcador: Normas e orientações - Clínica ampliada
Promover debate ampliado sobre clínica social, diferenciações de conceito (tais como “popular”, “ampliada”, entre outras) com vistas a produzir nota técnica orientativa para a atuação profissional alinhada com diretrizes formais da profissão.

PROPOSTA 130 | Origem (encaminhar): 08-E3-0309

Marcador: Normas e orientações - Democracia
O Sistema Conselhos de Psicologia produzirá referências técnicas a respeito de estratégias de atuação frente às diversas ações de desmonte e descaracterização da política do SUS e SUAS; da reforma psiquiátrica; no campo da educação; drogas; segurança pública; enfrentamento de demandas alheias às normativas por parte do Poder Judiciário; o avanço de programas e projetos de caráter assistencialista e, ainda, a formulação de normativas regionais sem a participação de trabalhadores.

PROPOSTA 133 | Origem (mesclar): 06-E3-0217, 03-E3-0167, 22-E3-0034

Marcador: Normas e orientações - Depoimento especial

Garantir debates e orientação junto à categoria sobre os possíveis impactos às pessoas atendidas e à profissão na realização do depoimento especial diante da Lei nº 13.431/2017 e leis posteriores, reafirmando o posicionamento contrário do Sistema Conselhos, órgão regulador da atuação da(o) psicóloga(o), ao depoimento especial, considerando a autonomia profissional e os princípios éticos que regem a profissão.

PROPOSTA 137 | Origem (mesclar): 07-E3-0155, 14-E3-0012
Marcador: Normas e orientações - Ética na graduação
Propor ao Sistema Conselhos, em parceria com a ABEP, ações para fomentar diretrizes ético-políticas da Psicologia durante o processo da formação profissional.

PROPOSTA 143 | Origem (encaminhar): 17-E2-0086
Marcador: Normas e orientações - Fiscalização de instituições de internamento
Garantir e intensificar as ações de inspeções do Sistema Conselhos, em parceria com outros órgãos e profissões, em comunidades terapêuticas, instituições de cumprimento de medidas socioeducativas, serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, unidades prisionais, entre outros, com base na perspectiva da ética profissional da Psicologia, dos direitos humanos, da reforma psiquiátrica e do antiproibicionismo.

PROPOSTA 144 | Origem (mesclar): 18-E2-0105, 20-E2-0042
Marcador: Normas e orientações - Inserção da Psicologia nas escolas
Fortalecer e ampliar a mobilização em defesa do Projeto de Lei Complementar 060/2007 para a inserção dos profissionais de Psicologia Escolar nos âmbitos educacional e escolar (em articulação com os sindicatos e entidades da Psicologia brasileira), na esfera pública e privada, lutando pela participação das(os) psicólogas(os), por meio de concursos públicos nas três esferas de Governo: Federal, Estadual e Municipal e contratação em instituições privadas de educação formal e não formal, em uma perspectiva institucional e não patologizante.

PROPOSTA 147 | Origem (mesclar): 03-E3-0242, 23-E3-0056, 12-E3-0103, 11-E3-0072, 01-E3-0118

Marcador: Normas e orientações - Laicidade

Que o Sistema Conselhos mantenha como princípio fundamental para o exercício profissional a laicidade.

PROPOSTA 149 | Origem (encaminhar): 13-E3-0101

Marcador: Normas e orientações - Mediação de conflitos

Que o Sistema Conselhos de Psicologia, em parceria com as demais entidades competentes, promova eventos e debates sobre a atuação da Psicologia na mediação de conflitos extrajudiciais e na justiça transformativa.

PROPOSTA 151 | Origem (mesclar): 06-E3-0228, 22-E3-0037, 20-E3-0070

Marcador: Normas e orientações - Mobilidade urbana e humana

Promover discussões referentes à psicologia do trânsito, mobilidade urbana, humana e acessibilidade articuladas às políticas públicas, ampliando o campo de atuação das(os) psicólogas(os) para além da avaliação psicológica.

PROPOSTA 152 | Origem (encaminhar): 02-E3-0279

Marcador: Normas e orientações - Nome social

Garantir, promover e reiterar por meio de ações de orientações e fiscalizações o direito ao uso do nome social nos documentos produzidos pela Psicologia.

PROPOSTA 156 | Origem (mesclar): 15-E3-0016, 07-E3-0154, 13-E3-0106, 14-E3-0065, 02-E3-0268

Marcador: Normas e orientações - Novas práticas terapêuticas

Ampliar o debate sobre a Psicologia e a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), explicitando os limites, regulamentando a atuação profissional e dando orientações necessárias a uma prática profissional ética.

PROPOSTA 164 | Origem (encaminhar): 06-E3-0193

Marcador: Normas e orientações - Proteção à mulher

Ampliar o debate, fomentar campanhas, produzir materiais e qualificar referências para a atuação da Psicologia sobre as

questões de gênero, sexualidade, proteção da mulher e alienação parental, visando à possibilidade de trabalho multidisciplinar em Delegacias da Mulher e Serviços de Proteção da Mulher, promovendo ações de formação sobre a avaliação psicológica e a elaboração de laudos que não naturalizem ou reproduzam a violência praticada contra as mulheres, bem como aproximar a categoria do trabalho em rede para debater questões preventivas a respeito dos temas.

PROPOSTA 166 | Origem (encaminhar): 06-E3-0219

Marcador: Normas e orientações - Psicologia clínica

Ampliar o diálogo com as(os) psicólogas(os) da área clínica, atuantes nas políticas públicas ou no contexto privado, gerando discussão e reflexão e resultando na produção de documentos de orientação a respeito de atuações não medicalizantes e não patologizantes, pautadas na laicidade, dialogando e construindo um posicionamento frente à interação e limites entre psicoterapias e práticas integrativas e complementares, bem como fomentando debates sobre a prática da psicoterapia como uma atividade alinhada aos princípios fundamentais do Código de Ética profissional, sendo, portanto, instrumento de enfrentamento das formas de violência e opressão postas, objetiva e subjetivamente, em nossa sociedade e nas relações interpessoais que são marcadas pelo classismo, racismo, patriarcado, etarismo, capacitismo, cis-hetero-sexismo, entre outras violências.

PROPOSTA 168 | Origem (mesclar): 22-E3-0041, 21-E3-0149, 13-E3-0100

Marcador: Normas e orientações - Psicologia do esporte

Assegurar a continuidade da produção e divulgação de referências técnicas para a atuação da(o) profissional de psicologia do esporte e articular parcerias com os diversos setores visando fomentar e elucidar a importância da presença do profissional de Psicologia no contexto esportivo e do exercício físico.

PROPOSTA 170 | Origem (encaminhar): 08-E3-0288

Marcador: Normas e orientações - Psicologia do trânsito

Que o Sistema Conselhos mantenha e amplie a discussão com o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), enti-

dades afins e IES para que sejam fomentadas pesquisas e estudos científicos sobre os processos e fenômenos psicológicos, promovendo a identificação do comportamento de risco no trânsito.

PROPOSTA 174 | Origem (mesclar): 13-E3-0093, 17-E3-0030

Marcador: Normas e orientações - Psicoterapia

Que o Sistema Conselhos continue as discussões sobre psicoterapia por meio da manutenção do GT nacional e de GTs regionais para discutir a formação, as práticas e as regulamentações em psicoterapia nos âmbitos privado, público e na saúde suplementar; incluindo nessas discussões a pauta da exclusividade da psicoterapia para psicólogas(os).

PROPOSTA 175 | Origem (encaminhar): 18-E3-0085

Marcador: Normas e orientações - Publicidade

Organizar material orientativo acerca dos meios de publicidade dos serviços e práticas psicológicas.

PROPOSTA 176 | Origem (encaminhar): 11-E2-0039

Marcador: Normas e orientações - Refugiados

Ampliar o debate para a atuação da(o) profissional de Psicologia em serviços de atendimento a refugiados, migrantes, asilados e exilados, levando em consideração processos de xenofobia e racismo que impactam diretamente na Saúde Mental e no respeito aos Direitos Humanos.

PROPOSTA 178 | Origem (mesclar): 06-E3-0197, 02-E3-0175, 19-E3-0127

Marcador: Normas e orientações - Relações raciais

Mapear, aproximar e fomentar a reflexão sobre Psicologia Preta para psicólogas(os) negras(os), reafirmando o compromisso da Psicologia com a desconstrução do racismo e Racismo Estrutural e Institucional com a manutenção e ampliação da resolução CFP 018/02, a partir de atividades de interlocução entre ações dos núcleos/comissões, de orientação e de fiscalização.

PROPOSTA 180 | Origem (mesclar): 21-E3-0148, 09-E3-0186

Marcador: Normas e orientações - Saúde

Construir resolução que oriente o trabalho da(o) psicóloga(o) em espaços de promoção de saúde mental, atenção psicossocial e reinserção social, conforme a Lei nº 10.216 e os princípios da Luta Antimanicomial e da Redução de Danos.

PROPOSTA 181 | Origem (encaminhar): 08-E3-0266 | Marcador: Normas e orientações - Saúde do trabalhador
Sistematizar dados técnicos, acadêmicos e estatísticos para articular e fundamentar Projeto de Lei junto ao Congresso Nacional acerca do reconhecimento e inserção da atuação da(o) profissional de Psicologia nos processos de perícia, promoção à saúde e reabilitação junto ao sistema previdenciário público e privado, considerando os processos de sofrimento psíquico que são legalmente reconhecidos como agravos relacionados ao trabalho e como condição para concessão de benefícios e aposentadorias.

PROPOSTA 185 | Origem (encaminhar): 16-E3-0221
Marcador: Normas e orientações - Socioeducativo
Fomentar o debate sobre o papel da(o) psicóloga(o) e as práticas psicológicas no âmbito das medidas socioeducativas.

PROPOSTA 193 | Origem (encaminhar): 14-E3-0039
Marcador: Normas e orientações - SUAS
Revisar a Nota Técnica nº 001/16 CONPAS/CFP- “Orientações sobre documentos elaborados por psicólogas(os) no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)”, com base nas resoluções e legislações vigentes.

PROPOSTA 196 | Origem (mesclar): 18-E3-0044, 03-E3-0241, 05-E3-0120
Marcador: Normas e orientações - TICS
Proporcionar discussão, orientação e reavaliações sistemáticas acerca da regulamentação e do desenvolvimento de normas técnicas referentes às práticas psicológicas realizadas por meio do atendimento psicológico on-line, fiscalizar os serviços prestados à luz da nova lei de proteção de dados pessoais que entra em vigor em 2020 (Lei nº 13.709/2018), além de atualizar os cadastros no E-Psi, incluindo a foto e o e-mail das(os) profissionais.



Moções

APROVADAS
PELO 10º CNP

MOÇÃO Nº 1 – REPÚDIO CONTRA ENSINO A DISTÂNCIA

As(Os) psicólogas(os) participantes do 10º Congresso Nacional da Psicologia (CNP), realizado em Brasília-DF, nos dias 30 de maio a 02 de junho de 2019, manifestam-se em REPÚDIO a qualquer perspectiva de formação profissional da categoria na modalidade ensino a distância (EAD).

MOÇÃO Nº 2 – REPÚDIO CONTRA O CORTE NA EDUCAÇÃO

As(Os) participantes do 10º Congresso Nacional da Psicologia (CNP) manifestam o seu repúdio contra o corte, com pseudônimo de contingenciamento de 30% na Educação, o que afetará negativamente a formação de psicólogas(os) em nível de ensino, pesquisa e extensão.

MOÇÃO Nº 3 – DEFESA DAS RESOLUÇÕES CFP Nº 01/99 E 01/18

Considerando a atual conjuntura política nacional, os desmontes e as violações de direitos da população LGBTQI+. Considerando as manifestações públicas de representantes do governo federal e outras lideranças políticas que invisibilizam as políticas públicas LGBTQI+ e ainda toleram ataques e expressões LGBTQI+fóbicas, se posicionando inclusive contra a criminalização da LGBTQI+fobia que está em tramitação no STF (Supremo Tribunal Federal).

Considerando as iniciativas oriundas do fundamentalismo religioso, associado às forças conservadoras presentes no âmbito político, inclusive na psicologia, que defendem práticas de reversão da homossexualidade, das travestilidades, das transexualidades, aviltando os direitos sexuais e as identidades dissidentes do padrão cisheteronormativo.

Nós, psicólogas e psicólogos do 10º CNP abaixo-assinados, vimos por meio desta:

- Defender a manutenção e intensificação da divulgação das Resoluções CFP nº 01/99 e 01/18. Ambas têm como princípio a despatologização da população LGBTQI+ e posiciona a psicologia numa atuação de enfrentamento da LGBTQI+fobia nos espaços de exercício da profissão.
- Repudiar as formulações teóricas e práticas associadas à Psicologia que visem à “Cura Gay” ou a “tratamentos de reversão da homossexualidade,

das travestilidades e transexualidades”, patologizando as expressões de sofrimento decorrentes do preconceito (nomeadas erroneamente de egodistonia por orientação sexual).

MOÇÃO Nº 4 – DEFESA DO PROCESSO FORMATIVO PRESENCIAL EM PSICOLOGIA

As(Os) estudantes dos cursos de graduação em psicologia das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas em âmbito nacional, assumindo aqui a possibilidade representativa das pautas discentes, através das eleições estudantis realizadas nos Congressos Regionais de Psicologia (Coreps), e cientes da Portaria nº 1.428/2018, do Ministério da Educação (MEC), que dispõe sobre a oferta de disciplinas na modalidade de Ensino a Distância (EAD), vimos, na presente ocasião do 10º Congresso Nacional da Psicologia (CNP), apresentar MOÇÃO EM DEFESA DO PROCESSO FORMATIVO PRESENCIAL EM PSICOLOGIA.

MOÇÃO Nº 5 – REPÚDIO À ATUAÇÃO DA(O) PSICÓLOGA(O) NA INQUIRÇÃO DE PESSOAS TESTEMUNHAS OU EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Considerando que a Psicologia se constitui como ciência cuja atuação se dá em diversos contextos de forma interdisciplinar;

Considerando que não deve haver hierarquia entre os diversos saberes;

Considerando que tem sido crescente a judicialização da vida em todas as suas dimensões, em especial das questões e conflitos sociais, estratégia utilizada em vez da garantia de políticas públicas à população;

Considerando a importância da Psicologia enquanto ciência e profissão e o lugar histórico por ela conquistado, as delegadas do 10º CNP vêm manifestar seu repúdio às tentativas de ingerência do Poder Judiciário sobre o exercício da Psicologia nos diversos contextos e, em especial, na interface com a Justiça. Manifestamos, ainda, nosso repúdio à realização do depoimento especial pelas(os) psicólogas(os), que não se configuram como práticas psicológicas, sendo que a escuta psicológica é objeto metodológico

do exercício profissional e não deve ser distorcida a partir de serviço do domínio e subjugação da Psicologia e matérias do Direito.

MOÇÃO Nº 6 – APLAUSOS AO INCENTIVO PARA A PARTICIPAÇÃO DE PSICÓLOGAS(OS) NEGRAS/OS NO 10º CNP

A presente moção tem a finalidade de aplaudir o Sistema Conselhos pela reserva mínima de 20% do total de presentes para psicólogas(os) negras(os), indígenas, travestis, transexuais e pessoas com deficiências.

Cada vez mais atuantes na ciência e na profissão, as(os) psicólogas(os) negras(os) têm ampliado a inserção social da psicologia, incorporando novas bases epistemológicas às teorias psicológicas, aproximando o saber e o fazer psicológicos da realidade brasileira e de suas relações raciais, contribuindo com a construção de uma sociedade igualitária.

Entretanto, não são somente essas características que devem ser destacadas, a população negra para formar-se em psicologia precisa superar barreiras raciais e sociais constantemente impostas na trajetória educacional desde o ingresso e permanência no ensino superior à pós-graduação. Vivendo em um momento político no qual retornou à sociedade o discurso de negação da existência do racismo, apesar das evidências cotidianas das violências raciais, torna-se imprescindível reconhecer o incentivo à participação e protagonismo de psicólogas(os) negras(os) na organização e mobilização das(os) psicólogas(os) do país, na definição das políticas nacionais que serão implementadas pelo Sistema Conselhos.

MOÇÃO Nº 7 – ALERTA SOBRE O EXERCÍCIO DO TIRO DESPORTIVO POR MENORES DE IDADE (DECRETO-LEI 9.785, DE 21 DE MAIO DE 2019)

As(Os) participantes do 10º Congresso Nacional da Psicologia (CNP) expressam o seu alerta referente ao Decreto de Lei 9.797, de 21 de maio de 2019, artigo 36, inciso 6, do Presidente da República, que versa sobre a prática do esporte de tiro desportivo por menores de idade (entre 14 e 18 anos) e convoca a categoria profissional para a discussão do assunto em nível regional e federal de Psicologia.

MOÇÃO Nº 8 – DEFESA DO DIÁLOGO AO VOTO DAS REPRESENTANTES ESTUDANTIS

Moção de encaminhamento à assembleia de políticas administrativas e financeiras (APAF) do Sistema Conselhos, à Comissão Organizadora do 10º Congresso Nacional da Psicologia e às delegadas e aos delegados do 10º Congresso Nacional da Psicologia. Nós, categoria estudantil de Psicologia de todo o Brasil, participantes do 10º CNP (Congresso Nacional da Psicologia), viemos, por meio desta, manifestar nosso interesse em dialogar com a categoria de profissionais de psicologia para participarmos de forma mais ativa, democrática e igualitária, durante todo o processo no que concerne ao direito a voto. Compreendemos que nós, estudantes, contribuimos para a construção de uma psicologia enquanto ciência e profissão. Dessa forma, entende-se que este espaço político é fundamental para que possamos pensar e construir nosso local de prática. Esta participação irá fomentar, fortalecendo a articulação e o envolvimento político da categoria. Esperamos a compreensão e a sensibilização das profissionais, que também foram estudantes e compreendem que, no processo de formação, também emancipamos e somos atuantes políticos. Além disso, ressaltamos nossa efetiva participação desde os pré-congressos, no qual passamos pelo processo eletivo. Diante disto, propomos dialogar sobre a alteração do Capítulo VI, que se apresenta no regulamento na Seção I, artigo 23, parágrafo 2º, que rege este processo congressual, que aborda sobre:

“§2º – Poderão participar até cinquenta e quatro estudantes de Psicologia, sendo duas por cada Unidade da Federação, que tenha sido eleita pelo coletivo de estudantes presentes no Corep. As(Os) estudantes terão direito a voz nos grupos e na Plenária, sem direito a voto.”

Para a seguinte redação:

“§2º – Poderão participar até cinquenta e quatro estudantes de Psicologia, sendo duas por cada Unidade da Federação, que tenha sido eleita pelo coletivo de estudantes presentes no Corep. As(Os) estudantes terão direito a voz nos grupos e na Plenária, com direito a voto.”

MOÇÃO Nº 9 – REPÚDIO ÀS POLÍTICAS PARA AS MULHERES IMPLEMENTADAS PELO GOVERNO FEDERAL

Considerando a atual conjuntura política brasileira, marcada por conservadorismo, fundamentalismo religioso e retrocessos quanto à garantia de Direitos e ao impedimento de avanços das lutas das mulheres (cis e trans) no que tange aos Direitos Sexuais e Reprodutivos;

Considerando o esforço de manutenção e intensificação das forças patriarcais como eixo de organização da sociedade, acirrando as hierarquias de gênero e a posição subalterna das mulheres (cis e trans);

Considerando as políticas públicas retrógradas em implantação no atual governo federal acerca da proteção das mulheres contra a violência de gênero, que: reforça estereótipos dos papéis de gênero, culpabilizam a própria mulher pela violência recebida, desqualificam as(os) profissionais das políticas públicas como referência para o acolhimento e cuidados das mulheres cis e trans vítimas de violência;

As psicólogas e os psicólogos presentes no 10º Congresso Nacional da Psicologia (CNP), abaixo assinadas(os), vêm por meio desta:

- Repudiar as ações até o momento efetivadas pelo governo federal, em especial no que se refere ao Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos e na campanha Salve uma Mulher, que pretende enfrentar a violência doméstica sem discutir hierarquias de gênero, relações étnico-raciais, papéis sexuais e o contexto socioeconômico que amplia vulnerabilidades.

- Reiterar a posição da Psicologia brasileira na defesa irrestrita dos Direitos Sexuais e Reprodutivos das mulheres, cis e trans, através da implantação de políticas públicas e enfrentamentos institucionais às violências de gênero, acompanhadas de efetivação de ações de prevenção à violência obstétrica e descriminalização do aborto.

MOÇÃO Nº 10 – APOIO AOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL NO CNAS PELO APOIO UNÂNIME AO CHAMAMENTO DA 12ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Moção de apoio aos representantes da sociedade civil no CNAS pelo apoio unânime ao chamamento da 12^a Conferência Nacional de Assistência Social, revogada pela Resolução CNAS nº 15, de 25 de abril de 2019, com base no parecer nº 00201/2019/CONJUR-MC/CGU/AGU. Não realizar conferências de controle social fere a democracia, a participação social, o controle e o monitoramento da política pública e dos recursos oriundos desta. As conferências são espaços amplos e democráticos de discussão e articulação coletivas em torno de propostas e estratégias de organização, tendo como principal característica reunir governo e sociedade civil para debater e decidir as prioridades nas Políticas Públicas nos próximos anos. Por ter caráter deliberativo, oportuniza o debate e avaliação da Política de Assistência Social e a proposição de novas diretrizes, no sentido de consolidar e ampliar os direitos socioassistenciais dos seus usuários. As(Os) psicólogas(os) durante a realização do 10^o Congresso Nacional da Psicologia reafirmam a importância da realização da 12^a Conferência Nacional de Assistência Social na defesa intransigente do SUAS e dos espaços de controle social.

MOÇÃO Nº 11 – PSICOLOGIA, QUESTÕES DE GÊNERO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Em 1949, Simone de Beauvoir afirmou que “Basta uma crise política, econômica e religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados” (p. 29).¹⁷ Vivemos um cenário onde os índices de violência contra as mulheres e de feminicídio vêm aumentando consideravelmente. Em 2018, foram 1.173 casos de feminicídio registrados.¹⁸ Em 2019, foram registrados mais de 200 casos até o mês de março. Esses dados são reflexo da cultura machista e patriarcal que busca barrar os avanços da luta das mulheres, na tentativa de manter as estruturas pautadas nas determinações de gênero.

A resistência disposta à luta pelos direitos das mulheres relacionados à autonomia dos seus corpos, aos direitos sexuais e reprodutivos, à emancipação profissional, à participação política das mulheres e entre tantos outros temas caros aos movimentos feministas.

17 BEAUVOIR, S. de. O segundo sexo. 2. Ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

18 <https://justica.gov.br>.

Considerando fundamentalmente, as questões transversais no que tange principalmente às questões de raça, etnia, classe, orientação sexual, deficiência e os outros variados marcadores sociais, bem como a singularidade das mulheres, nós, psicólogas(os) e estudantes de Psicologia, reunidas(os) no 10º Congresso Nacional da Psicologia, realizado nos dias 30, 31 de maio e 01 e 02 de junho de 2019, em Brasília, manifestamo-nos em relação ao aumento das violências contra a mulher, seja em caráter doméstico, corporativo e social, aos feminicídios, à perda de direitos no campo das políticas públicas decorrentes da atual conjuntura política.

É fundamental que a Psicologia voltada para os direitos humanos, que descreve em seus princípios éticos o constante enfrentamento às situações de opressão, violência e discriminação, consiga atuar nas mais diversas áreas, considerando os impactos relacionados às construções de gênero, que estruturam aspectos culturais, sociais e narrativas que normatizam violências em decorrência da compreensão da não equidade de gênero.

Não é possível aceitar que a Psicologia, sendo uma profissão que visa garantir bem-estar biopsicossocial, corrobore ou mantenha-se na neutralidade frente a essas narrativas, ações e condutas que violentam e matam mulheres todos os dias.

Esta moção propõe que as(os) profissionais da Psicologia possam atentar-se para o entendimento e os impactos que as questões de gênero produzem. Para que possamos combater e não reproduzir informações superficiais e clichês acerca dessa temática. Compreendendo que muitos desses discursos são produzidos por essa estrutura que coloca mulheres em situação de submissão e limitação, na mesma medida que produz e reforça a construção de masculinidades opressoras e violentas.

O combate às violências contra as mulheres em suas mais variadas formas (física, moral, patrimonial, sexual, psicológica e outras) é um dever da sociedade, pois não compreende apenas uma questão de agressor e vítima, mas de toda uma estrutura normatizada que valida esses lugares sociais não igualitários.

Nesse sentido, a Psicologia é, sem dúvida, uma importante profissão para provocar, promover e construir diálogos e estratégias, alinhadas com movimentos sociais de mulheres, no enfrentamento de violências contra as mulheres e na garantia de seus direitos, buscando que sejam respeitadas em suas escolhas e possibilidades.

MOÇÃO Nº 12 – APELO AO SISTEMA CONSELHOS – LIBERDADE PROFISSIONAL NA ESCOLHA DE MÉTODOS E TÉCNICAS NA ATENÇÃO A AUTISTAS E FAMILIARES

Têm sido inúmeras as situações de ingerência do campo médico e educacional sobre o exercício profissional de psicólogas(os) quanto à decisão sobre abordagens, métodos e técnicas na produção de linhas de cuidado direcionadas a autistas e familiares.

Considerando que: a) a(o) psicóloga deve prestar serviços psicológicos apenas quando esteja preparada teórica e tecnicamente; b) tem se proliferado a oferta de cursos aligeirados, de procedimentos não reconhecidos pela comunidade científica, que alimentam a ideia de autismo como doença; é necessário que a Psicologia não se proponha a intervenções de cura e sem a sustentação técnico-científica, que violam direitos e incorrem em graves faltas éticas.

Nós, delegadas(os) do 10º Congresso Nacional da Psicologia, apelamos para que o Sistema Conselhos de Psicologia debata, oriente e divulgue amplamente posicionamento sobre as diversas contribuições da Psicologia na atenção a autistas e familiares, resguardando o princípio da autonomia profissional quanto à liberdade de escolha de abordagens, métodos e técnicas, a partir de princípios éticos da profissão e do reconhecimento científico no atendimento de autistas e familiares, garantindo, assim, a liberdade de decisão sobre os parâmetros teóricos e técnicos a serem utilizados.

MOÇÃO Nº 13 – REPÚDIO AO ENSINO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA – EAD

As(Os) delegadas(os) e estudantes do 10º Congresso Nacional da Psicologia repudiam o ensino de graduação em Psicologia na modalidade de educação a distância. Consideramos que flexibilizar os cursos presenciais compromete

te a qualidade técnica e ética da formação da(o) psicóloga(o), a produção de saberes psicológicos, a diversidade teórico-metodológica constitutiva da Psicologia brasileira, e a formação humana e não instrumental que caracteriza a identidade da(o) psicóloga(o).

MOÇÃO Nº 14 – EM PRESTÍGIO AOS ORGANIZADORES DO 10º CNP

Visando parabenizar todas(os) as(os) responsáveis pela organização do 10º Congresso Nacional da Psicologia pela rapidez e competência na resolução de problemas e mal-entendidos ocorridos durante o evento, bem como na prevenção de que isso ocorresse. Se fez notável o empenho e grande quantidade de pessoas implicadas nesta tarefa. É importante atentar aos detalhes também: os transportes para o traslado, os hotéis, o local do evento, seguranças, aos que ficaram nas mesas durante os trabalhos dos pequenos grupos, à secretaria, entre outros. Dúvidas e problemas com o *keypad* puderam ser solucionados, mesmo sendo a primeira vez que se usa o equipamento no CNP. Fica a sugestão para que as opções vegetarianas das refeições tenham seu leque ampliado e que seja distribuído um pequeno manual de funcionamento dos novos equipamentos utilizados. Ademais, fica registrada a competência dos organizadores.

MOÇÃO Nº 15 – REPÚDIO À EXTINÇÃO DO TERMO VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

A psicologia brasileira repudia a extinção do uso do termo violência obstétrica por parte do Ministério da Saúde. Defendemos o retorno e a permanência desta expressão, pois é esta nomeação que torna visíveis as práticas de agressão e violação dos direitos da mulher, visibilidade essencial para a formação adequada de políticas públicas e processos de conscientização que redundem em mecanismos de defesa, prevenção e reparação.

MOÇÃO Nº 16 – RECONHECIMENTO DA COMISSÃO ORGANIZADORA E TRABALHADORAS DO 10º CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA

As(Os) delegadas(os) e estudantes participantes do 10º

Congresso Nacional da Psicologia reconhecem os esforços da Comissão Organizadora Nacional (Comorg), da equipe técnica e dos grupos de trabalho. Destaca-se o trabalho das comissões que sistematizaram as propostas dos Coreps, respeitando seus méritos, bem como dos grupos de trabalho por eixos, que realizaram ampliações e demais adequações necessárias para qualificação das propostas em âmbito nacional a serem apreciadas em plenária, processo imprescindível para êxito do processo democrático, diante dos desafios enfrentados para construção coletiva das pautas norteadoras da Psicologia no Brasil. Todo o enorme e complexo processo – dos Pré-Coreps ao CNP – conferem uma densidade democrática robusta ao Sistema Conselhos e à prática de uma Psicologia no Brasil comprometida com a mais ampla e transparente participação da categoria.

MOÇÃO Nº 17 – REPÚDIO AOS ATAQUES E AMEAÇAS DO ATUAL GOVERNO AOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

Saudações Indígenas!

Vamos dizer NÃO ao genocídio dos povos indígenas!

Vamos dizer NÃO à exploração das terras indígenas!

Vamos dizer NÃO à Municipalização da Saúde Indígena!

Há mais de 500 anos, os povos indígenas lutam pela sustentabilidade do seu povo, pela garantia ao seu direito de viver e se organizar culturalmente. Mesmo com a Constituição Federal de 1988, que explicita em seu conteúdo garantir aos povos indígenas políticas públicas diferenciadas, temos e vemos a negligência da legitimidade.

Como diz Alcida Ramos, o Brasil é AMBIVALENTE com os povos indígenas. Pois, como dito, temos uma constituição que (deveria) assegurar os direitos, ao passo que os nega de acordo com interesses do sistema; ressaltam a importância dos indígenas para a vitalidade do meio ambiente/floresta, porém acusa os indígenas de serem o atraso para o desenvolvimento do país; utilizam os indígenas como moeda de troca estrangeira; romantiza-os e os apresentam como puros e inocentes nas literaturas, contudo, na mídia, os apresentam como selvagens, hostis e “cheios de direitos”... Enfim, e tantas outras ambivalências que promovem o genocídio.

Assim, esta moção vem pedir o apoio da categoria profissional para repudiar o discurso e as ações do governo atual que age com perversidade, descaso e preconceito contra os povos originários do Brasil.

Vamos dizer SIM à demarcação de terras indígenas!

Vamos dizer SIM à garantia de políticas diferenciadas!

Vamos dizer SIM à manutenção do órgão FUNAI!

Vamos dizer SIM à vida dos povos indígenas!

MOÇÃO Nº 18 – CONTRA A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL E AUMENTO DO TEMPO DE INTERNAÇÃO

Considerando o contexto atual de desmonte de Políticas Públicas e a perspectiva de retrocessos das leis que garantem direitos de crianças e adolescentes, sobretudo do Estatuto da Criança e do Adolescente, nós psicóloga(os) s vimos por meio desta moção demonstrar nossa indignação em relação às propostas de diminuição da maioria penal, bem como ao aumento do tempo de cumprimento de medida de internação.

Conclamamos o Sistema Conselhos de Psicologia a intensificar a mobilização em prol dessas pautas.

MOÇÃO Nº 19 – PSICOLOGIA NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS NA SOCIOEDUCAÇÃO

As(Os) psicólogas(os) atuantes no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) apresentam moção de aplauso ao 10º CNP por dar continuidade a sua luta histórica pelos direitos humanos de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa, convocando toda a categoria a se posicionar pela defesa intransigente dos direitos daqueles que fazem parte da comunidade socioeducativa brasileira, e reivindicam a realização regular de Encontro Nacional de Psicologia na Socioeducação.

MOÇÃO Nº 20 – APELO EM RESPEITO AO USO DO NOME SOCIAL PELAS PESSOAS TRANSEXUAIS E TRAVESTIS

Nós, psicólogas(os) e estudantes de psicologia transexuais e travestis que ocupamos esta plenária, viemos declarar a necessidade de atenção à solicitação do uso do nome social das pessoas transexuais e travestis que não possuem

seus nomes retificados em eventos dos CRPs e CFP, visto que neste evento houve falha.

Entendemos e defendemos a mobilização, apoio e defesa por parte do Conselho Federal de Psicologia e respectivos CRPs com nossas demandas específicas, a partir de aprovações e efetivações de Resoluções que garantem nossa cidadania (como as Resoluções 01/18 e 10/18), no entanto, se faz necessário um olhar mais atento e cuidadoso na efetivação de nossos direitos em eventos como este, no intuito de não ocorrerem situações de constrangimento nesses espaços de atividades de categoria, objetivando o acolhimento, o respeito e a cidadania das pessoas transexuais, travestis e não binárias.

MOÇÃO Nº 21 – REPÚDIO ÀS PRÁTICAS PSICOLÓGICAS REALIZADAS NO BRASIL POR PESSOAS SEM A DEVIDA FORMAÇÃO

As(Os) psicólogas(os) e estudantes de psicologia reunidas(os) no 10º Congresso Nacional da Psicologia, realizado em 30 de maio a 2 de junho de 2019, em Brasília-DF, entendendo que as práticas psicológicas produzem sobre as pessoas, grupos e sociedade consequências afetivas, sociais, políticas e econômicas, repudiam as diversas intervenções de cunho psicológico realizadas em todo o Brasil sem que haja normatizações nas esferas do governo quanto à necessidade das devidas formações para tais práticas. Destaca-se que as intervenções psicológicas com sujeitos, grupos e populações demandam formações que contemplem as dimensões biopsicossocioculturais do ser humano, exigindo, assim, formações que abarquem disciplinas acadêmicas técnico-científicas, tais como: filosofia, sociologia, bases biológicas do comportamento, psicofarmacologia, psicopatologia, desenvolvimento humano, dentre outras, como indispensáveis para a compreensão e orientação das intervenções de cunho psicológico de caráter individual e/ou coletivo. Reafirmamos, portanto, a imprescindibilidade de regular, nas esferas governamentais, as práticas psicológicas quanto à formação e fiscalização em todo o território nacional.

MOÇÃO Nº 22 – ATACAR A EDUCAÇÃO E EXTERMINAR O FUTURO DA JUVENTUDE BRASILEIRA

A Psicologia brasileira repudia com veemência os ataques à educação em implementação pelo Ministério da Educação e poder executivo federal e de alguns estados da federação, tais como os violentos cortes orçamentários, as iniciativas de vigilância e perseguição, violando a liberdade de expressão docente e discente e a militarização do ambiente escolar. Trata-se de um projeto autoritário com vistas à privatização plena do sistema de ensino.

A garantia e ampliação da educação pública gratuita de qualidade e com compromisso social, fundamentadas na liberdade e no diálogo civil, são essenciais para o futuro da juventude brasileira, para a redução de desigualdades regionais, de classe, gênero e raça e para a vitalidade da ciência e tecnologia do país.

MOÇÃO 23 – REPÚDIO AOS RETROCESSOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENÇÃO AOS USUÁRIOS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS NO BRASIL

As(Os) delegadas(os) e as(os)estudantes participantes do 10º Congresso Nacional da Psicologia repudiam as alterações na Política Nacional sobre Drogas, atualmente contidas no PL 37, de autoria do Ministro Osmar Terra. Inicialmente, salienta-se que o processo de tramitação institucional do PL foi violado, na medida em que tais alterações não passaram pelo democrático crivo da participação social, dos conselhos de classe e de controle. As mudanças propostas apontam para um inegável retrocesso nas práticas de atenção e cuidado aos usuários de álcool e outras drogas, estando profundamente em desacordo com os princípios da atenção psicossocial e da lógica da Redução de Danos. As transformações do curso da história das políticas sobre drogas não podem atropelar o processo de discussões e das pesquisas no plano internacional, que apontam para a revisão do proibicionismo e da substituição das práticas de isolamento e institucionalização pelas formas de cuidado em liberdade e de base territorial.

Sendo assim, este Congresso reunido repudia os retrocessos anunciados nas políticas sobre drogas, no Brasil.

MOÇÃO 24 – REVOGAÇÃO IMEDIATA DA “NOVA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL”

A revogação imediata da nova política de saúde mental. Esta nova política defende a volta do hospital psiquiátrico e a inserção das Comunidades Terapêuticas, ambos são exemplos de cárcere privado e maus-tratos aos pacientes, não permitindo seu protagonismo na sociedade.

MOÇÃO 25 – RECONHECIMENTO A TODA A EQUIPE DE COLABORADORES E COLABORADORAS ENVOLVIDAS(OS) NO 10º CNP

Apresentamos MOÇÃO DE RECONHECIMENTO a todas(os) as(os) colaboradoras(es) envolvidas(os) no 10º CNP, pela excelente assessoria desde a comunicação virtual às acolhidas realizadas pelas(os) profissionais do CFP, dos hotéis, pelos motoristas dos ônibus, aos auxiliares de serviços gerais, aos bombeiros, às(aos) profissionais do posto de atendimento à saúde, aos seguranças, à Cozinha do Mundo, enfim, a TODAS as pessoas que direta ou indiretamente foram prestativas e educadas em todas as etapas na realização de seu trabalho. Louvor às(aos) trabalhadoras(es); assessoras(es) do 10º CNP.

MOÇÃO 26 – ALERTA PARA DISCUSSÃO ACERCA DA TEMÁTICA DE MASSACRES EM ESCOLAS E INSTRUMENTALIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS PARA O ENFRENTAMENTO E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR (EMERGENCIAIS)

As(Os) participantes do 10º Congresso Nacional da Psicologia (CNP) manifestam sua preocupação e convocam a categoria em nível Regional e Nacional para diálogo sobre a temática de violência escolar, no âmbito de massacres e emergências, a fim de instrumentalizar a categoria para a instrumentalização e prevenção dos mesmos.

Anexos

DELEGAÇÕES PRESENTES NO 10º CNP

Conselho Regional	Nome	Função
1. CRP-01 (DF)	Aldi Roldão Cabral	Delegada(o)
2. CRP-01 (DF)	Amanda Simas Maya	Delegada(o)
3. CRP-01 (DF)	Andreza Sorrentino	Delegada(o)
4. CRP-01 (DF)	Clinaura Maria De Lima	Delegada(o)
5. CRP-01 (DF)	Cynthia Rejanne Corrêa Araujo Ciarallo	Delegada(o)
6. CRP-01 (DF)	Gustavo Andrade De Jesus	Delegada(o)
7. CRP-01 (DF)	Leovane Gregorio	Delegada(o)
8. CRP-01 (DF)	Marli Lourdes Da Silva Campos	Delegada(o)
9. CRP-01 (DF)	Marta Helena De Freitas	Delegada(o)
10. CRP-01 (DF)	Rodrigo Valensuelos Dos Santos	Delegada(o)
11. CRP-01 (DF)	Thaynara Sousa Silva	Delegada(o)
12. CRP-01 (DF)	Vitor Barros Rego	Delegada(o)
13. CRP-01 (DF)	Gabriel Baliza Do Carmo Silva	Estudante
14. CRP-01 (DF)	Rafael Jefferson De Oliveira	Estudante
15. CRP-02 (PE)	Adriana Paula Barbosa De Miranda	Delegada(o)
16. CRP-02 (PE)	Alda Roberta Lemos Campos Boulitreau	Delegada(o)
17. CRP-02 (PE)	Anamaria Faria Carneiro	Delegada(o)
18. CRP-02 (PE)	Artur Almeida Junior	Delegada(o)
19. CRP-02 (PE)	Denise Boff	Delegada(o)
20. CRP-02 (PE)	Elcio Ricardo De Melo Farias	Delegada(o)
21. CRP-02 (PE)	Jose Hermes De Azevedo Junior	Delegada(o)
22. CRP-02 (PE)	Juliana De Barros Guimarães	Delegada(o)
23. CRP-02 (PE)	Larissa De Melo Farias	Delegada(o)
24. CRP-02 (PE)	Marcos Mucarbel Junior	Delegada(o)
25. CRP-02 (PE)	Marcos Paulo Cavalcanti Dos Santos	Delegada(o)
26. CRP-02 (PE)	Maria Christina Barbosa Veras	Delegada(o)
27. CRP-02 (PE)	Maria Da Conceição Correia Pereira	Delegada(o)
28. CRP-02 (PE)	Maria Da Conceição Ferreira De Moura	Delegada(o)
29. CRP-02 (PE)	Maria De Jesus Moura	Delegada(o)
30. CRP-02 (PE)	Marineide Da Mota Mercês	Delegada(o)

Conselho Regional	Nome	Função
31. CRP-02 (PE)	Patricia De Oliveira Guimarães	Delegada(o)
32. CRP-02 (PE)	Phillipe Diego Do Nascimento De Lima	Delegada(o)
33. CRP-02 (PE)	Mayara Aline Dos Chagas Ferreira	Delegada(o)
34. CRP-02 (PE)	Vanessa Rocha Novaes	Delegada(o)
35. CRP-02 (PE)	Wellington Soares De Albuquerque Filho	Delegada(o)
36. CRP-02 (PE)	Whanderson Miranda De Santana	Delegada(o)
37. CRP-02 (PE)	Williane Karen De Araújo Farias	Delegada(o)
38. CRP-02 (PE)	Debora Silva Delmiro Chaves	Estudante
39. CRP-02 (PE)	Yan Souza Da Silva	Estudante
40. CRP-03 (BA)	Aderilson Anunciação De Oliveira	Delegada(o)
41. CRP-03 (BA)	Ailena Júlie Silva Conceição	Delegada(o)
42. CRP-03 (BA)	Alessandra Santos De Almeida	Delegada(o)
43. CRP-03 (BA)	Eliane Nunes Dos Santos	Delegada(o)
44. CRP-03 (BA)	Carmen Silvia Camuso Barros	Delegada(o)
45. CRP-03 (BA)	Caroline Rosa Campos	Delegada(o)
46. CRP-03 (BA)	Deivison Warlla Miranda Sales	Delegada(o)
47. CRP-03 (BA)	Emmilla Di Paula Carvalho Dos Santos	Delegada(o)
48. CRP-03 (BA)	Fabricia Pereira Da Silva	Delegada(o)
49. CRP-03 (BA)	Gabriela Matos Borges	Delegada(o)
50. CRP-03 (BA)	Iara Maria Alves Da Cruz Martins	Delegada(o)
51. CRP-03 (BA)	Ícaro Berbert Macêdo	Delegada(o)
52. CRP-03 (BA)	Jacilânia Rodrigues Barros	Delegada(o)
53. CRP-03 (BA)	Monaliza Cirino De Oliveira	Delegada(o)
54. CRP-03 (BA)	Natani Evlin Lima Dias	Delegada(o)
55. CRP-03 (BA)	Paulo Henrique Cerqueira Gonzaga	Delegada(o)
56. CRP-03 (BA)	Washington Luan Gonçalves De Oliveira	Delegada(o)
57. CRP-03 (BA)	Priscila Barbosa Lins	Delegada(o)
58. CRP-03 (BA)	Renan Vieira De Santana Rocha	Delegada(o)
59. CRP-03 (BA)	Romário Oliveira Lopes	Delegada(o)
60. CRP-03 (BA)	Thaise Coutinho Dos Santos	Delegada(o)
61. CRP-03 (BA)	Álvaro Palha	Delegada(o)
62. CRP-03 (BA)	Muriel Marinho Pereira	Estudante

CADERNO DE DELIBERAÇÕES

Conselho Regional	Nome	Função
63. CRP-03 (BA)	Wellington Da Rocha Almeida	Estudante
64. CRP-04 (MG)	Aline Aparecida De Alvarenga	Delegada(o)
65. CRP-04 (MG)	Aline Moreira Gonçalves	Delegada(o)
66. CRP-04 (MG)	Anderson Nazareno Matos	Delegada(o)
67. CRP-04 (MG)	Aparecida Maria De Souza Borges Cruvinel	Delegada(o)
68. CRP-04 (MG)	Bianca Grasiela Dos Reis	Delegada(o)
69. CRP-04 (MG)	Carmen Aparecida Cardoso Maia Camar-go	Delegada(o)
70. CRP-04 (MG)	Celso Francisco Tondin	Delegada(o)
71. CRP-04 (MG)	Charles Magalhães De Araujo	Delegada(o)
72. CRP-04 (MG)	Cleide Ribeiro De Souza	Delegada(o)
73. CRP-04 (MG)	Dalcira Ferrão	Delegada(o)
74. CRP-04 (MG)	Deborah Rosária Barbosa	Delegada(o)
75. CRP-04 (MG)	Délcio Fernando Guimarães Pereira	Delegada(o)
76. CRP-04 (MG)	Desirèe De Oliveira Carneiro Silva	Delegada(o)
77. CRP-04 (MG)	Elizabeth De Lacerda Barbosa	Delegada(o)
78. CRP-04 (MG)	Guilherme Nogueira De Souza	Delegada(o)
79. CRP-04 (MG)	Jéssica Gabriella De Souza Isabel	Delegada(o)
80. CRP-04 (MG)	João Henrique Borges Bento	Delegada(o)
81. CRP-04 (MG)	Juliana Aline Miranda Do Canto	Delegada(o)
82. CRP-04 (MG)	Júnia Maria Campos Lara	Delegada(o)
83. CRP-04 (MG)	Liliane Cristina Martins	Delegada(o)
84. CRP-04 (MG)	Luis Henrique De Souza Cunha	Delegada(o)
85. CRP-04 (MG)	Marcela Marques Da Silva Damasceno	Delegada(o)
86. CRP-04 (MG)	Marcele Caldeira Da Silva	Delegada(o)
87. CRP-04 (MG)	Marcone Silva Matos	Delegada(o)
88. CRP-04 (MG)	Monaliza Silva De Alcântara	Delegada(o)
89. CRP-04 (MG)	Reinaldo Da Silva Júnior	Delegada(o)
90. CRP-04 (MG)	Rita De Cássia De Araújo Almeida	Delegada(o)
91. CRP-04 (MG)	Soraia Marcos Angelo	Delegada(o)
92. CRP-04 (MG)	Sueli Martins De Sousa	Delegada(o)
93. CRP-04 (MG)	Suellen Ananda Fraga	Delegada(o)

Conselho Regional	Nome	Função
94. CRP-04 (MG)	Yghor Queiroz Gomes	Delegada(o)
95. CRP-04 (MG)	Breno Stefano Martins Figueredo	Estudante
96. CRP-04 (MG)	Laura Conti	Estudante
97. CRP-05 (RJ)	Achiles Miranda Dias	Delegada(o)
98. CRP-05 (RJ)	Alexandre Trzan Ávila	Delegada(o)
99. CRP-05 (RJ)	Conceição De Maria Gama C. Mathias	Delegada(o)
100. CRP-05 (RJ)	Débora Esteves Muller	Delegada(o)
101. CRP-05 (RJ)	Erika Barbosa De Araujo	Delegada(o)
102. CRP-05 (RJ)	Evelyn Robouças De Gouvêa	Delegada(o)
103. CRP-05 (RJ)	Fabiola Foster De Azevedo	Delegada(o)
104. CRP-05 (RJ)	Filipe Milagres Boechat	Delegada(o)
105. CRP-05 (RJ)	Geilson Simões Da Silva	Delegada(o)
106. CRP-05 (RJ)	Gisele Silva Araújo	Delegada(o)
107. CRP-05 (RJ)	Ismael Eduardo Machado Damas	Delegada(o)
108. CRP-05 (RJ)	Jacqueline Dos Santos Soares	Delegada(o)
109. CRP-05 (RJ)	Janaina Sant'anna Barros Da Silva	Delegada(o)
110. CRP-05 (RJ)	Jorge Antonio Tavares Peixoto	Delegada(o)
111. CRP-05 (RJ)	Josilene Marcia De Oliveira	Delegada(o)
112. CRP-05 (RJ)	Julia Horta Nasser	Delegada(o)
113. CRP-05 (RJ)	Juliana Gomes Da Silva	Delegada(o)
114. CRP-05 (RJ)	Jussara Dos Santos Veiga	Delegada(o)
115. CRP-05 (RJ)	Luis Eduardo Miranda Soares	Delegada(o)
116. CRP-05 (RJ)	Manoel Da Silva Leôncio	Delegada(o)
117. CRP-05 (RJ)	Mônica Valeria Affonso Sampaio	Delegada(o)
118. CRP-05 (RJ)	Pedro Paulo Gastalho Bicalho	Delegada(o)
119. CRP-05 (RJ)	Pierre Monteiro Lessa	Delegada(o)
120. CRP-05 (RJ)	Rodrigo Acioli Moura	Delegada(o)
121. CRP-05 (RJ)	Roseli Goffman	Delegada(o)
122. CRP-05 (RJ)	Thiago Benedito Livramento Melício	Delegada(o)
123. CRP-05 (RJ)	Tiago Dos Santos	Delegada(o)
124. CRP-05 (RJ)	Vanda Vasconcelos Moreira	Delegada(o)
125. CRP-05 (RJ)	Viviane Siqueira Martins	Delegada(o)

CADERNO DE DELIBERAÇÕES

Conselho Regional	Nome	Função
126. CRP-05 (RJ)	Marciel Souza Dos Santos	Estudante
127. CRP-05 (RJ)	Vanessa Jabour Moreira Rodrigues	Estudante
128. CRP-06 (SP)	Alexandre De Brito Angelo	Delegada(o)
129. CRP-06 (SP)	Ana Paula Hachich De Souza	Delegada(o)
130. CRP-06 (SP)	Annie Louise Saboya Prado	Delegada(o)
131. CRP-06 (SP)	Beatriz Borges Brambilla	Delegada(o)
132. CRP-06 (SP)	Carla Biancha Angelucci	Delegada(o)
133. CRP-06 (SP)	Célia Zenaide Da Silva	Delegada(o)
134. CRP-06 (SP)	Cinthia Cristina Da Rosa Vilas Boas	Delegada(o)
135. CRP-06 (SP)	Cristiane Carneiro Homem De Mello	Delegada(o)
136. CRP-06 (SP)	Ed Carlos Correa De Faria	Delegada(o)
137. CRP-06 (SP)	Emanoela Priscila Toledo Arruda	Delegada(o)
138. CRP-06 (SP)	Fabián Javier Marin Rueda	Delegada(o)
139. CRP-06 (SP)	Felipe Bravo Ferreira	Delegada(o)
140. CRP-06 (SP)	Gabriel Medina De Toledo	Delegada(o)
141. CRP-06 (SP)	Ivani Francisco De Oliveira	Delegada(o)
142. CRP-06 (SP)	Juliana Cristina Bessa	Delegada(o)
143. CRP-06 (SP)	Jussara Letícia De Lima	Delegada(o)
144. CRP-06 (SP)	Juzileide Do Carmo De Souza Nazaré	Delegada(o)
145. CRP-06 (SP)	Lázaro Edson De Souza	Delegada(o)
146. CRP-06 (SP)	Luciana Batista Da Silva	Delegada(o)
147. CRP-06 (SP)	Luciana Stoppa Dos Santos	Delegada(o)
148. CRP-06 (SP)	Regiane Aparecida Piva	Delegada(o)
149. CRP-06 (SP)	Eduardo De Menezes Pedroso	Delegada(o)
150. CRP-06 (SP)	Norma Cecilia Bizari Cavichioli Franzine	Delegada(o)
151. CRP-06 (SP)	Rafael Dias De Souza	Delegada(o)
152. CRP-06 (SP)	Rodrigo Toledo	Delegada(o)
153. CRP-06 (SP)	Rogério Giannini	Delegada(o)
154. CRP-06 (SP)	Sandra Elena Sposito	Delegada(o)
155. CRP-06 (SP)	Sarah Faria Abrão Teixeira	Delegada(o)
156. CRP-06 (SP)	Talita Fabiano De Carvalho	Delegada(o)
157. CRP-06 (SP)	Tatiane Rosa Da Silva	Delegada(o)

Conselho Regional	Nome	Função
158. CRP-06 (SP)	Tiago Vinícius Carneiro Marques	Delegada(o)
159. CRP-06 (SP)	Daniel Amancio De Oliveira	Estudante
160. CRP-06 (SP)	Maria Cecilia Da Conceição Adrião	Estudante
161. CRP-07 (RS)	Andrielli Flores Fernandes Bastos	Delegada(o)
162. CRP-07 (RS)	Ari Gomes Pereira Júnior	Delegada(o)
163. CRP-07 (RS)	Bruno Graebin De Farias	Delegada(o)
164. CRP-07 (RS)	Daniel Araujo Dos Santos	Delegada(o)
165. CRP-07 (RS)	Dieime Reis Castoldi	Delegada(o)
166. CRP-07 (RS)	Dirce Teresinha Tatsch	Delegada(o)
167. CRP-07 (RS)	Fernanda Facchin Fioravanzo	Delegada(o)
168. CRP-07 (RS)	Gelci De Lima Nunes Milech	Delegada(o)
169. CRP-07 (RS)	Gilberto Gerson	Delegada(o)
170. CRP-07 (RS)	Giovani Cantarelli	Delegada(o)
171. CRP-07 (RS)	Graciela Seibt Licks Lauer mann	Delegada(o)
172. CRP-07 (RS)	Maiton Bernardelli	Delegada(o)
173. CRP-07 (RS)	Mariane Teixeira Netto Rodrigues	Delegada(o)
174. CRP-07 (RS)	Maynar Patrícia Vorga Leite	Delegada(o)
175. CRP-07 (RS)	Patrícia De Moraes Silva	Delegada(o)
176. CRP-07 (RS)	Patricia Sandri	Delegada(o)
177. CRP-07 (RS)	Regina Pereira Jungles	Delegada(o)
178. CRP-07 (RS)	Samantha Torres	Delegada(o)
179. CRP-07 (RS)	Tatiane Baggio	Delegada(o)
180. CRP-07 (RS)	Thiago Dos Santos Alves	Delegada(o)
181. CRP-07 (RS)	Vanessa Azambuja De Carvalho	Delegada(o)
182. CRP-07 (RS)	Véra Lucia Escobar Alves	Delegada(o)
183. CRP-07 (RS)	Daniele De Fátima Zanoni	Estudante
184. CRP-07 (RS)	Kerstyn Drews Dalmeyer	Estudante
185. CRP-08 (PR)	Carla Patrícia Radtke	Delegada(o)
186. CRP-08 (PR)	Carolina De Souza Walger	Delegada(o)
187. CRP-08 (PR)	Célia Mazza De Souza	Delegada(o)
188. CRP-08 (PR)	Claudia Barbosa	Delegada(o)
189. CRP-08 (PR)	Drielly Fernanda Fiuza	Delegada(o)

CADERNO DE DELIBERAÇÕES

Conselho Regional	Nome	Função
190. CRP-08 (PR)	Elisa Mara Ribeiro Da Silva	Delegada(o)
191. CRP-08 (PR)	Fábio José Orsini Lopes	Delegada(o)
192. CRP-08 (PR)	Gesielene Oliveira De Carvalho	Delegada(o)
193. CRP-08 (PR)	Grazielle Tagliamento	Delegada(o)
194. CRP-08 (PR)	Griziele Martins Feitosa	Delegada(o)
195. CRP-08 (PR)	Hugo Nascimento Rezende	Delegada(o)
196. CRP-08 (PR)	Iara Lais Raittz Baratieri Omar	Delegada(o)
197. CRP-08 (PR)	Jane Biscaia Hartmann	Delegada(o)
198. CRP-08 (PR)	Maria Sueli De Souza Rufine	Delegada(o)
199. CRP-08 (PR)	Marina De Pol Poniwias	Delegada(o)
200. CRP-08 (PR)	Nelson Fernandes Junior	Delegada(o)
201. CRP-08 (PR)	Paula Vanalli	Delegada(o)
202. CRP-08 (PR)	Paulo Sergio Pereira Ricci	Delegada(o)
203. CRP-08 (PR)	Paulo Vitor Palma Navasconi	Delegada(o)
204. CRP-08 (PR)	Régis Maliszewski Da Silva	Delegada(o)
205. CRP-08 (PR)	Renata Campos Mendonça	Delegada(o)
206. CRP-08 (PR)	Sandra Cristina Batista Martins	Delegada(o)
207. CRP-08 (PR)	Sandra Cristine Machado Mosello	Delegada(o)
208. CRP-08 (PR)	Thais Cristina Fondazzi Radecki	Delegada(o)
209. CRP-08 (PR)	Vanessa Jacqueline Monti Chavez	Delegada(o)
210. CRP-08 (PR)	Gustavo Henrique Soares Dos Santos	Estudante
211. CRP-08 (PR)	Tatiana Aline Barbosa Santana	Estudante
212. CRP-09 (GO)	Josely Nogueira De Araujo	Delegada(o)
213. CRP-09 (GO)	Ana Cândida Cardoso Cantarelli	Delegada(o)
214. CRP-09 (GO)	Aurelina Marinho Rodrigues Neta	Delegada(o)
215. CRP-09 (GO)	Bruno Fernandes Borginho	Delegada(o)
216. CRP-09 (GO)	Cândido Renato Alves De Oliveira	Delegada(o)
217. CRP-09 (GO)	Cleucydia Lima Da Costa	Delegada(o)
218. CRP-09 (GO)	Fabianna Gonçalves Ferreira	Delegada(o)
219. CRP-09 (GO)	Gleice Arruda De Melo	Delegada(o)
220. CRP-09 (GO)	Ionara Vieira Moura Rabelo	Delegada(o)
221. CRP-09 (GO)	Jefferson Rodrigues	Delegada(o)

Conselho Regional	Nome	Função
222. CRP-09 (GO)	Karen Michel Esber	Delegada(o)
223. CRP-09 (GO)	Luciana Bandeira Campos De Oliveira	Delegada(o)
224. CRP-09 (GO)	Marco Aurélio Da Silva Lima	Delegada(o)
225. CRP-09 (GO)	Mayk Diego Gomes Da Glória Machado	Delegada(o)
226. CRP-09 (GO)	Rivanara Napoli	Delegada(o)
227. CRP-09 (GO)	Roberdan Ferreira De Oliveira	Delegada(o)
228. CRP-09 (GO)	Tainá Dal Bosco Silva	Delegada(o)
229. CRP-09 (GO)	Andre Luiz Ferreira Prasdo	Estudante
230. CRP-09 (GO)	Mauricio Alves De Sousa	Estudante
231. CRP-10 (PA e AP)	Antonino Alves Da Silva	Delegada(o)
232. CRP-10 (PA e AP)	Carla Isadora Barbosa Canto	Delegada(o)
233. CRP-10 (PA e AP)	Idianne Medeiros De Queiroz Lima Lucio	Delegada(o)
234. CRP-10 (PA e AP)	Jefferson Dos Santos Melo	Delegada(o)
235. CRP-10 (PA e AP)	José De Arimateia Rodrigues Reis	Delegada(o)
236. CRP-10 (PA e AP)	Jureuda Duarte Guerra	Delegada(o)
237. CRP-10 (PA e AP)	Eliédina E Silva Lourenço	Delegada(o)
238. CRP-10 (PA e AP)	Leticia Maria Soares Palheta	Delegada(o)
239. CRP-10 (PA e AP)	Lorena Magno Pantoja	Delegada(o)
240. CRP-10 (PA e AP)	Eveny Da Rocha Teixeira	Delegada(o)
241. CRP-10 (PA e AP)	Maria Eunice Figueiredo Guedes	Delegada(o)
242. CRP-10 (PA e AP)	Maycon Correia Pinto	Delegada(o)
243. CRP-10 (PA e AP)	Milena Rodrigues Da Poça	Delegada(o)
244. CRP-10 (PA e AP)	Miriam Dantas De Almeida	Delegada(o)
245. CRP-10 (PA e AP)	Rose Mara Jardim Ruiz	Delegada(o)
246. CRP-10 (PA e AP)	Soraya Wivianne Braga Albim	Delegada(o)
247. CRP-10 (PA e AP)	Valber Luiz Farias Sampaio	Delegada(o)
248. CRP-10 (PA e AP)	Alexander Moraes De Oliveira	Estudante
249. CRP-10 (PA e AP)	Erick Rosa Pacheco	Estudante
250. CRP-10 (PA e AP)	Melina Navegantes Alves	Estudante
251. CRP-11 (CE)	Bárbara Castelo Branco Monte	Delegada(o)
252. CRP-11 (CE)	Carlos Eduardo Menezes Amaral	Delegada(o)
253. CRP-11 (CE)	Diego Mendonça Viana	Delegada(o)

CADERNO DE DELIBERAÇÕES

Conselho Regional	Nome	Função
254. CRP-11 (CE)	Eduardo Silva Taveira	Delegada(o)
255. CRP-11 (CE)	Emilie Fonteles Boesmans	Delegada(o)
256. CRP-11 (CE)	Jânder Carlos Soares Silva	Delegada(o)
257. CRP-11 (CE)	José Maria Nogueira Neto	Delegada(o)
258. CRP-11 (CE)	Joyce Hilário Maranhão	Delegada(o)
259. CRP-11 (CE)	Marcossuel Gomes Aciolos	Delegada(o)
260. CRP-11 (CE)	Mayrá Lobato Pequeno	Delegada(o)
261. CRP-11 (CE)	Mércia Capistrano Oliveira	Delegada(o)
262. CRP-11 (CE)	Moema Alves Macêdo	Delegada(o)
263. CRP-11 (CE)	Nágela Natasha Lopes Evangelista	Delegada(o)
264. CRP-11 (CE)	Allan Diego Ricarte De Araújo	Delegada(o)
265. CRP-11 (CE)	Rayane Sales Nobre De Lima	Delegada(o)
266. CRP-11 (CE)	Tássia Oliveira Ramos	Delegada(o)
267. CRP-11 (CE)	Patrícia Régia Oliveira De Araújo	Estudante
268. CRP-11 (CE)	Ticiane Rodrigues Da Silva	Estudante
269. CRP-12 (SC)	Ematuir Teles De Sousa	Delegada(o)
270. CRP-12 (SC)	Fernanda De Souza Fernandes	Delegada(o)
271. CRP-12 (SC)	Flavio Nardon	Delegada(o)
272. CRP-12 (SC)	Gabriel De Oliveira	Delegada(o)
273. CRP-12 (SC)	Jaira Terezinha Da Silva Rodrigues	Delegada(o)
274. CRP-12 (SC)	Joyce De Almeida Cruz	Delegada(o)
275. CRP-12 (SC)	Kaliandra Cristina Schneider	Delegada(o)
276. CRP-12 (SC)	Jaqueline Batista Da Silva Taufembach	Delegada(o)
277. CRP-12 (SC)	Marcos Henrique Antunes	Delegada(o)
278. CRP-12 (SC)	Mônica Lúcia Do Nascimento Kleine	Delegada(o)
279. CRP-12 (SC)	Nanci Cecília De Oliveira Veras	Delegada(o)
280. CRP-12 (SC)	Paloma Fabiola Borba	Delegada(o)
281. CRP-12 (SC)	Pâmela Silva Dos Santos	Delegada(o)
282. CRP-12 (SC)	Paula Helena Lopes	Delegada(o)
283. CRP-12 (SC)	Renato Weber	Delegada(o)
284. CRP-12 (SC)	Rosana Maria Schwerz	Delegada(o)
285. CRP-12 (SC)	Sandra Regina De Barros De Souza	Delegada(o)

Conselho Regional	Nome	Função
286. CRP-12 (SC)	Simone Carvalho Das Neves	Delegada(o)
287. CRP-12 (SC)	Yara Maria Moreira De Faria Hornke	Delegada(o)
288. CRP-12 (SC)	Elienay Brandão De Oliveira	Estudante
289. CRP-12 (SC)	Letícia Teles De Sousa	Estudante
290. CRP-13 (PB)	Álisson Thiago Rocha Santos	Delegada(o)
291. CRP-13 (PB)	Aluizio Lopes De Brito	Delegada(o)
292. CRP-13 (PB)	Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega	Delegada(o)
293. CRP-13 (PB)	Sérgio Máximo Vieira	Delegada(o)
294. CRP-13 (PB)	Carla De Sant'ana Brandão Costa	Delegada(o)
295. CRP-13 (PB)	Clarissa Paranhos Guedes	Delegada(o)
296. CRP-13 (PB)	Cristiane Barbosa Dos Santos	Delegada(o)
297. CRP-13 (PB)	Francisca Soraia Patriota Soares	Delegada(o)
298. CRP-13 (PB)	Giulliana Karla Santos De Lima Marques	Delegada(o)
299. CRP-13 (PB)	Irismar Batista De Lima	Delegada(o)
300. CRP-13 (PB)	Katiuska Araújo Duarte	Delegada(o)
301. CRP-13 (PB)	Maria Aparecida Ferreira Menezes Suas-suna	Delegada(o)
302. CRP-13 (PB)	Marisa Martins Nicodemos	Delegada(o)
303. CRP-13 (PB)	Silvana Barbosa Mendes Lacerda	Delegada(o)
304. CRP-13 (PB)	Thiago De Souza Santos	Delegada(o)
305. CRP-13 (PB)	Vinicius Suares De Oliveira	Delegada(o)
306. CRP-13 (PB)	Daiane Fernandes Eugenio	Estudante
307. CRP-13 (PB)	Leonardo Farias De Arruda	Estudante
308. CRP-14 (MS)	André Masao Peres Tokuda	Delegada(o)
309. CRP-14 (MS)	Andréia Muza Custódio	Delegada(o)
310. CRP-14 (MS)	Dionatans Godoy Quinhones	Delegada(o)
311. CRP-14 (MS)	Evelin Rodrigues Dos Santos Maccarini	Delegada(o)
312. CRP-14 (MS)	Fabiana Ferrari	Delegada(o)
313. CRP-14 (MS)	Irma Macário	Delegada(o)
314. CRP-14 (MS)	Jeferson Camargo Taborda	Delegada(o)
315. CRP-14 (MS)	Leandro Batista De Castro	Delegada(o)
316. CRP-14 (MS)	Marilene Kovalski	Delegada(o)

CADERNO DE DELIBERAÇÕES

Conselho Regional	Nome	Função
317. CRP-14 (MS)	Norma Celiane Cosmo	Delegada(o)
318. CRP-14 (MS)	Paola Amorim De Vargas Quinhones	Delegada(o)
319. CRP-14 (MS)	Silvana Fontoura Dorneles	Delegada(o)
320. CRP-14 (MS)	Vanessa Silva De Souza	Delegada(o)
321. CRP-14 (MS)	Walkes Jacques Vargas	Delegada(o)
322. CRP-14 (MS)	Weronica Derene Adamowski	Delegada(o)
323. CRP-14 (MS)	Emili Rivero De Souza	Estudante
324. CRP-14 (MS)	Marcos Costa Martinelle	Estudante
325. CRP-15 (AL)	Ana Paula Soares De Lima	Delegada(o)
326. CRP-15 (AL)	Cristiano Cavalcante De Menezes	Delegada(o)
327. CRP-15 (AL)	Danrley Tenorio Da Costa Paula	Delegada(o)
328. CRP-15 (AL)	Eduardo Augusto De Almeida	Delegada(o)
329. CRP-15 (AL)	Emylia Anna Ferreira Gomes	Delegada(o)
330. CRP-15 (AL)	Farley De Melo Carneiro	Delegada(o)
331. CRP-15 (AL)	Laeuza Lúcia Da Silva Farias	Delegada(o)
332. CRP-15 (AL)	Liliana De Sena Lúcio	Delegada(o)
333. CRP-15 (AL)	Fernando Henryk Soares Ramos	Delegada(o)
334. CRP-15 (AL)	Manoel Vieira De Carvalho Alencar	Delegada(o)
335. CRP-15 (AL)	Maurício Luiz Marinho De Melo	Delegada(o)
336. CRP-15 (AL)	Nilo Rosalvo Calheiros Borba	Delegada(o)
337. CRP-15 (AL)	Tamiris Ferreira De Assis Silva	Delegada(o)
338. CRP-15 (AL)	Zaira Rafaela Lyra Mendonça	Delegada(o)
339. CRP-15 (AL)	Mônica Veironice Correia De Souza Alves	Estudante
340. CRP-15 (AL)	Thais Oliveira Nascimento	Estudante
341. CRP-16 (ES)	Ana Cláudia Gama Barreto	Delegada(o)
342. CRP-16 (ES)	Andreza Conceição De Souza	Delegada(o)
343. CRP-16 (ES)	Anselmo Clemente	Delegada(o)
344. CRP-16 (ES)	Daísa De Martin	Delegada(o)
345. CRP-16 (ES)	Victor Hugo Da Silva	Delegada(o)
346. CRP-16 (ES)	Edireusa Fernandes Silva	Delegada(o)
347. CRP-16 (ES)	Getúlio Sérgio Souza Pinto	Delegada(o)
348. CRP-16 (ES)	Julia Pires	Delegada(o)

Conselho Regional	Nome	Função
349. CRP-16 (ES)	Keli Lopes Santos	Delegada(o)
350. CRP-16 (ES)	Lutz Franchesco Da Silva Rocha	Delegada(o)
351. CRP-16 (ES)	Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro	Delegada(o)
352. CRP-16 (ES)	Marina Francisqueto Bernabé	Delegada(o)
353. CRP-16 (ES)	Poliane Dos Passos Almeida	Delegada(o)
354. CRP-16 (ES)	Robertta Steffanya Fernandes Queiroz	Delegada(o)
355. CRP-16 (ES)	Rudge Vigato Da Silva	Delegada(o)
356. CRP-16 (ES)	Sâmia De Oliveira Brito	Delegada(o)
357. CRP-16 (ES)	Tammy Andrade Motta	Delegada(o)
358. CRP-16 (ES)	Amanda Rodrigues Pego Fernandes	Estudante
359. CRP-16 (ES)	Igor Moreira Santana	Estudante
360. CRP-17 (RN)	Ana Amelia Melo De Oliveira	Delegada(o)
361. CRP-17 (RN)	Arthur Fernandes Sampaio	Delegada(o)
362. CRP-17 (RN)	Avrairan Fabricia Alves Caetano Solon	Delegada(o)
363. CRP-17 (RN)	Carmem Placida Sousa Cavalcante	Delegada(o)
364. CRP-17 (RN)	Daniela Bezerra Rodrigues	Delegada(o)
365. CRP-17 (RN)	Jessica Pascoalino Pinheiro	Delegada(o)
366. CRP-17 (RN)	Juliana Moreira Da Silva Andrade	Delegada(o)
367. CRP-17 (RN)	Keyla Mafalda De Oliveira Amorim	Delegada(o)
368. CRP-17 (RN)	Pammella Lyenne Barbosa De Carvalho	Delegada(o)
369. CRP-17 (RN)	Rafael Alves Goncalves	Delegada(o)
370. CRP-17 (RN)	Rafael Ribeiro Filho	Delegada(o)
371. CRP-17 (RN)	Roberio Nunes Maia	Delegada(o)
372. CRP-17 (RN)	Rosalia Duarte Bandeira	Delegada(o)
373. CRP-17 (RN)	Stenio Stephanio Santos De Oliveira	Delegada(o)
374. CRP-17 (RN)	Thiago Da Silva Laurentino	Delegada(o)
375. CRP-17 (RN)	Wagner Macedo Dantas	Delegada(o)
376. CRP-17 (RN)	Cirilo Dantas Rangel	Estudante
377. CRP-17 (RN)	Gabrielle Karla Gomes De Souza	Estudante
378. CRP-18 (MT)	Maria Cristina Garcia De Rezende Perru- pato	Delegada(o)
379. CRP-18 (MT)	Betânia Rigoni Da Silva	Delegada(o)

CADERNO DE DELIBERAÇÕES

Conselho Regional	Nome	Função
380. CRP-18 (MT)	Celso Clarindo Da Silva	Delegada(o)
381. CRP-18 (MT)	Elizabeth Cristina Nobrega Hodniuk	Delegada(o)
382. CRP-18 (MT)	Erika Aparecida De Oliveira	Delegada(o)
383. CRP-18 (MT)	Fabiana Tozi Vieira	Delegada(o)
384. CRP-18 (MT)	Gabriel Henrique Pereira De Figueiredo	Delegada(o)
385. CRP-18 (MT)	Jackeline Jardim Mendonça	Delegada(o)
386. CRP-18 (MT)	Junio De Souza Alves	Delegada(o)
387. CRP-18 (MT)	Karina Franco Moshage	Delegada(o)
388. CRP-18 (MT)	Quetti Caciana Schulz Nunes	Delegada(o)
389. CRP-18 (MT)	Rhegysmere Myriam Rondon Alves	Delegada(o)
390. CRP-18 (MT)	Rosimeire Da Silva	Delegada(o)
391. CRP-18 (MT)	Tatine Penariol De Rosato	Delegada(o)
392. CRP-18 (MT)	Vanessa Rosa Nogueira Da Silva	Delegada(o)
393. CRP-18 (MT)	Wesley Leão Da Silva	Delegada(o)
394. CRP-18 (MT)	Zeni Luersen	Delegada(o)
395. CRP-18 (MT)	Maycon Douglas Nunes	Estudante
396. CRP-18 (MT)	Neuza Da Silva Santos	Estudante
397. CRP-19 (SE)	Ana Karolina Nunes Silveira	Delegada(o)
398. CRP-19 (SE)	Andrea Figueiredo Fernandes	Delegada(o)
399. CRP-19 (SE)	Daniela Dos Santos	Delegada(o)
400. CRP-19 (SE)	Frederico Alves De Almeida	Delegada(o)
401. CRP-19 (SE)	Marcela Montalvão Teti	Delegada(o)
402. CRP-19 (SE)	Mário Silvio De Souza Fraga	Delegada(o)
403. CRP-19 (SE)	Pedro Alves Dos Santos Filho	Delegada(o)
404. CRP-19 (SE)	Rochele Bezerra Barbosa	Delegada(o)
405. CRP-19 (SE)	Stefanie Silva Vieira	Delegada(o)
406. CRP-19 (SE)	Klécio Barbosa Da Silva Assis	Estudante
407. CRP-19 (SE)	Tayná Querino De Melo Santos	Estudante
408. CRP-20 (AM, AC, RO e RR)	Antonio Anderson Gomes De Souza	Delegada(o)
409. CRP-20 (AM, AC, RO e RR)	Cláudia Maria Da Costa Lustosa	Delegada(o)

Conselho Regional	Nome	Função
410. CRP-20 (AM, AC, RO e RR)	Cleyanne Alves	Delegada(o)
411. CRP-20 (AM, AC, RO e RR)	Daniel Arruda De Lima	Delegada(o)
412. CRP-20 (AM, AC, RO e RR)	Denise Socorro Rodrigues Figueiredo	Delegada(o)
413. CRP-20 (AM, AC, RO e RR)	Edilaise Santos Vieira	Delegada(o)
414. CRP-20 (AM, AC, RO e RR)	Gleiciane Gonçalves De Souza	Delegada(o)
415. CRP-20 (AM, AC, RO e RR)	Joana D'arc Araújo Silva	Delegada(o)
416. CRP-20 (AM, AC, RO e RR)	Lígia Maria Duque Johnson De Assis	Delegada(o)
417. CRP-20 (AM, AC, RO e RR)	Lucas Henrique Ganum Araújo	Delegada(o)
418. CRP-20 (AM, AC, RO e RR)	Luciana De Carvalho Rocha	Delegada(o)
419. CRP-20 (AM, AC, RO e RR)	Magaly Silva De Oliveira	Delegada(o)
420. CRP-20 (AM, AC, RO e RR)	Matheus Vasconcelos Torres	Delegada(o)
421. CRP-20 (AM, AC, RO e RR)	Roizianne Melville Messa	Delegada(o)
422. CRP-20 (AM, AC, RO e RR)	Sebastião Lima Diniz Neto	Delegada(o)
423. CRP-20 (AM, AC, RO e RR)	Silmara De Souza Dias	Delegada(o)
424. CRP-20 (AM, AC, RO e RR)	Talita Mortari Montysuma Leite	Delegada(o)
425. CRP-20 (AM, AC, RO e RR)	Vinícius Gomes Da Silva	Delegada(o)
426. CRP-20 (AM, AC, RO e RR)	Ana Caroline Rodrigues Da Silva	Estudante
427. CRP-20 (AM, AC, RO e RR)	Cristiana Marques Bezerra	Estudante
428. CRP-20 (AM, AC, RO e RR)	Danielle Bezerra De Castro	Estudante
429. CRP-20 (AM, AC, RO e RR)	Ester Naiá Ferreira Melo	Estudante

CADERNO DE DELIBERAÇÕES

Conselho Regional	Nome	Função
430. CRP-20 (AM, AC, RO e RR)	Everton Araújo Da Silva	Estudante
431. CRP-20 (AM, AC, RO e RR)	Larissa Araújo Da Silva	Estudante
432. CRP-20 (AM, AC, RO e RR)	Tamila Fernandes Ugalde	Estudante
433. CRP-20 (AM, AC, RO e RR)	Timóteo Nascimento Meneses	Estudante
434. CRP-21 (PI)	Alex Daniel Rodrigues De Souza	Delegada(o)
435. CRP-21 (PI)	Flavia Regina Sousa Martins	Delegada(o)
436. CRP-21 (PI)	Gerardo Juraci Campelo Leite Neto	Delegada(o)
437. CRP-21 (PI)	Hellen Cristina De Oliveira Alves	Delegada(o)
438. CRP-21 (PI)	Ivana Araújo Pereira Amorim	Delegada(o)
439. CRP-21 (PI)	Joaquim De Almeida Lemos Neto	Delegada(o)
440. CRP-21 (PI)	José Augusto Santos Ribeiro	Delegada(o)
441. CRP-21 (PI)	Lucineide Eulália Da Conceição	Delegada(o)
442. CRP-21 (PI)	Anderson Meireles De Carvalho	Delegada(o)
443. CRP-21 (PI)	Tais Fontenelle Carneiro	Delegada(o)
444. CRP-21 (PI)	Valéria Macêdo De Sousa Bezerra	Delegada(o)
445. CRP-21 (PI)	David Diego De Sousa Do Nascimento	Estudante
446. CRP-21 (PI)	Maria Clara Andrade Silveira Lima	Estudante
447. CRP-22 (MA)	Brenda Stefany De Sousa Barroso	Delegada(o)
448. CRP-22 (MA)	Bruno Américo Seba De Castro	Delegada(o)
449. CRP-22 (MA)	Cristianne De Almeida Carvalho	Delegada(o)
450. CRP-22 (MA)	Gilson Douglas Neres Da Silva	Delegada(o)
451. CRP-22 (MA)	Jeime Samara Andrade Mendes	Delegada(o)
452. CRP-22 (MA)	Karoline Giele M Aguiar	Delegada(o)
453. CRP-22 (MA)	Losiley Alves Pinheiro	Delegada(o)
454. CRP-22 (MA)	Marcele Martins Oliveira	Delegada(o)
455. CRP-22 (MA)	Péricles De Souza Macedo	Delegada(o)
456. CRP-22 (MA)	Raissa Bezerra Palhano	Delegada(o)
457. CRP-22 (MA)	Alexandre Melo Maciel	Estudante
458. CRP-22 (MA)	Ricardo Dos Anjos Silva Lima	Estudante

Conselho Regional	Nome	Função
459. CRP-23 (TO)	Arivandre Araújo Guimarães	Delegada(o)
460. CRP-23 (TO)	César Gustavo Moraes Ramos	Delegada(o)
461. CRP-23 (TO)	Hareli Fernanda Garcia Cecchin	Delegada(o)
462. CRP-23 (TO)	Douglas Hermann De Sousa	Delegada(o)
463. CRP-23 (TO)	Kathia Nemeth Perez	Delegada(o)
464. CRP-23 (TO)	Keila Barros Moreira	Delegada(o)
465. CRP-23 (TO)	Lais Karolinny Almeida Amaral	Delegada(o)
466. CRP-23 (TO)	Luzenice Pereira Da Silva	Delegada(o)
467. CRP-23 (TO)	Mariana Miranda Borges	Delegada(o)
468. CRP-23 (TO)	Pedro Paulo Valadão Coelho	Delegada(o)
469. CRP-23 (TO)	Robenilson Moura Barreto	Delegada(o)
470. CRP-23 (TO)	Igor Borges Santiago	Estudante
471. CRP-23 (TO)	Vanessa Costa De Oliveita Bringel	Estudante

LISTA DE PARTICIPANTES POR GRUPOS
EIXO 1 GRUPO 1

Coordenadora: MARILENE KOVALSKI

Relatora: PAMMELLA LYENNE BARBOSA DE CARVALHO

	Nome	CRP	D/E
1	Ailena Júlie Silva Conceição	03	Delegada(O)
2	Alexandre Trzan Ávila	05	Delegada(O)
3	Aluizio Lopes De Brito	13	Delegada(O)
4	Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega	13	Delegada(O)
5	Andre Luiz Ferreira Prasdo	09	Estudante
6	Andrea Figueiredo Fernandes	19	Delegada(O)
7	Andréia Muza Custódio	14	Delegada(O)
8	Andreza Sorrentino	01	Delegada(O)
9	Antonino Alves Da Silva	10	Delegada(O)
10	Arivandre Araújo Guimarães	23	Delegada(O)
11	Bárbara Castelo Branco Monte	11	Delegada(O)
12	Betânia Rigoni Da Silva	18	Delegada(O)
13	Carmen Sílvia Camuso Barros	03	Delegada(O)
14	Carolina De Souza Walger	08	Delegada(O)
15	Caroline Rosa Campos	03	Delegada(O)
16	Célia Mazza De Souza	08	Delegada(O)
17	Celso Francisco Tondin	04	Delegada(O)
18	Cirilo Dantas Rangel	17	Estudante
19	Cleide Ribeiro De Souza	04	Delegada(O)
20	Débora Esteves Muller	05	Delegada(O)
21	Eduardo De Menezes Pedroso	6	Delegada(O)
22	Elizabeth Cristina Nobrega Hodniuk	18	Delegada(O)
23	Fabíola Foster De Azevedo	05	Delegada(O)
24	Fabricia Pereira Da Silva	03	Delegada(O)
25	Fernando Henryk Soares Ramos	15	Delegada(O)
26	Gilson Douglas Neres Da Silva	22	Delegada(O)
27	Iara Lais Raittz Baratieri Omar	08	Delegada(O)

	Nome	CRP	D/E
28	José Augusto Santos Ribeiro	21	Delegada(O)
29	Julia Horta Nasser	05	Delegada(O)
30	Kathia Nemeth Perez	23	Delegada(O)
31	Marco Aurélio Da Silva Lima	09	Delegada(O)
32	Marcos Mucarbel Junior	02	Delegada(O)
33	Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro	16	Delegada(O)
34	Maria Christina Barbosa Veras	02	Delegada(O)
35	Maria Da Conceição Correia Pereira	02	Delegada(O)
36	Marilene Kovalski	14	Delegada(O)
37	Matheus Vasconcelos Torres	20	Delegada(O)
38	Mônica Valeria Affonso Sampaio	05	Delegada(O)
39	Paloma Fabiola Borba	12	Delegada(O)
40	Pammella Lyenne Barbosa De Carvalho	17	Delegada(O)
41	Patrícia De Moraes Silva	07	Delegada(O)
42	Pedro Paulo Gastalho Bicalho	05	Delegada(O)
43	Roberio Nunes Maia	17	Delegada(O)
44	Rose Mara Jardim Ruiz	10	Delegada(O)
45	Sandra Regina De Barros De Souza	12	Delegada(O)
46	Suellen Ananda Fraga	04	Delegada(O)

EIXO 1 GRUPO 2

Coordenador: RODRIGO ACIOLI MOURA

Relatora: KEYLA MAFALDA DE OLIVEIRA AMORIM

Relator: VINÍCIUS GOMES DA SILVA

	Nome	CRP	D/E
1	Achiles Miranda Dias	05	Delegada(O)
2	Alexandre Melo Maciel	22	Estudante
3	Allan Diego Ricarte De Araújo	11	Delegada(O)
4	Anamaria Faria Carneiro	02	Delegada(O)
5	André Masao Peres Tokuda	14	Delegada(O)
6	Andrielli Flores Fernandes Bastos	07	Delegada(O)
7	Célia Zenaide Da Silva	06	Delegada(O)
8	Cynthia Rejanne Corrêa Araujo Ciarallo	01	Delegada(O)
9	Daniel Arruda De Lima	20	Delegada(O)
10	Emmila Di Paula Carvalho Dos Santos	03	Delegada(O)
11	Everton Araújo Da Silva	20	Estudante
12	Fabiana Tozi Vieira	18	Delegada(O)
13	Gesielene Oliveira De Carvalho	08	Delegada(O)
14	Giulliana Karla Santos De Lima Marques	13	Delegada(O)
15	Griziele Martins Feitosa	08	Delegada(O)
16	Ivani Francisco De Oliveira	06	Delegada(O)
17	Jacqueline Dos Santos Soares	05	Delegada(O)
18	Jefferson Rodrigues	09	Delegada(O)
19	Jéssica Gabriella De Souza Isabel	04	Delegada(O)
20	Junio De Souza Alves	18	Delegada(O)
21	Juzileide Do Carmo De Souza Nazaré	06	Delegada(O)
22	Keila Barros Moreira	23	Delegada(O)
23	Keyla Mafalda De Oliveira Amorim	17	Delegada(O)
24	Lorena Magno Pantoja	10	Delegada(O)
25	Luis Eduardo Miranda Soares	05	Delegada(O)
26	Marina Francisqueto Bernabé	16	Delegada(O)
27	Mário Silvio De Souza Fraga	19	Delegada(O)

	Nome	CRP	D/E
28	Nanci Cecília De Oliveira Veras	12	Delegada(O)
29	Natani Evlin Lima Dias	03	Delegada(O)
30	Nilo Rosalvo Calheiros Borba	15	Delegada(O)
31	Paulo Sergio Pereira Ricci	08	Delegada(O)
32	Rayane Sales Nobre De Lima	11	Delegada(O)
33	Regiane Aparecida Piva	6	Delegada(O)
34	Renan Vieira De Santana Rocha	03	Delegada(O)
35	Renata Campos Mendonça	08	Delegada(O)
36	Ricardo Dos Anjos Silva Lima	22	Estudante
37	Robenilson Moura Barreto	23	Delegada(O)
38	Rodrigo Acioli Moura	05	Delegada(O)
39	Rodrigo Toledo	06	Delegada(O)
40	Sebastião Lima Diniz Neto	20	Delegada(O)
41	Stenio Stephanio Santos De Oliveira	17	Delegada(O)
42	Tatiane Baggio	07	Delegada(O)
43	Thiago Dos Santos Alves	07	Delegada(O)
44	Valéria Macêdo De Sousa Bezerra	21	Delegada(O)
45	Vanda Vasconcelos Moreira	05	Delegada(O)
46	Vanessa Costa De Oliveita Bringel	23	Estudante
47	Victor Hugo Da Silva	16	Delegada(O)
48	Vinícius Gomes Da Silva	20	Delegada(O)
49	Walkes Jacques Vargas	14	Delegada(O)

EIXO 1 GRUPO 3

Coordenadora: CLARISSA PARANHOS GUEDES

Relator: BRUNO FERNANDES BORGINHO

Relatora: DANIELA BEZERRA RODRIGUES

	Nome	Região	D/E
1	Aderilson Anunciação De Oliveira	03	Delegada(O)
2	Alex Daniel Rodrigues De Souza	21	Delegada(O)
3	Amanda Simas Maya	01	Delegada(O)
4	Ana Cláudia Gama Barreto	16	Delegada(O)
5	Ana Karolina Nunes Silveira	19	Delegada(O)
6	Ana Paula Soares De Lima	15	Delegada(O)
7	Avrairan Fabricia Alves Caetano Solon	17	Delegada(O)
8	Bruno Fernandes Borginho	09	Delegada(O)
9	Carla Isadora Barbosa Canto	10	Delegada(O)
10	Charles Magalhães De Araujo	04	Delegada(O)
11	Clarissa Paranhos Guedes	13	Delegada(O)
12	Cleucydia Lima Da Costa	09	Delegada(O)
13	Cristiana Marques Bezerra	20	Estudante
14	Daniel Araujo Dos Santos	07	Delegada(O)
15	Daniela Bezerra Rodrigues	17	Delegada(O)
16	Décio Fernando Guimarães Pereira	04	Delegada(O)
17	Denise Socorro Rodrigues Figueiredo	20	Delegada(O)
18	Dirce Teresinha Tatsch	07	Delegada(O)
19	Edireusa Fernandes Silva	16	Delegada(O)
20	Emilie Fonteles Boesmans	11	Delegada(O)
21	Fabiana Ferrari	14	Delegada(O)
22	Felipe Bravo Ferreira	06	Delegada(O)
23	Fernanda Facchin Fioravanzo	07	Delegada(O)
24	Frederico Alves De Almeida	19	Delegada(O)
25	Gabriel Baliza Do Carmo Silva	01	Estudante
26	Giovani Cantarelli	07	Delegada(O)
27	Gustavo Henrique Soares Dos Santos	08	Estudante

	Nome	Região	D/E
28	Hellen Cristina De Oliveira Alves	21	Delegada(O)
29	Idianne Medeiros De Queiroz Lima Lucio	10	Delegada(O)
30	Irma Macário	14	Delegada(O)
31	Ismael Eduardo Machado Damas	05	Delegada(O)
32	Jaira Terezinha Da Silva Rodrigues	12	Delegada(O)
33	Juliana Aline Miranda Do Canto	04	Delegada(O)
34	Juliana De Barros Guimarães	02	Delegada(O)
35	Jureuda Duarte Guerra	10	Delegada(O)
36	Karoline Giele M Aguiar	22	Delegada(O)
37	Larissa De Melo Farias	02	Delegada(O)
38	Luciana Stoppa Dos Santos	06	Delegada(O)
39	Marcela Marques Da Silva Damasceno	04	Delegada(O)
40	Maria Cristina Garcia De Rezende Perrupato	18	Delegada(O)
41	Marina De Pol Poniwas	08	Delegada(O)
42	Milena Rodrigues Da Poça	10	Delegada(O)
43	Monaliza Cirino De Oliveira	03	Delegada(O)
44	Paola Amorim De Vargas Quinhones	14	Delegada(O)
45	Pedro Paulo Valadão Coelho	23	Delegada(O)
46	Regina Pereira Jungles	07	Delegada(O)
47	Soraia Marcos Angelo	04	Delegada(O)
48	Thiago Benedito Livramento Melício	05	Delegada(O)
49	Thiago Da Silva Laurentino	17	Delegada(O)
50	Valber Luiz Farias Sampaio	10	Delegada(O)
51	Wellington Soares De Albuquerque Filho	02	Delegada(O)
52	Whanderson Miranda De Santana	02	Delegada(O)
53	Yghor Queiroz Gomes	04	Delegada(O)

EIXO 2 GRUPO 1

Coordenadora: CARLA PATRÍCIA RADTKE

Relator: GETÚLIO SÉRGIO SOUZA PINTO

Relator: PÉRICLES DE SOUZA MACEDO

	Nome	CRP	D/E
1	Alda Roberta Lemos Campos Boulitreau	02	Delegada(O)
2	Aline Moreira Gonçalves	04	Delegada(O)
3	Anselmo Clemente	16	Delegada(O)
4	Breno Stefano Martins Figueredo	04	Estudante
5	Bruno Graebin De Farias	07	Delegada(O)
6	Carla Patrícia Radtke	08	Delegada(O)
7	Carmem Placida Sousa Cavalcante	17	Delegada(O)
8	Daniel Amancio De Oliveira	06	Estudante
9	Daniela Dos Santos	19	Delegada(O)
10	Danrley Tenorio Da Costa Paula	15	Delegada(O)
11	Debora Silva Delmiro Chaves	02	Estudante
12	Ester Naiá Ferreira Melo	20	Estudante
13	Evelin Rodrigues Dos Santos Maccarini	14	Delegada(O)
14	Fábio José Orsini Lopes	08	Delegada(O)
15	Flavio Nardon	12	Delegada(O)
16	Gabriel De Oliveira	12	Delegada(O)
17	Gabrielle Karla Gomes De Souza	17	Estudante
18	Getúlio Sérgio Souza Pinto	16	Delegada(O)
19	Gilberto Gerson	07	Delegada(O)
20	Grazielle Tagliamento	08	Delegada(O)
21	Ícaro Berbert Macêdo	03	Delegada(O)
22	Igor Borges Santiago	23	Estudante
23	Jânder Carlos Soares Silva	11	Delegada(O)
24	Jaqueline Batista Da Silva Taufembach	12	Delegada(O)
25	Jessica Pascoalino Pinheiro	17	Delegada(O)
26	Joyce De Almeida Cruz	12	Delegada(O)
27	Joyce Hilário Maranhão	11	Delegada(O)

	Nome	CRP	D/E
28	Klécio Barbosa Da Silva Assis	19	Estudante
29	Leone Azevedo Gama Da Rocha	10	Delegada(O)
30	Liliane Cristina Martins	04	Delegada(O)
31	Maiton Bernardelli	07	Delegada(O)
32	Marcela Montalvão Teti	19	Delegada(O)
33	Marciel Souza Dos Santos	05	Estudante
34	Maria Clara Andrade Silveira Lima	21	Estudante
35	Mariana Miranda Borges	23	Delegada(O)
36	Mauricio Alves De Sousa	09	Estudante
37	Maynar Patrícia Vorga Leite	07	Delegada(O)
38	Mayrá Lobato Pequeno	11	Delegada(O)
39	Patricia De Oliveira Guimarães	02	Delegada(O)
40	Paula Helena Lopes	12	Delegada(O)
41	Paula Vanalli	08	Delegada(O)
42	Paulo Vitor Palma Navasconi	08	Delegada(O)
43	Péricles De Souza Macedo	22	Delegada(O)
44	Poliane Dos Passos Almeida	16	Delegada(O)
45	Rafael Dias De Souza	06	Delegada(O)
46	Samantha Torres	07	Delegada(O)
47	Tainá Dal Bosco Silva	09	Delegada(O)
48	Talita Fabiano De Carvalho	06	Delegada(O)
49	Thaise Coutinho Dos Santos	03	Delegada(O)
50	Thaynara Sousa Silva	01	Delegada(O)
51	Vanessa Silva De Souza	14	Delegada(O)
52	Vinícius Suares De Oliveira	13	Delegada(O)
53	Wesley Leão Da Silva	18	Delegada(O)
54	Zeni Luersen	18	Delegada(O)

EIXO 2 GRUPO 2

Coordenadora: DALCIRA FERRÃO

Relatora: ANNIE LOUISE SABOYA PRADO

Relator: GABRIEL HENRIQUE PEREIRA DE FIGUEIREDO

	Nome	CRP	D/E
1	Alexander Morais De Oliveira	10	Estudante
2	Anderson Nazareno Matos	04	Delegada(O)
3	Annie Louise Saboya Prado	06	Delegada(O)
4	Bianca Grasiela Dos Reis	04	Delegada(O)
5	Brenda Stefany De Sousa Barroso	22	Delegada(O)
6	César Gustavo Moraes Ramos	23	Delegada(O)
7	Cleyanne Alves	20	Delegada(O)
8	Cristiano Cavalcante De Menezes	15	Delegada(O)
9	Dalcira Ferrão	04	Delegada(O)
10	Daniele De Fátima Zanoni	07	Estudante
11	Desirèe De Oliveira Carneiro Silva	04	Delegada(O)
12	Elienay Brandão De Oliveira	12	Estudante
13	Ematuir Teles De Sousa	12	Delegada(O)
14	Emili Rivero De Souza	14	Delegada(O)
15	Gabriel Henrique Pereira De Figueiredo	18	Delegada(O)
16	Gisele Silva Araújo	05	Delegada(O)
17	Igor Moreira Santana	16	Estudante
18	Irismar Batista De Lima	13	Delegada(O)
19	Jeferson Camargo Taborda	14	Delegada(O)
20	Jefferson Dos Santos Melo	10	Delegada(O)
21	Joana D'arc Araújo Silva	20	Delegada(O)
22	João Henrique Borges Bento	04	Delegada(O)
23	Jose Hermes De Azevedo Junior	02	Delegada(O)
24	Juliana Cristina Bessa	06	Delegada(O)
25	Juliana Gomes Da Silva	05	Delegada(O)
26	Kerstyn Drews Dalmeyer	07	Estudante
27	Laura Conti	04	Estudante

	Nome	CRP	D/E
28	Leovane Gregorio	01	Delegada(O)
29	Letícia Teles De Sousa	12	Estudante
30	Luciana Batista Da Silva	06	Delegada(O)
31	Luciana De Carvalho Rocha	20	Delegada(O)
32	Lucineide Eulália Da Conceição	21	Delegada(O)
33	Marcos Costa Martinelle	14	Estudante
34	Marcossuel Gomes Acioles	11	Delegada(O)
35	Maria Cecilia Da Conceição Adrião	06	Estudante
36	Maria Eunice Figueiredo Guedes	10	Delegada(O)
37	Marineide Da Mota Mercês	02	Delegada(O)
38	Maycon Correia Pinto	10	Delegada(O)
39	Mayk Diego Gomes Da Glória Machado	09	Delegada(O)
40	Monaliza Silva De Alcântara	04	Delegada(O)
41	Rafael Alves Goncalves	17	Delegada(O)
42	Rita De Cássia De Araújo Almeida	04	Delegada(O)
43	Rogério Giannini	06	Delegada(O)
44	Romário Oliveira Lopes	03	Delegada(O)
45	Rozianne Melville Messa	20	Delegada(O)
46	Sâmia De Oliveira Brito	16	Delegada(O)
47	Stefanie Silva Vieira	19	Delegada(O)
48	Tamila Fernandes Ugalde	20	Estudante
49	Tatine Penariol De Rosato	18	Delegada(O)
50	Thiago De Souza Santos	13	Delegada(O)
51	Tiago Vinícius Carneiro Marques	06	Delegada(O)
52	Viviane Siqueira Martins	05	Delegada(O)
53	Yan Souza Da Silva	02	Estudante
54	Yara Maria Moreira De Faria Hornke	12	Delegada(O)

EIXO 2 GRUPO 3

Coordenador: GABRIEL MEDINA DE TOLEDO

Relator: WAGNER MACEDO DANTAS

Relatora: QUETTI CACIANA SCHULZ NUNES

	Nome	CRP	D/E
1	Adriana Paula Barbosa De Miranda	02	Delegada(O)
2	Aline Aparecida De Alvarenga	04	Delegada(O)
3	Álison Thiago Rocha Santos	13	Delegada(O)
4	Amanda Rodrigues Pego Fernandes	16	Estudante
5	Antonio Anderson Gomes De Souza	20	Delegada(O)
6	Aurelina Marinho Rodrigues Neta	09	Delegada(O)
7	Cândido Renato Alves De Oliveira	09	Delegada(O)
8	Clinaura Maria De Lima	01	Delegada(O)
9	Cristiane Barbosa Dos Santos	13	Delegada(O)
10	David Diego De Sousa Do Nascimento	21	Estudante
11	Ed Carlos Correa De Faria	06	Delegada(O)
12	Edilaise Santos Vieira	20	Delegada(O)
13	Erick Rosa Pacheco	10	Estudante
14	Eveny Da Rocha Teixeira	10	Delegada(O)
15	Gabriel Medina De Toledo	06	Delegada(O)
16	Gabriela Matos Borges	03	Delegada(O)
17	Geilson Simões Da Silva	05	Delegada(O)
18	Guilherme Nogueira De Souza	04	Delegada(O)
19	Gustavo Andrade De Jesus	01	Delegada(O)
20	Jorge Antonio Tavares Peixoto	05	Delegada(O)
21	José Maria Nogueira Neto	11	Delegada(O)
22	Julia Pires	16	Delegada(O)
23	Katiuska Araújo Duarte	13	Delegada(O)
24	Keli Lopes Santos	16	Delegada(O)
25	Lázaro Edson De Souza	06	Delegada(O)
26	Liliana De Sena Lúcio	15	Delegada(O)
27	Lucas Henrique Ganum Araújo	20	Delegada(O)

	Nome	CRP	D/E
28	Luzenice Pereira Da Silva	23	Delegada(O)
29	Manoel Da Silva Leôncio	05	Delegada(O)
30	Marcos Paulo Cavalcanti Dos Santos	02	Delegada(O)
31	Maria De Jesus Moura	02	Delegada(O)
32	Marli Lourdes Da Silva Campos	01	Delegada(O)
33	Marta Helena De Freitas	01	Delegada(O)
34	Mayara Aline Das Chagas Ferreira	02	Delegada(O)
35	Maycon Douglas Nunes	18	Estudante
36	Miriam Dantas De Almeida	10	Delegada(O)
37	Pedro Alves Dos Santos Filho	19	Delegada(O)
38	Quetti Caciaa Schulz Nunes	18	Delegada(O)
39	Raissa Bezerra Palhano	22	Delegada(O)
40	Rodrigo Valensuelos Dos Santos	01	Delegada(O)
41	Rudge Vigato Da Silva	16	Delegada(O)
42	Silvana Fontoura Dorneles	14	Delegada(O)
43	Soraya Wivianne Braga Albim	10	Delegada(O)
44	Tatiana Aline Barbosa Santana	08	Estudante
45	Tiago Dos Santos	05	Delegada(O)
46	Vanessa Azambuja De Carvalho	07	Delegada(O)
47	Vanessa Rosa Nogueira Da Silva	18	Delegada(O)
48	Wagner Macedo Dantas	17	Delegada(O)
49	Wellington Da Rocha Almeida	03	Estudante
50	Williane Karen De Araújo Farias	02	Delegada(O)
51	Zeni Luersen	18	Delegada(O)

EIXO 3 GRUPO 1

Coordenadora: IARA MARIA ALVES DA CRUZ MARTINS

Relatora: FERNANDA DE SOUZA FERNANDES

Relatora: ROSALIA DUARTE BANDEIRA

	Nome	CRP	D/E
1	Aldi Roldão Cabral	01	Delegada(O)
2	Álvaro Pinto Palha Júnior	03	Delegada(O)
3	Ana Caroline Rodrigues Da Silva	20	Estudante
4	Ana Paula Hachich De Souza	06	Delegada(O)
5	Anderson Meireles De Carvalho	21	Delegada(O)
6	Beatriz Borges Brambilla	06	Delegada(O)
7	Carla De Sant'ana Brandão Costa	13	Delegada(O)
8	Carlos Eduardo Menezes Amaral	11	Delegada(O)
9	Carmen Aparecida Cardoso Maia Camargo	04	Delegada(O)
10	Celso Clarindo Da Silva	18	Delegada(O)
11	Claudia Barbosa	08	Delegada(O)
12	Conceição De Maria Gama C. Mathias	05	Delegada(O)
13	Cristianne De Almeida Carvalho	22	Delegada(O)
14	Daísa De Martin	16	Delegada(O)
15	Denise Boff	02	Delegada(O)
16	Dieime Reis Castoldi	07	Delegada(O)
17	Emylia Anna Ferreira Gomes	15	Delegada(O)
18	Evelyn Rebouças De Gouvêa	05	Delegada(O)
19	Fabián Javier Marin Rueda	06	Delegada(O)
20	Fernanda De Souza Fernandes	12	Delegada(O)
21	Hareli Fernanda Garcia Cecchin	23	Delegada(O)
22	Iara Maria Alves Da Cruz Martins	03	Delegada(O)
23	Ivana Araújo Pereira Amorim	21	Delegada(O)
24	Jacilânia Rodrigues Barros	03	Delegada(O)
25	Jackeline Jardim Mendonça	18	Delegada(O)
26	Joaquim De Almeida Lemos Neto	21	Delegada(O)
27	José De Arimateia Rodrigues Reis	10	Delegada(O)

	Nome	CRP	D/E
28	Josilene Marcia De Oliveira	05	Delegada(O)
29	Juliana Moreira Da Silva Andrade	17	Delegada(O)
30	Jussara Letícia De Lima	06	Delegada(O)
31	Kaliandra Cristina Schneider	12	Delegada(O)
32	Karen Michel Esber	09	Delegada(O)
33	Larissa Araújo Da Silva	20	Estudante
34	Magaly Silva De Oliveira	20	Delegada(O)
35	Maria Aparecida Ferreira Menezes Suassuna	13	Delegada(O)
36	Maria Da Conceição Ferreira De Moura	02	Delegada(O)
37	Maria Sueli De Souza Rufine	08	Delegada(O)
38	Mariane Teixeira Netto Rodrigues	07	Delegada(O)
39	Melina Navegantes Alves	10	Estudante
40	Mércia Capistrano Oliveira	11	Delegada(O)
41	Moema Alves Macêdo	11	Delegada(O)
42	Norma Cecília Bizari Cavichioli Franzini	06	Delegada(O)
43	Pâmela Silva Dos Santos	12	Delegada(O)
44	Patrícia Régia Oliveira De Araújo	11	Estudante
45	Pierre Monteiro Lessa	05	Delegada(O)
46	Robertta Steffanya Fernandes Queiroz	16	Delegada(O)
47	Rosalia Duarte Bandeira	17	Delegada(O)
48	Rosana Maria Schwerz	12	Delegada(O)
49	Roseli Goffman	05	Delegada(O)
50	Rosimeire Da Silva	18	Delegada(O)
51	Tais Fontenelle Carneiro	21	Delegada(O)
52	Tatiane Rosa Da Silva	06	Delegada(O)
53	Taynã Querino De Melo Santos	19	Estudante
54	Thais Cristina Fondazzi Radecki	08	Delegada(O)
55	Vitor Barros Rego	01	Delegada(O)
56	Weronica Derene Adamowski	14	Delegada(O)

EIXO 3 GRUPO 2

Coordenador: ALEXANDRE DE BRITO ANGELO

Relatora: IONARA VIEIRA MOURA RABELO

Relator: RÉGIS MALISZEWSKI DA SILVA

	Nome	CRP	D/E
1	Alessandra Santos De Almeida	03	Delegada(O)
2	Alexandre De Brito Angelo	06	Delegada(O)
3	Ana Cândida Cardoso Cantarelli	09	Delegada(O)
4	Bruno Américo Seba De Castro	22	Delegada(O)
5	Carla Biancha Angelucci	06	Delegada(O)
6	Cristiane Carneiro Homem De Mello	06	Delegada(O)
7	Daiane Fernandes Eugenio	13	Estudante
8	Danielle Bezerra De Castro	20	Estudante
9	Drielly Fernanda Fiuza	08	Delegada(O)
10	Eliane Nunes Dos Santos	03	Delegada(O)
11	Eliédina E Silva Lourenço	10	Delegada(O)
12	Elcio Ricardo De Melo Farias	02	Delegada(O)
13	Elizabeth De Lacerda Barbosa	04	Delegada(O)
14	Emanoela Priscila Toledo Arruda	06	Delegada(O)
15	Erika Aparecida De Oliveira	18	Delegada(O)
16	Erika Barbosa De Araujo	05	Delegada(O)
17	Fabianna Gonçalves Ferreira	09	Delegada(O)
18	Farley De Melo Carneiro	15	Delegada(O)
19	Flavia Regina Sousa Martins	21	Delegada(O)
20	Francisca Soraia Patriota Soares	13	Delegada(O)
21	Gelci De Lima Nunes Milech	07	Delegada(O)
22	Gleiciane Gonçalves De Souza	20	Delegada(O)
23	Graciela Seibt Licks Lauer mann	07	Delegada(O)
24	Muriel Marinho Pereira	03	Estudante
25	Ionara Vieira Moura Rabelo	09	Delegada(O)
26	Ivana Ventura Da Silva	3	Delegada(O)
27	Jussara Dos Santos Veiga	05	Delegada(O)

	Nome	CRP	D/E
28	Karina Franco Moshage	18	Delegada(O)
29	Laeuza Lúcia Da Silva Farias	15	Delegada(O)
30	Lais Karolinny Almeida Amaral	23	Delegada(O)
31	Leandro Batista De Castro	14	Delegada(O)
32	Leonardo Farias De Oliveira	13	Estudante
33	Lígia Maria Duque Johnson De Assis	20	Delegada(O)
34	Losiley Alves Pinheiro	22	Delegada(O)
35	Luciana Bandeira Campos De Oliveira	09	Delegada(O)
36	Luis Henrique De Souza Cunha	04	Delegada(O)
37	Marcele Caldeira Da Silva	04	Delegada(O)
38	Marcos Henrique Antunes	12	Delegada(O)
39	Marisa Martins Nicodemos	13	Delegada(O)
40	Maurício Luiz Marinho De Melo	15	Delegada(O)
41	Nelson Fernandes Junior	08	Delegada(O)
42	Norma Celiane Cosmo	14	Delegada(O)
43	Phillipe Diego Do Nascimento De Lima	02	Delegada(O)
44	Poliana Dos Santos Sodré	03	Delegada(O)
45	Priscila Barbosa Lins	03	Delegada(O)
46	Rafael Jefferson De Oliveira	01	Estudante
47	Rafael Ribeiro Filho	17	Delegada(O)
48	Régis Maliszewski Da Silva	08	Delegada(O)
49	Renato Weber	12	Delegada(O)
50	Roberdan Ferreira De Oliveira	09	Delegada(O)
51	Sandra Cristina Batista Martins	08	Delegada(O)
52	Simone Carvalho Das Neves	12	Delegada(O)
53	Talita Mortari Montysuma Leite	20	Delegada(O)
54	Tammy Andrade Motta	16	Delegada(O)
55	Ticiane Rodrigues Da Silva	11	Estudante
56	Timóteo Nascimento Meneses	20	Estudante
57	Vanessa Jabour Moreira Rodrigues	05	Estudante
58	Véra Lucia Escobar Alves	07	Delegada(O)
59	Washington Luan Gonçalves De Oliveira	03	Delegada(O)

EIXO 3 GRUPO 3

Coordenador: DOUGLAS HERMANN DE SOUSA

Relatora: MARCELE MARTINS OLIVEIRA

	Nome	CRP	D/E
1	Ana Amelia Melo De Oliveira	17	Delegada(O)
2	Andreza Conceição De Souza	16	Delegada(O)
3	Aparecida Maria De Souza Borges Cruvinel	04	Delegada(O)
4	Ari Gomes Pereira Júnior	07	Delegada(O)
5	Arthur Fernandes Sampaio	17	Delegada(O)
6	Artur Almeida Junior	02	Delegada(O)
7	Cynthia Cristina Da Rosa Vilas Boas	06	Delegada(O)
8	Cláudia Maria Da Costa Lustosa	20	Delegada(O)
9	Deborah Rosária Barbosa	04	Delegada(O)
10	Deivison Warlla Miranda Sales	03	Delegada(O)
11	Diego Mendonça Viana	11	Delegada(O)
12	Dionatans Godoy Quinhones	14	Delegada(O)
13	Douglas Hermann De Sousa	23	Delegada(O)
14	Eduardo Augusto De Almeida	15	Delegada(O)
15	Eduardo Silva Taveira	11	Delegada(O)
16	Elisa Mara Ribeiro Da Silva	08	Delegada(O)
17	Filipe Milagres Boechat	05	Delegada(O)
18	Gerardo Juraci Campelo Leite Neto	21	Delegada(O)
19	Gleice Arruda De Melo	09	Delegada(O)
20	Hugo Nascimento Rezende	08	Delegada(O)
21	Janaina Sant'anna Barros Da Silva	05	Delegada(O)
22	Jane Biscaia Hartmann	08	Delegada(O)
23	Jeime Samara Andrade Mendes	22	Delegada(O)
24	Josely Nogueira De Araujo	09	Delegada(O)
25	Júnia Maria Campos Lara	04	Delegada(O)
26	Leticia Maria Soares Palheta	10	Delegada(O)
27	Lutz Frantesco Da Silva Rocha	16	Delegada(O)
28	Manoel Vieira De Carvalho Alencar	15	Delegada(O)

	Nome	CRP	D/E
29	Marcele Martins Oliveira	22	Delegada(O)
30	Marcone Silva Matos	04	Delegada(O)
31	Mônica Lúcia Do Nascimento Kleine	12	Delegada(O)
32	Mônica Veironice Correia De Souza Alves	15	Estudante
33	Nágela Natasha Lopes Evangelista	11	Delegada(O)
34	Neuza Da Silva Santos	18	Estudante
35	Patricia Sandri	07	Delegada(O)
36	Reinaldo Da Silva Júnior	04	Delegada(O)
37	Rhegysmere Myriam Rondon Alves	18	Delegada(O)
38	Rivanara Napoli	09	Delegada(O)
39	Rochele Bezerra Barbosa	19	Delegada(O)
40	Sandra Cristine Machado Mosello	08	Delegada(O)
41	Sandra Elena Sposito	06	Delegada(O)
42	Sarah Faria Abrão Teixeira	06	Delegada(O)
43	Sérgio Máximo Vieira	13	Delegada(O)
44	Silmara De Souza Dias	20	Delegada(O)
45	Silvana Barbosa Mendes Lacerda	13	Delegada(O)
46	Sueli Martins De Sousa	04	Delegada(O)
47	Tamiris Ferreira De Assis Silva	15	Delegada(O)
48	Tássia Oliveira Ramos	11	Delegada(O)
49	Thais Oliveira Nascimento	15	Estudante
50	Vanessa Jacqueline Monti Chavez	08	Delegada(O)
51	Vanessa Rocha Novaes	02	Delegada(O)
52	Zaira Rafaela Lyra Mendonça	15	Delegada(O)

CONVIDADOS PRESENTES NA ABERTURA DO 10º CNP

Ângela Soligo – Presidente da Associação Latino-Americana de Entidades da Psicologia

Deborah Duprat – Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão

Fernando Zasso Pigato – Presidente do Conselho Nacional de Saúde

Giulia Mendonça – Movimento Pró-Saúde Mental

Inea Giovana da Silva Arioli – Secretária Geral da União Latino-Americana de Entidades da Psicologia

Leonardo Pinho – Presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos

Rogério Giannini – Presidente do Conselho Federal de Psicologia

REPRESENTANTES DO FÓRUM DE ENTIDADES NACIONAIS DA PSICOLOGIA BRASILEIRA (FENPB) NA ABERTURA DO 10º CNP

Antônia Angela Gonçalves da Silva Hiluey – Associação Brasileira de Psicoterapia (Abrap)

Fabiana Queiroga – Associação Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho (SBPOT)

Ilídio Roda Neves – Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso)

Katya Luciane Oliveira – Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (Ibap)

Marilda Gonçalves Dias Facci – Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (Abrapee)



CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA

